



# Anais da Assembléia

Nº 113

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1983

ANO IX

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 106.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1.983

(Segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Werner Wanderer, secretariada pelos senhores deputados Dirceu Manfrinato e Anibal Khury.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Neator Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Aprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubnes Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### MENSAGEM 106/83

Curitiba, 20 de setembro de 1.983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer limite autorizando contratação de empréstimo interno pela Administração Direta e Indireta do Estado, até o valor equivalente a 1.000.000 (hum milhão) de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTNs, equivalente nesta data a Cr\$ 5.385.840.000,00 (cinco bilhões, trezentos e oitenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta mil cruzeiros), prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da Administração Indireta do Estado, até o valor de 2.000.000 (dois milhões) de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTNs, equivalentes nesta data a Cr\$ 10.771.680.000,00 (dez bilhões, setecentos e setenta e um milhões, seiscentos e oitenta mil cruzeiros), para aplicação em obras públicas de infra-estrutura, Justiça, Segurança Pública, Saúde e Educação constantes nos orçamentos anuais e plurianuais do Estado.

Os recursos que, por essa forma, se fazem necessários, serão obtidos junto à Caixa Econômica Federal, através do

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS.

Cumpre salientar sobre a necessidade, oportunidade e profundo significado da medida que ora se submete à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, evidenciando os altos propósitos que orientam o governo na concretização de investimentos do maior alcance social.

Certo de merecer a habitual acolhida de vossa excelência e dos excelentíssimos senhores deputados, renovo-lhe, senhor Presidente, minhas expressões da mais alta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, através da Administração Direta ou Indireta, autorizado a contrair empréstimos, até o valor equivalente a 1.000.000 (hum milhão) de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da Administração Indireta do Estado, até o valor equivalente a 2.000.000 (dois milhões) de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, em operações junto à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, destinados a dar suporte aos seguintes programas:

I — Segurança Pública

II — Justiça

III — Saúde

IV — Educação

V — Obras de Infra-estrutura

Art. 2.º — Para garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas do Fundo de Participação dos Estados, durante o prazo de vigência dos contratos de financiamentos autorizados por esta lei.

Art. 3.º — O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do Estado, durante o prazo que vier a ser estabelecido para os financiamentos, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor a partir desta data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

#### MENSAGEM 107/83

Curitiba, 20 de setembro de 1.983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar aos municípios que especifica, os edifícios dos terminais rodoviários de passageiros construídos em decorrência de convênios celebrados entre eles e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes. A doação em causa abrange tão somente os edifícios, tendo em vista que foram construídos em terrenos integrantes do patrimônio municipal.

Embora os mencionados convênios contivessem cláusula prevendo que após a conclusão das obras dos terminais rodoviários, os municípios doariam os terrenos ao Estado, estudos realizados conjuntamente pela Secretaria dos Transportes e municípios evidenciaram ser mais oportuno aos interesses das partes signatárias e, principalmente, aos anseios

da coletividade, a inversão da disposição conveniada, para o Estado doar os Terminais Rodoviários ao domínio público municipal.

A prática tem demonstrado que o contacto local e direto, gera condições mais favoráveis no sentido de que tais unidades prestadoras de serviços sejam melhor administradas e este fato, em si mesmo, justifica plenamente a medida consubstanciada no anexo plano de lei.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar aos Municípios de AMPÉRE, ANDIRÁ, ARARUNA, ASSIS CHATEAUBRIAND, BANDEIRANTES, BARBOSA FERRAZ, BARRAÇÃO, CALIFÓRNIA, CAMBARÁ, CAPITÃO LEÔNIDAS CHAVES, CENTENÁRIO DO SUL, CATANDUVAS, CLEVELÂNDIA, COLORADO, CONGOINHAS, DOUTOR CAMARGO, FÊNIX, FLORESTA, FORMOSA D'OESTE, FRANCISCO ALVES, ICARAÍMA, IMBITUVA, IRETAMA, JACAREZINHO, JARDIM ALEGRE, JATAIZINHO, JOAQUIM TÁVORA, MAMBORE, MANDAGUAÇU, MANGUEIRINHA, MAL. CÂNDIDO RONDON, MARIA HELENA, MARILÂNDIA DO SUL, MARILUZ, MARMELEIRO, MARUMBI, MOREIRA SALLES, NOVA AURORA, NOVA CANTU, NOVA FÁTIMA, OURIZONA, PALMEIRA, PÉROLA DO OESTE, PITANGA, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, QUEDAS DO IGUAÇU, RANCHO ALEGRE, RIBEIRÃO CLARO, RIBEIRÃO DO PINHAL, RIO AZUL, RIO NEGRO, RONCADOR, SALTO DO LONTRA, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SANTA FÉ, SANTA HELENA, SANTA IZABEL D'OESTE, SANTA MARIANA, SANTO INÁCIO, SÃO JOÃO, SÃO JORGE D'OESTE, SÃO JORGE DO IVAÍ, SÃO PEDRO DO IVAÍ, SIQUEIRA CAMPOS, TAPIRA, TERRA ROXA, URAÍ, WENCESLAU BRAZ e XAMBRÊ, os edifícios dos Terminais Rodoviários de Passageiros neles construídos em decorrência de convênios.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 108/83

Curitiba, 20 de setembro de 1.983

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 66/83, celebrado em 16 de agosto de 1.983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - Sudesul, com a interveniência da Superintendência de Controle da Erosão no Paraná, - Sucepar, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão no Solo do Noroeste do Paraná-Pronoroeste.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado  
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 109/83

Curitiba, 20 de setembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 03 de setembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Campo Largo, objetivando regular a prestação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos na área do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado  
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 110/83

Curitiba, 22 de setembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a onra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS - PROSAFRAS, no exercício de 1983.

Município	data da celebração
Carlópolis	04/06/83
Janiópolis	04/06/83
Mandaguari	08/07/83
Marumbi	08/07/83
Nossa Senhora das Graças	04/06/83
Palotina	08/07/83
Primeiro de Maio	08/07/83
São Jorge do Ivaí	06/05/83
Tupãssi	08/07/83
Uraí	08/07/83.

O interesse público na aprovação da medida orasubmetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado  
— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 111/83

Curitiba, 22 de setembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 30 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Araucária, objetivando a recuperação das matas ciliares das bacias dos Rios Iguaçu e Passaúna.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

**MENSAGEM Nº 112/83**

Curitiba, 22 de setembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os municípios adiante mencionados, para os seguintes objetivos:

Município	data do convênio	objetivo
Quitandinha	08/05/80	realização da 1.ª Festa do Feijão.
Francisco Beltrão	30/11/82	realização da 1.ª Exposição Sulamericana de Suínos e VIII EXPOBEL

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— — Ao Departamento Legislativo.

**MENSAGEM Nº 113/83**

Curitiba, 22 de setembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 3.º Termo Aditivo datado de 17 de fevereiro de 1982, ao convênio celebrado em 18 de dezembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução das atividades do Sistema de Produção de Sementes e Mudanças Fiscalizadas no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

**MENSAGEM Nº 114/83**

Curitiba, 22 de setembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 10.º Termo Aditivo datado de 28 de junho de 1982, ao convênio celebrado em 02 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, o Ministério da Agricultura e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

**MENSAGEM Nº 115/83**

Curitiba, 22 de setembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 8.º Termo Aditivo datado de 16 de fevereiro de 1982 ao convênio celebrado em 07 de outubro de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução de estudos e pesquisas sobre o mercado agrícola.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

**MENSAGEM Nº 116/83**

Curitiba, 26 de setembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas:

Município	Nº e data do Termo
Barracão	328/83 — 10/08/83
Colorado	331/83 — 10/08/83
Cornélio Procopio	296/83 — 07/08/83
Faxinal	128/83 — 08/07/83
Guaraci	303/83 — 08/07/83
Icaraíma	297/83 — 08/07/83
Itaúna do Sul	261/83 — 08/07/83
Medianeira	307/83 — 08/07/83
Nova Cantu	267/83 — 08/07/83
Nova Esperança	145/83 — 06/05/83
Nova Londrina	268/83 — 08/07/83
Paranavaí	80/83 — 09/05/83
Ribeirão Claro	272/83 — 08/07/83
São Miguel do Iguçu	256/83 — 02/07/83
Terra Boa	181/83 — 09/05/83
Ubiratã	313/83 — 08/07/83
Wenceslau Braz	315/83 — 08/07/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 119/83

Curitiba, 04 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo nº 01, datado de 06 de setembro de 1983, ao convênio celebrado em 13 de junho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Umuarama, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

#### Mensagem

Sob o nº 118/83, do senhor governador do Estado, encaminhando documento PARANÁ - PLANO DE AÇÃO 1984/1987, que norteará as principais linhas a serem observadas na ação do Governo durante os próximos anos. — Ao Departamento Legislativo.

#### Ofícios:

So b o nº 592/83, do senhor doutor Luiz Roberto Ferrante - Presidente da Câmara Municipal de Matão, Estado de São Paulo, no qual encaminhou cópia do Requerimento nº 70/83, de autoria dos Vereadores Dalmiro Trevisan, Antonio Nelson Scopelli, Armando Rodrigues Esteves, Cyro Virginio Modé Filho, Dionísio Estevan Guerra, Gilmar Oarlando Davóglia, Jonas Wagner Garcia, José Francisco da Silva Filho, Luiz Roberto Ferrante, Osvaldo Vanin, Raimundo Nonato Rodrigues Freitas, Sebastião Correa, Wilson Luiz Bertachini, com o seguinte teor:

“Tendo chegado ao nosso conhecimento o teor do Projeto de Lei nº 1.512, que tramita na Câmara Federal, de autoria do nobre deputado Denisar Arneiro, sentimo-nos na obrigação de reconhecer o alcance social da propositura, oferecendo nosso mais amplo e irrestrito apoio à medida.

Entretanto, recentemente, o Decreto-Lei nº 1.944, de 1982, isentou do pagamento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) os automóveis movidos a álcool destinados ao transporte público de passageiros (TÁXI).

Não é inoportuno, esclarecer que o automóvel é o único meio de locomoção razoavelmente rápida e amenizatória das dificuldades decorrentes de suas próprias condições, que merece total consideração dos poderes constituídos, assegurados pela Constituição Federal, a partir da Emenda Constitucional nº 12.

Não é também demais, atentar para o fato de que o veículo adaptado ou de transmissão automática viabiliza a capacidade de locomoção, equiparando-se por analogia ao EQUIPAMENTO ORTOPÉDICO, razão pela qual, merece total consideração que, certamente, será reconhecida pelos senhores Ministros da Área Econômica, principalmente do senhor Presidente da República, que detém poderes para iniciativa de Decreto-Lei neste sentido.

Referimo-nos ao Decreto-Lei, face à imedialidade da

vigência em virtude à urgência que o caso requer. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº P-2166/83, do senhor Presidente da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo, encaminhando cópia do Relatório da Comissão Especial de Inquérito relativo ao loteamento “Parque dos Pássaros”, daquele município. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 501/83-GB, do senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, comunicando haver sido aprovado requerimento nº 462/83, de autoria do senhor deputado DAVI ALVES SILVA, nos seguintes termos:

“Na forma regimental, requeiro a vossa excelência que, depois de ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados do Pará, Goiás, Pernambuco, São Paulo, Alagoas, Paraíba, Santa Catarina, Paraná, Roraima e Rondônia reiterando nossa solicitação formulada anteriormente, no sentido de que sejam constituídas Comissões Parlamentares, para se integrarem à luta em favor dos garimpeiros, que trabalham na mina de ouro de Serra Pelada.

Tal solicitação, objetiva integrar esses Estados, por possuírem os maiores contingentes de trabalhadores, em atividade, no referido garimpo, assim como buscar apoio desses parlamentares, e que possuam representantes na Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal, que já visitou aquele garimpo e em Imperatriz debateu sobre essa problemática com as lideranças políticas e representantes dos trabalhadores em causa, demonstrando, os seus integrantes, uma profunda sensibilidade e simpatia na defesa desse problema”. — Ao conhecimento da Casa.

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer regime de urgência para a Mensagem Governamental nº 106/83.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER regime de urgência para a Mensagem Governamental epígrafa, de acordo com os dispositivos regimentais desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI

REQ

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência, para o Projeto de Lei nº 159/83, de autoria da Comissão Executiva.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. AGOSTINHO JORGE BUSS, membro de tradicional família de Ponta Grossa.

O senhor Agostinho Jorge Buss, era Contabilista, ex-Diretor do Colégio Comercial de Ponta Grossa e atualmente Professor do Colégio Estadual Presidente Kennedy, atividades estas que abraçou com dedicação e amor ao longo de sua existência.

A lamentável tragédia abalou profundamente a sociedade local, que perdeu não só o amigo, mas o educador exemplar daquela comunidade.

Desta decisão, solicita seja dado conhecimento aos seus.

familiares no seguinte endereço: Travessa Debret, n.º 82, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, um voto de profundo pesar pelo passamento, na cidade de Ponta Grossa, do Professor AGOSTINHO JORGE BUSS.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, sita a Travessa Debret, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo lamentável falecimento da senhora CARMEN VIEIRA LINS, viúva do Sr. Júlio Cesar Lins, pessoa da maior representatividade na sociedade paranaense.

Todos seus amigos e conhecidos encontram-se consternados pela lastimável perda, que deixa um vazio impreenchível no coração de tantos quantos a admiravam.

Outrossim, requer ainda que da decisão desta Casa seja dado conhecimento à família, que reside à rua Roberto Barroso, n.º 1.748, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a aprovação de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor JOSÉ MARIA BUENO, funcionário público estadual lotado na CLASPAR em Faxinal, ocorrido dia três último, em consequência de trágico acidente automobilístico ocorrido naquela região do Estado.

Requer ainda que, do presente pronunciamento da Casa, se dê ciência aos familiares enlutados.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que seja consignada na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do 36.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Campo Mourão, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo senhor professor José Pochapski, Prefeito Municipal, ao presidente da Câmara Municipal de Vereadores, excelentíssimo senhor Dr. Moacir Ciulla Porcuncula e aos excelentíssimos senhores presidentes das agremiações partidárias existentes naquela cidade.

Há algumas décadas atrás, este Estado era caracterizado pelo período de colonização, em função de conter diversas riquezas naturais. De outros convívios, os chamados centros urbanos, os homens, desbravadores destemidos, foram na verdade, os reais transformadores da história evolutiva.

Esta colonização permitiu a quase todo o Estado do Paraná, o surgimento das concentrações urbanas, presenças marcantes na atualidade.

Campo Mourão, surgiu exatamente graças a uma expedição de desbravadores, cuja iniciativa partiu do então Prefeito de São Paulo, senhor Afonso Botelho e Mourão. Ao chegarem àquela região, deslumbraram-se pela riqueza fér das áreas verdes para a extração da madeira, e o teor fértil da textura do solo. E foi justamente a derrubada das árvores, que permitiu a primeira fase econômica daquela localidade, a primeira atividade comercial, justificada pelas diversas serrarias lá implantadas.

Desde os idos de 1930, este foi o sustentáculo do desenvolvimento, terminando em função de não mais basicamente o que desmatar, dada a preocupação dos colonos de apenas terem retirado a madeira, sem quase ou nada, procurar realizar o reflorestamento das áreas.

Dada a esta situação, rapidamente, ante a nova realidade, os habitantes, em número bem maior do que o início, do seu surgimento, partiram para a segunda fase do progresso de Campo Mourão: a agricultura.

É hoje o esteio de Campo Mourão, sendo uma das regiões de maior produção, não deste Estado, mas do País. Dos mais de 95 mil habitantes, 26 mil constituem a população rural, promovendo a produção dos mais diversos cultivares tais como: trigo, arroz, soja, feijão, milho e algodão, que podem ser armazenados nos diversos silos existentes, que somados tem a capacidade de estocar mais de quinze milhões de sacas.

Sendo esses produtos escoados pelas diversas vias que fazem de Campo Mourão o maior entroncamento rodoviário do Sul do País.

Neste momento estes ricos e vastos campos não podem continuar sendo utilizados como as práticas atuais pura e simplesmente. A disposição agora do conjunto da população é a mesma dos primórdios tempos. Faz-se necessário acontecer a terceira e mais importante fase, a industrialização.

Podendo proporcionar garantias sociais e o fortalecimento do mercado econômico.

Ademais, esta não é apenas exigência dos mourãoenses, e sim dos paranaenses, que não querem resultar de suas riquezas sejam transportados para outros Estados, para voltarem como produtos industrializados, onde se paga por aquilo que aqui é produzido.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de apoio, ao Centro Estudantil Fernando Amaro, entidade essa que congrega os estudantes secundaristas do Município de Parangauá, pela realização do XXXIV Congresso Estadual de Estudantes de primeiro e segundo Graus, a ser realizado nos dias 14, 15 e 16 de outubro próximo naquela município.

Pelo exemplo existente na classe estudantil parnanguara, visando a discussão dos temas a serem analisados no Congresso, a fim de que possam contribuir para o aprimoramento da educação, nos seus múltiplos aspectos, temos a certeza de que esse evento concretizará os justos anseios dos secundaristas de nosso Estado.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja cada ciência da mesma, ao excelentíssimo prefeito Municipal de Parangauá, Sr. Waldyr Salmon, ao presidente

da Câmara Municipal de Paranaguá, excelentíssimo Sr. vereador Albino Silva Tramujas, ao estudante Clênio Jamy Wolff, presidente da União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo Graus, e ao esudante Eloir Antonio da Costa, presidente do Centro Estudantil Fernando Amaro.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia, um voto de regozijo, pela acertada escolha da Academia de Ciências da Suécia ao indicar o nome do Líder do Sindicato Polonês "Solidariedade", Lech Walesa, para o Prêmio Nobel da Paz do corrente ano.

A luta do operário polonês pelo respeito de seus direitos e liberdades individuais é hoje uma bandeira de todos os trabalhadores do mundo e, sem qualquer sombra de dúvida, dos estaleiros de Gdansk surgiu um movimento de libertação e valorização dos direitos da classe trabalhadora, que repercute hoje nos quatro cantos do mundo, se assemelhando aos efeitos que, no século anterior, foram ocasionados pela Revolução Francesa.

É um orgulho que o Estado do Paraná, onde se localiza o maior contingente de emigrantes poloneses do Brasil, recebe, como se fosse para um dos seus filhos, a homenagem prestada ao valoroso líder, nascido na Polônia, mas acatado e respeitado por todos os trabalhadores do mundo.

Solicita outrossim, sejam enviadas às representações das tradições polonesas, de nosso Estado, cópia de inteiro teor deste requerimento e seja oficiado à Embaixada da Suécia o aplauso desta Casa pela feliz escolha.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do sesquicentenário de fundação da Sociedade de São Vicente de Paulo, na França, e que do pronunciamento da Casa seja dada ciência ao senhor João Motter, presidente do Conselho Central desta instituição em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade sobredita foi fundada no ano de 1833, por um jovem idealista de 20 anos, Antonio Frederico Ozanam, tendo por objetivo o trabalho de assistência social, disseminando o amor e a fé.

Essa fraternidade estendeu-se por vários países e só no Brasil existem mais de cento e vinte mil vicentinos. Em nosso Estado constitui-se na maior instituição de assistência social e promoção humana. Justo, pois, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se parabeneze com a sociedade, manifestando o seu júbilo pelo acontecimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de regozijo pela passagem do 36º aniversário de

emancipação política de Campo Mourão - PR, que se comemora na data de hoje.

Requer outrossim, que seja dado conhecimento ao Executivo e Legislativo daquela cidade.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão, que hoje comemora 36 anos de incessante progresso, foi desmembrado do Município de Guarapuava pela Lei nº 02/47, em 10.10.47, tendo sua instalação ocorrida em 05.12.47.

Daí então, pela força do trabalho e da honradez do seu povo advindo de todos os recantos do país, nunca mais parou de crescer, e o seu progresso é uma realidade constante.

Campo Mourão, cuja sede abriga 49.401 pessoas dos seus 75.427 habitantes, é dotado de uma infra-estrutura relativamente moderna, que dá aos seus moradores uma comodidade real. A sede é dotada de todos os serviços públicos.

Campo Mourão é a cidade mais importante da Microrregião 12 - COMCAM (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão), e, é a cidade sede da regional da Polícia Civil, da Secretaria da Saúde, da Agricultura e do DER, sendo um importante entroncamento que interliga por vasta malha asfáltica, o Centro Oeste paranaense à todas regiões do Estado e do Brasil.

Sua agricultura é pujante, e seu comércio é constituído dos mais variados ramos que garante à população mourãoense, um vasto mercado de compras.

Possui três progressistas distritos administrativos: Farol, Luiziana e Piquirivai.

Possui um colégio eleitoral de 39.997 eleitores.

O Município de Campo Mourão, é representado por três deputados estaduais e onze vereadores, sendo que esse número será aumentado para a próxima legislatura, por força de Lei de autoria deste Parlamentar.

Assim, em homenagem aos pioneiros, aos atuais mourãoenses, enfim, a todos aos que colaboraram com o progresso que hoje vivemos, justifica o presente requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao excelentíssimo senhor Alceu Conceição Machado, digníssimo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, reivindicando a criação e instalação do Conselho de Conciliação e Arbitramento (Juizado de Pequenas Causas) para a Comarca de Cruzeiro do Oeste.

O sucesso amplo que alcança o Juizado de Pequenas Causas, tarefa social da maior importância que a Justiça Paranaense coloca ao alcance dos segmentos das classes menos favorecidas, é também necessária na região de Cruzeiro do Oeste que detém expressiva densidade demográfica e das Justiças mais sobrecarregadas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o

encaminhamento de sugestão ao excelentíssimo senhor Alceu Conceição Machado, digníssimo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, reivindicando a criação e instalação do Conselho de Conciliação e Arbitramento (Juizado de Pequenas Causas) para a Comarca de Pérola.

O sucesso amplo que alcança o Juizado de Pequenas Causas, tarefa social da maior importância que a Justiça Paranaense coloca ao alcance dos segmentos das classes menos favorecidas, é também necessária na região de Pérola que detém expressiva densidade demográfica e das Justiças mais sobrecarregadas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao excelentíssimo senhor Alceu Conceição Machado, digníssimo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, reivindicando a criação e instalação do Conselho de Conciliação e Arbitramento (Juizado de Pequenas Causas) para a Comarca de Altônia.

O sucesso amplo que alcança o Juizado de Pequenas Causas, tarefa social de maior importância que a Justiça Paranaense coloca ao alcance dos segmentos das classes menores favorecidas, é também necessária na região de Altônia que detém expressiva densidade demográfica e das Justiças mais sobrecarregadas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao excelentíssimo senhor Deni Lineu Schwartz, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar a execução urgente de serviços de recapeamento asfáltico da rodovia que liga Xambê a Casa Branca.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

O trecho em referência encontra-se em estado lastimável, com verdadeiras crateras na pista de rolamento, propiciando crescente número de acidentes com lesões corporais e danos materiais de grande monta nos veículos, em especial aos de transportes que ao cair nos buracos, além de quebrarem, provocam acidentes de trânsito.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, senhor Deni Lineu Schwartz, solicitando providências urgentes para que seja encontrada solução técnica com vistas a adequar a BR-476, em seu trecho urbano na cidade de Colombo, para correção de sua geometria e com a construção simultânea de vias exclusivas, notadamente de ciclovias, calçadas, laterais, iluminação e passagens inferiores.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

#### JUSTIFICATIVA:

O trecho urbano da BR-476 (Estrada Ribeira), vem se transformando em palco de constantes tragédias causadas por incontáveis acidentes de trânsito envolvendo veículos e pedestres.

A estrada da Ribeira, é a principal via que tem proporcionado a ocupação urbana do Município de Colombo, devido o acesso fácil ao centro de Curitiba, que ela proporciona.

Ademais, ao longo da estrada foram implantadas dezenas de loteamentos, sem que houvesse a menor preocupação quanto ao sistema viário que pudesse criar novas alternativas para o deslocamento de veículos de passageiros e de cargas, da mesma forma, também de pessoas que por lá transitam sem as mínimas condições de segurança.

Como ficou registrado acima, uma sucessão de atropelamentos e acidentes em torno daquele trecho de estrada, têm deixado todos os moradores bastante revoltados.

Portanto, é necessário que se tome medidas concretas de caráter urgente, pois a população não pode ficar exposta, correndo diariamente risco de vida.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de se realizar estudos quanto à instalação da Junta de Conciliação e Arbitramento na Comarca do Município de Ubatã.

Trata-se de uma justa reivindicação da classe jurídica e trabalhadora daquele município que, quando necessitam demandar em juízo, para pleitear seus direitos, as audiências são marcadas após grandioso período de espera. É sabido que tal realidade, sem dúvida alguma, não é originária na negligência dos Juízes das Varas Cíveis da Comarca de Ubatã.

A Justiça do Trabalho foi criada para proceder sua função com agilidade, com relação não só as demandas mas a todos os serviços que lhe são atribuídas. A morosidade constantemente tem permitido que haja constrangimentos nos postulantes, geralmente desempregados.

Neste sentido, o que ora é proposto, encontra-se perfeitamente no Programa de descentralização do Poder Judiciário, tornando-o por certo, mais acessível e beneficiando não apenas Ubatã, mas toda a região.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja autorizada a liberação de recursos financeiros, da verba de emergência, destinada a recuperação de pontes e bueiros, localizados nas malhas viárias da municipalidade de Goio-Erê.

Tendo em vista as chuvas torrenciais ocorridas principalmente nos dias 17 e 18 do mês anterior, diversos estragos materiais foram verificados naquele município, em especial no que diz respeito ao sistema viário, permitindo inúmeros transtornos, ainda atualmente presentes. Ademais, em face da difícil situação financeira da administração de Goio-Erê, a mesma não dispõe de recursos a fim de possibilitar os diversos reparos.

Torna-se necessário que medidas sejam tomadas



urgentemente, capazes de permitir a normalização das importantes vias de ligação daquela região.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja avaliada a possibilidade de se destinar uma ambulância para o Distrito Sanitário localizado na municipalidade de Campo Mourão.

De iniciativa da senhora Cidália Guimarães de Araújo, tal solicitação visa suprir as deficiências atualmente existentes em decorrência da não atualização da política nesta área.

Torna-se imprescindível, pelas justificativas ora discorridas, medidas capazes de proporcionar melhor atendimento a coletividade mourãoense bem como toda a região.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor Secretário de Estados da Segurança Pública, no sentido de que seja estudada a possibilidade de se proceder a elevação do Posto Avançado do BANESTADO - Banco do Estado do Paraná, para a categoria de Agência, no Distrito de Luiziana, pertencente ao Município de Campo Mourão.

De iniciativa do senhor Heitor Finn, tal solicitação visa fundamentalmente permitir que aquele estabelecimento bancário tenha maiores condições de atendimento em face do crescimento hoje verificado naquela coletividade, tendo como consequência, maior atividade no setor financeiro.

Neste sentido, torna-se necessário uma avaliação ao que ora é proposto, o que por certo, virá agilizar as atividades do BANESTADO - Banco do Estado do Paraná, à altura do porte do Distrito de Luiziana.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado das Finanças, no sentido de possibilitar a liberação de recursos no valor de Cr\$ 3.000.000,00 para a recuperação de diversas malhas rodoviárias na municipalidade de Janiópolis.

Com as últimas chuvas ocorridas naquela região, permitiu que se verificassem diversos estragos materiais, ainda hoje em fase de normalização. Porém, ante a crise que se encontra a administração municipal de Janiópolis, sem recursos, faz com que a mesma, segundo o prefeito, excelentíssimo senhor Neurides Valber Brero, fica impossibilitada de realizar obras no sentido de recuperar as estradas, algumas até mesmo intransitáveis.

Tais recursos quando liberados, permitirá, em parte para minimizar os problemas ora expostos.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja analisada a viabilidade da inclusão no contrato de construção com revestimento primário da Rodovia Estadual ligando Mamborê a Iretama, via Madeireira Klabin e Luiziana a colocação de pedras irregulares no trajeto compreendido entre a Praça Rondon até o final do perímetro urbano da cidade de Mamborê.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Ivo Bruneta, Chefe do Executivo Municipal, através de correspondência enviada, onde afirma a necessidade de se efetuar inadiavelmente o aproveitamento da terraplenagem a fim de possibilitar a implantação do revestimento de ordem primária, possibilitando deste modo, o barateamento dos custos orçamentários.

Além de servir como base para o melhor escoamento do tráfego pesado do município, atuando como prolongamento do acesso natural para a BR-369, que liga Campo Mourão a Cascavel.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja realizado estudos visando a viabilidade de se implantar uma agência do Instituto de Previdência do Estado - IPE, na municipalidade de Iretama.

Em observação profunda ao Plano de Ação 1983/86, do Governo Estadual, em sua versão preliminar, nota-se no que diz respeito às Metas no Setor da Saúde e Saneamento, os objetivos claros de adotar-se uma política de descentralização administrativa e financeira dos organismos de atendimento neste setor, bem como a municipalização progressiva dos serviços de atenção primária à saúde, com o devido apoio tecnológico. Esta regionalização ampla e efetiva, se faz necessária, sendo também a de acompanhar este processo, como encaminhamento democrático, a participação da população na condução da política de saúde.

A criação portanto, da agência do IPE, no Município de Iretama, está, sem dúvida, incluída nos propósitos de ampliação condizente de serviços de saúde e assistência social do funcionalismo público, naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado dos Transportes, deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando a construção de Terminal Rodoviário no Município de Manoel Ribas.

Requer ainda que, do pronunciamento da Casa, se dê ciência ao ilustríssimo Prefeito Municipal, Senhor Dar Valentim Darcin.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:



O referido município não foi incluído no Plano de Construção dos Terminais Rodoviários, estando até hoje sem local próprio para embarque e desembarque de passageiros. Enquanto isso, municípios menores não têm essa dificuldade, pois já foram atendidos.

Sua necessidade é premente, visto que além de representar uma reivindicação da população local, virá em favor de melhores condições de transporte coletivo e de suas qualidades para aquela população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao excelentíssimo senhor doutor Luiz Felipe Haj Mussi, digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de providenciar com urgência a nomeação dos candidatos remanescentes, aprovados em CONCURSO PÚBLICO, homologado em 15 de janeiro de 1980 e prorrogado por mais dois anos em 07 de janeiro de 1982, para a CARREIRA DE PERITO CRIMINAL, 4ª CLASSE, do Quadro Único de Pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente ao senhor doutor José Ratton, MD. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, através da Secretaria da Administração.

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao senhor JOSÉ FARIA RATTON, MD. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, IPE, solicitando a instalação de um Posto de Atendimento aos contribuintes no Município de Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

Desnecessário salientar que a descentralização dos serviços públicos relativos, principalmente ao setor previdenciário, é medida deveras necessária e imprescindível para suas agilizações e objetivo cumprimento de suas finalidades.

O Município de Borrazópolis, no norte do Estado, polariza importante área produtiva na região, ressaltando-se seu elevado contingente populacional.

Com a instalação deste Posto, não só facilitaria Borrazópolis como também as cidades circunvizinhas, principalmente Kaloré, distante 15 km, que antes ambas teriam de recorrer obrigatoriamente a Apucarana e Jandaia do Sul, numa distância média de 50 a 35 km respectivamente.

É esta a justificativa que apresentamos, pretendendo, através dela, sensibilizar a Superintendência do IPE, no sentido de que a mesma providencie a instalação de um Posto de Atendimento no Município de Borrazópolis, que viria a beneficiar aproximadamente 90 (noventa) funcionários estaduais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao excelentíssimo senhor Ministro da Justiça, Dr. Ibrahim Abi-Ackel, o mais veemente protesto desta Assembléia Legislativa pelo insólito procedimento da Delegacia

da Polícia Federal, na data de hoje, ao impedir a entrada de representantes das bancadas estadual e federal do PMDB, que acorreram àquela Delegacia para acompanhar correligionários intempestivamente convocados a prestar depoimento.

Os parlamentares, senador Álvaro Dias, deputados federais João Olivir Gabardo, Euclides Scalco, Hélio Duque, Santinho Furtado e José Tavares, acompanhados do deputado estadual Roberto Requião, além de serem barrados na porta daquela delegacia, ainda foram sujeitos ao vexame de, como se fossem marginais, serem fotografados através das janelas daquele órgão da Polícia Federal.

Não bastasse a gravidade do já exposto, ainda houve o agravante de que aos indiciados Sandra Aguiar e Darcy Ferreira, que seriam ouvidos hoje e Leonor Reinstein e Márcio Silva, que serão ouvidos amanhã, foi negado o direito de assistência legal, tendo sido, também, barrada a entrada de seu advogado, Antônio Acir Breda.

Tais fatos, que não se coadunam de forma alguma com a propalada abertura política, tão apregoada pelos homens que detém o poder, violenta os mais elementares princípios humanos e já não podem ser aceitos sem contestação no Brasil de hoje.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, a transcrição nos Anais, do editorial "OPERAÇÃO PRAIAS", publicado no jornal "Gazeta do Povo", de 10 de outubro de 1983, do corrente.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa da reportagem publicada em dez edições no "Jornal do Estado", nos dias 21 de setembro a 1.º de outubro, sob o título "Do Boi ao Bife", conforme cópias em anexo.

Tal publicação se reveste da maior importância de interesse público ao denunciar a corrupção e uma série de irregularidades no comércio e fiscalização da carne bovina, prejudicando diretamente os consumidores.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a transcrição nos Anais da Casa, do Editorial publicado pelo "Jornal do Estado", em data de 05 de corrente, intitulado "Governador Coage Imprensa".

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa o editorial publicado no "Jornal da Resistência", publicado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais, que traduz a luta da laboriosa classe dos jornalistas profissionais do Paraná, em face do

aviltamento cada vez maior de seus salários e que reflete a situação geral do assalariado brasileiro, massacrado por uma política econômica desumana e irracional que se pretende justificar por uma pretensa recuperação econômica do País, meta esta apenas atingida pela contenção e racionalização dos gastos públicos, e não pela transeferência do ônus da realização de obras faraônicas para o já tão abalado poder aquisitivo das classes menos favorecidas.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, do mais irrestrito apoio desta Casa pelas suas justas reivindicações.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 171/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Instituto Florestal, órgão autárquico, dotado de personalidade jurídica e subordinado à Secretaria da Agricultura, com o fim especial de realizar e executar a política florestal do Estado do Paraná.

Art. 2º — Ao Instituto Florestal, que terá sede na Capital do Estado, compete promover a coordenação e execução da política florestal do Paraná, com observância do Código Florestal Lei nº 4.771, de 15/09/65, e demais legislações pertinentes, adotando uma atuação dentro das seguintes prioridades:

I — Promover, mediante delegação de poderes do IBDF, a fiscalização e orientação das explorações das florestas de rendimento e a conservação das florestas protetoras remanescentes e parques florestais-estaduais.

II — Prestar assistência técnica e facilitar o reflorestamento natural e artificial, promovendo a execução do Projeto de recuperação das matas ciliares.

III — No seu programa de recuperação florestal do Estado, o Instituto deverá promover o reflorestamento de espécies nativas de madeiras consideradas nobres, a fim de assegurar a perpetuidade dessas espécies e a sua exploração econômica.

IV — Todo o acervo e instalações florestais, a saber:

a) viveiros florestais da Secretaria da Agricultura;  
b) estações de pesquisas florestais;  
c) parques e florestas públicas passarão a partir desta Lei ao patrimônio do Instituto Florestal, que o administrará, visando sua conservação ou exploração técnica.

V — Realizar um completo inventário florestal, quantitativo e qualificativo, do revestimento florístico do Estado do Paraná.

Art. 3º — O Instituto Florestal será dirigido por uma Diretoria composta de três Diretores, recrutados entre técnicos de renomada capacidade e nomeados pela Secretaria da Agricultura, assim constituída:

Diretor Presidente  
Diretor de Desenvolvimento Florestal  
Diretor Administrativo.

#### Art. 4º — DOS RECURSOS:

Os recursos para manutenção do Instituto Florestal do Estado do Paraná terão entre outras as seguintes fontes de rendas:

1) o equivalente a 2% do ICM cobrados sobre todos os produtos florestais industrializados ou "in natura";

2) as cobranças de taxas de licença para desmatamento, em vigor por força de convênios com o IBDF, passarão para a competência do Instituto Florestal;

3) Os serviços florestais do Estado, subordinados à Secretaria da Agricultura e a outros órgãos, farão parte deste Instituto Florestal, com a respectiva verba orçamentária;

4) Será consignada nos orçamentos da Secretaria da

Agricultura, anualmente uma verba específica para manutenção do Instituto Florestal.

I — Para atender as despesas das instalações do Instituto Florestal no ano de 1984, fica o Executivo a dispender uma verba até a importância de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros).

Art. 5º — O Instituto, por delegação do IBDF, protegerá e estimulará a multiplicação da fauna no território paranaense.

Art. 6º — O pessoal, técnico e administrativo, será admitido e contratado pela Diretoria do Instituto Florestal.

Art. 7º — O Instituto enviará, anualmente, ao Tribunal de Contas, as suas Contas para serem julgadas.

Art. 8º — A presente lei será regulamentada 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
EDGAR PIMENTEL

##### PROJETO DE LEI Nº 172/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no Município de Terra Boa.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da senhora Adinir Marion Garcia Segura, digníssima Presidente da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), com sede no Município de Terra Boa, visa o presente concretizar e reconhecer o trabalho de amparo à infância, que é atualmente um dos maiores problemas sociais no nosso País. Tem a presente entidade, contribuído no saneamento desta realidade no Município de Terra Boa, atendendo atualmente o número significativo de sessenta crianças.

Infelizmente, tal trabalho de elevados méritos encontra-se ameaçado de não poder ter continuidade, dada a falta de verba destinada à manutenção de uma creche para as crianças carentes. Atualmente a APMI do Município de Terra Boa tem apenas um convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) o qual não é suficiente sequer para atender diariamente as sessenta crianças.

Neste sentido, em face da situação difícil em que se encontra a entidade, apela a mesma para a compreensão dos nobres Parlamentares, possa a APMI do Município de Terra Boa ser considerada de utilidade pública, preenchidos os requisitos legais da Lei nº 6.994, como comprova a documentação que segue em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. deputados.

Era nossa intenção, na sessão plenária de hoje à tarde, refutarmos as acusações maldosas do raivoso e teleguiado vereador de Paranaguá, Massami Takayama. Não obstante, porque no Pequeno Expediente, o nosso tempo é escasso, solicitamos da nossa liderança, espaço para que, hoje, usando de seu horário, lamentavelmente, o sr. Líder, deputado Luiz Alberto Oliveira, tem um discurso com trinta laudas, que usará todo o Grande Expediente, e também o horário reservado à liderança.

Portanto, amanhã, aqui estaremos para refutarmos as

acusações geradas de um cérebro doentio, do qual é possuidor o vereador Massami Takayama.

Amanhã, no horário que a liderança já nos concedeu, de quinze minutos, faremos este pronunciamento, esclarecendo toda a verdade.

Hoje, aproveitamos a oportunidade, sr. presidente e srs. deputados para, rapidamente, analisarmos o problema de Antonina, do qual já tenho conhecimento. O ilustre deputado, meu dileto amigo Artagão Mattos Leão, também falará, nesta oportunidade, sobre o problema que gera a tentativa de desativação do grupo Matarazzo, de dois atracadouros do Porto de Antonina.

Antonina vive hoje um dos momentos mais graves, talvez, de toda a sua história. A ameaça que vem sendo feita pelo grupo Matarazzo, de desativar seus dois atracadouros, vai gerar, certamente, problemas gravíssimos, e que provocarão danos sociais dos mais insustentáveis. Cremos que é hora do Governo do Estado pensar em uma solução urgente e alternativa para a economia capelista, pois Antonina é um dos mais expressivos municípios paranaenses e, pelo trabalho do seu povo ao longo dos anos, muito contribuiu para o desenvolvimento econômico do Paraná.

As lideranças políticas locais têm-se movimentado, no sentido de alertar as autoridades, quanto à grave situação que ameaça se tornar próxima a triste realidade. Elas defendem com toda a garra, que é a característica da gente antoninense à sobrevivência da sua comunidade, toda ela ameaçada por tal perspectiva.

Trazemos este problema, hoje, à esta Casa, por termos a honra de representar boa parcela do povo litorâneo, e mais particularmente, a gente de Antonina, as autoridades estaduais devem se sensibilizar, pois caso contrário, Antonina será sepultada pela falta generalizada de empregos, reduzindo ainda mais, o já reduzido mercado de trabalho. A referida promessa de desativação, tem data prevista; 1.º de novembro próximo, sendo urgente a mobilização que agora efetuamos. Gestões junto à PORTOBRÁS, mais exatamente, devem ser mantidas pelo Governo José Richa a exemplo do que já vem sendo efetuado pelo prefeito Gilbert Gonzaga, pelos vereadores e demais lideranças comunitárias.

Antonina não pode morrer. Terra de tantas e tão caras tradições, está por merecer uma ação efetiva e imediata por parte dos nossos governos, em nome do passado, do presente e do futuro daquela gente honrada e trabalhadora.

Ontem, tivemos oportunidade de ler no "O Estado do Paraná", no local onde estava sendo feita uma exposição, e ficamos mais ou menos tranquilos, porque lemos na entrevista do Governador José Richa que ele teria duas alternativas: ou o Porto de Paranaguá, com os seus lucros, resultados ciclôpicos poderia participar com uma parcela desses lucros para viabilizar o problema de Antonina, ou então, ele, como outra opção, dizia que pretende, amanhã, manter contatos com a Portobrás, ocasião em que irá sugerir que a Portobrás colabore com uma parcela de resultado, uma parcela de numerário, de verba, para que essa possibilidade possa se viabilizar.

E, encerrando, sr. presidente e srs. deputados, reque-remos a esta Mesa, que seja inserido nos anais desta Casa, o editorial de hoje, da "Gazeta do Povo", que tem o título "Antecipando Operação Praias". Nós aqui já estivemos, há algumas semanas através, focalizando este assunto, que reputamos da mais alta importância, e pela razão de ser muito oportuno e muito objetivo este editorial, é que pedimos seja transcrito nos Anais da nossa Assembléia Legislativa.

É esta a razão que nos trouxe a esta tribuna, sr.

presidente, deputado Werner Wanderer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Artagão Mattos Leão, inscrito.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. presidente e srs. deputados.

"O Estado do Paraná" da última sexta-feira, publica uma entrevista do sr. vereador Ironaldo Pereira de Deus, de Antonina, o qual, peremptoriamente, afirma que o Governo do Estado do Paraná não tomou qualquer providência com relação ao problema do cais do Porto de Antonina, apesar de ter conhecimento do fechamento deste cais, desde o dia 20 de setembro próximo passado.

Esta afirmação do sr. vereador Ironaldo Pereira de Deus não é correta. O Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, da Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina, vêm envidando esforços no sentido de solucionar este grave problema que aflige, sobremaneira, o povo capelista.

Neste sentido, foi realizada uma reunião sexta-feira próxima passada, na cidade de Antonina, onde ficou decidido que o Diretor do Departamento Jurídico do Porto de Paranaguá, juntamente com um representante da Câmara de Antonina; mais o sr. prefeito municipal de Antonina; mais um representante do Sindicato dos Estivadores; alguns representantes do Sindicato dos Arrumadores e outros do Sindicato dos Motoristas autônomos, irão a São Paulo manter um contato com a subsidiária da empresa Matarazzo, a Miniteras Agropastorial Ltda., visando solucionar este problema que é de interesse real para todos nós.

Ouvimos há pouco, pronunciamento do eminente deputado e companheiro Nelson Buffara, que também vem a esta Casa solicitar providência ao sr. Governador do Estado.

Eu posso afirmar ao prezado colega, que o Governo do Estado do Paraná reconhece que o problema é grave; mas que o problema é de interesse de toda uma comunidade, e que vai envidar esforços no sentido de solucioná-lo. E nós todos, prezado deputado, juntamente com o sr. prefeito municipal, com o sr. Wilson Cleel, Diretor do Porto de Antonina, vamos nos juntar a eles, vamos fazer uma frente única com um objetivo também único: resolver este problema. Creio que o conseguiremos, porque em Antonina não existe, na realidade, perseguições políticas. Lá nós trabalhamos, embora o prefeito municipal seja do PDS, trabalhamos de comum acordo porque visamos um interesse maior que é o desenvolvimento da cidade de Antonina.

Eu sei que nesta parte, prezado deputado, nós estamos de comum acordo.

Vamos resolver este problema. O Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes, através da Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina, já estão mantendo contato com a empresa Matarazzo e com sua subsidiária, visando resolver este problema.

Na realidade, a compra do cais do porto das empresas Matarazzo, não é possível, vai dispendir uma quantia muito grande.

Sr. presidente, nós voltaremos a falar neste assunto em outra oportunidade, porque achamos que é um assunto palpitante e de interesse de toda comunidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Ervin

Muito obrigado”.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

“Este preocupante e já quase desesperador período de crise, sentem-no todos os segmentos. Sentem-no cada pessoa em particular e os que têm a responsabilidade de administrar sofrem de maneira mais acentuada ainda.

É o caso dos Prefeitos, notadamente dos pequenos municípios. Além das dificuldades inerentes à crise nacional, têm eles os problemas peculiares, como a falta de verba, o sufoco tributário, a insuficiente arrecadação, as isenções a que estão sujeitos, mais por imposições de acordos dos quais não participam e sobre os quais nem são consultados, como em particular as isenções do ICM.

Sofrem os prefeitos porque é ali, na base da comunidade, que os efeitos se acentuam, ali é que todos os dramas sociais explodem.

Portanto, é justificável o desespero do prefeito Adhelmar Sicuro, um dos tantos administradores de pequenos municípios que serve de exemplo. Ele é prefeito de Contenda. Ali a crise se encontra em estágio avançado e a ele cabe resolver, porque é a ele que todos recorrem. Mas resolver como, se não há recursos? Como ajudar, se a prefeitura está em situação falimentar?

Mesmo assim, o prefeito Adhelmar Sicuro não pede socorro, pede apenas JUSTIÇA! Pede que seu município tenha a justa recompensa pelo muito que trabalha e produz.

Contenda, aqui pertinho da Capital, tem uma área de 206 mil quilômetros quadrados e quase oito mil habitantes, em sua maioria na área rural, trabalhando e produzindo, com dificuldade mas com muita disposição. Contenda é um dos principais produtores de batatas e daí vem a sua principal fonte econômica. Os valores de produção do município passam de três bilhões de cruzeiros somente no que se refere à batata. Somente esse produto agrícola deveria render mais de 460 milhões de ICM. E sabem quanto o Município de Contenda recebe em ICM? Apenas e tão somente 37 milhões; menos de dez por cento daquilo que somente a batata deveria render, exatamente porque esse produto, que é a base da economia do município, está fora do ICM. E como todos sabemos, o ICM é a mais importante fonte de arrecadação do município que vive de sua produção. Os demais produtos são a parte menor, insignificante até.

Sem dinheiro e sem muita esperança... como administrar bem?

O Município de Contenda tem hoje uma rede viária que ultrapassara os 250 quilômetros de estradas que precisam estar bem conservadas, porque delas depende o sucesso da produção agrícola. Para tratar esse quarto de milhão de quilômetros, a Prefeitura dispõe apenas de dois caminhões basculantes velhos, de duas motoniveladoras e um trator.

Contenda sempre foi e continua sendo um município que trabalha, que se expande em sua agricultura. Na produção agrícola, na produção de horti-fruti-granjeiros, na pecuária e avicultura, ainda que menos desenvolvida, tem dado importante contribuição ao Paraná.

E se há trabalho tem que haver retorno; tem que haver a justa recompensa pela produção. Mas isso não há, e por isso o prefeito pede apenas justiça, tratamento adequado a quem trabalha e produz. O prefeito pergunta, e com razão, se é justo trabalhar sem a devida recompensa.

Contenda é um caso sério, e infelizmente, não é o único. É apenas um exemplo. Como esse, muitos outros municípios poderiam ser citados.

É preciso que se considere este, que se atente para o pedido do prefeito, que quer apenas a recompensa justa para o trabalho desse laborioso município, desse laborioso povo.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Odeni Mongruel, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. presidente, srs. deputados.

Ocupo a tribuna para trazer, lamentavelmente, ao conhecimento desta Casa, uma ocorrência que enluta a família pontagrossense em virtude das precárias condições de segurança em que se encontra aquela cidade.

Eu quero crer, neste momento, que falo também em nome do deputado Edmar Luiz Costa, e por extensão, do prefeito municipal Oto Cunha, porque trago testemunho verbal de outros companheiros políticos: do deputado federal Ary Kfoury, do deputado Dilson Fanquin, do deputado Djalma de Almeida César, nosso amigo e integrante da bancada do PMDB nesta Casa, no sentido de que fizesse eu aqui hoje o que faço neste momento: um apelo ao Senhor Governador do Estado, para que sua excelência envie todos os esforços no sentido de que se dispense ao Paraná de um modo geral, a Ponta Grossa que está desassistida, atenções no que se refere à segurança da população.

Vale lembrar, Senhor Governador, que a síndrome da violência atinge a todos os moradores daquela cidade. Eu já havia dito aqui uma vez e volto a repetir: a cidade está com medo, Senhor Governador. As pessoas estão se armando para fazer justiça com as próprias mãos. A marginalização cresce assustadoramente por dois motivos fundamentais: por descrerem na existência do Poder, descaracterizam e sentem a ausência da autoridade; e também porque as normas sociais já não seguram, e já não mantêm mais o cidadão dentro daqueles postulados sadios exigidos pela sociedade organizada.

Segurança, senhor Governador, é necessidade básica exigida pelo próprio instinto de conservação e de sobrevivência. A violência não é um fenômeno passageiro, muito mais do que isso, é sem dúvida nenhuma, a degeneração do indivíduo e da própria sociedade. Não negligencie, senhor Governador, por favor. É um apelo que uma cidade de duzentos e cinquenta mil habitantes lhe faz agora. Eu trago este apelo, senhor Governador, com a consciência do homem público e com o sentimento de quem teve na sua família a marca do crime. Refiro-me ao assassinato cruel a que foi submetido o professor Agostinho Jorge Buss, ex-diretor do Colégio Comercial e Estadual de Ponta Grossa; professor do Colégio Presidente Kennedy daquela cidade, meu cunhado. Eu sinto a dor, e a dor de quem sente é mais intensa do que a dor do alheio na fraqueza da criatura humana.

Senhor Governador, se na expressão de Tarcísio Padilha, “a violência contemporânea do homem”, porém senhor Governador, a onda crescente de violência é um desafio que se propõe à inteligência humana, acima de tudo, pelo senso moral.

Nós asbemos que prevenção e repressão do crime, seguem as mesmas oscilações da sociedade moderna, levando em consideração as condições econômicas e as necessidades de ordem psicológica, emocional e moral de cada cidadão.

A onda do crime ameaça a própria estabilidade social. Peço ao senhor Governador, neste momento, em nome da cidade de Ponta Grossa e, acredito que em nome de ambas as bancadas que tomam assento nesta Casa, porque seguidas vezes o mesmo apelo aqui foi repetido para que vossa excelência, senhor Governador, redefina as suas prioridades. É verdade que as marcas são do tempo. No momento em que vossa excelência, circunstancialmente assumia a Governadoria do Estado, a onda de crime crescia assustadoramente. Vossa excelência não tem culpa, mas vossa excelência tem, antes de tudo, a responsabilidade

para tomar decisões que promovam a repressão deste crime.

Senhor Governador, seja em última instância a salvação do povo, considerada "Lei Suprema", lembrando aqui um velho e consagrado ensinamento do Direito Romano.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. presidente, srs. deputados.

Há vinte dias foi eleita a nova diretoria do Sindiatto dos Trabalhadores da Construção Civil, aqui de Curitiba e Região Metropolitana. Cumpre ressaltar que esta eleição só atingiu "quorum" no terceiro escrutínio. Percebeu-se que havia desmotivação entre sindicalistas para participarem desta votação. Concorreram três chapas. A chapa de número um, que foi encabeçada pelo Sr. José Aparecido Costa, que fez 174 votos; a chapa número dois, encabeçada pelo Sr. Antonio Pereira de Santana, que obteve 433 votos; e a chapa número três, encabeçada pelo Sr. Isafas de Souza Muniz, que obteve 227 votos. Portanto, como se pode depreender, a chapa número dois, encabeçada pelo Sr. Antônio Pereira dos Santos, foi a vencedora, obtendo portanto o dobro da votação. Fez a votação das outras duas chapas juntas.

Não se conformando com este resultado, as outras duas chapas recorreram ao Delegado Regional do Trabalho, General Adalberto Massa, pedindo a anulação da eleição. O General Adalberto Massa foi além, pois que, além de anular, a eleição do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, decretou intervenção neste Sindicato.

Realmente, pudemos perceber que não foi um número muito significativo o dos eleitores nesta votação, pois que a classe contém sete mil sindicalizados. Mas o decreto que regulamenta esta eleição estipula que o sindicalizado, para votar, para ter direito a voto, deverá estar em dia com o Sindicato, dez dias antes da eleição.

Nestas condições encontravam-se, na oportunidade, apenas 1640 dos sindicalizados e votaram 800 e poucos. Portanto, mais de 40% dos eleitores, com direito a voto, participaram da votação.

Queremos aproveitar esta oportunidade para repudiarmos a mais esta atitude grotesca e violenta do Delegado Regional do Trabalho, General Adalberto Massa que, de modo arbitrário e ferindo a própria instrução n.º 34/37, editada pelo Ministério do Trabalho, que diz que um voto nulo não anula esta eleição, na votação de uma urna; que diz a seguir, que a anulação de uma urna não significa a anulação da eleição, e que mesmo quando apurada alguma fraude por parte de algum membro da Diretoria, este membro será substituído pelo seu suplente, mas jamais assumiria uma Junta Interventora neste Sindicato.

Portanto, sr. presidente, srs. deputados, o correto seria até mesmo talvez anular esta eleição, mas jamais intervir na direção do Sindicato. E este Sindicato, diga-se de passagem, não é pela primeira vez que está sofrendo as violências das arbitrariedades do General Adalberto Massa, pois em 1980, quando esta atual Diretoria concorreu para derrubar a Diretoria que estava há doze anos na direção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, sagrou-se vencedora, e foi declarada impossibilitada, até assumir a direção deste sindicato. Mas graças a um mandado de segurança e uma liminar concedida pelo juiz da época, esta Diretoria assumiu a direção do sindicato.

Portanto, sr. presidente, nosso repúdio à atitude do general Adalberto Massa e a nossa solidariedade ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao senhor deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Senhor presidente, senhores deputados.

Tivemos a oportunidade de, pela imprensa, lançarmos mais um repúdio a senhora secretária da Educação, quando diz que pretende tirar da cidade de Apucarana, a Inspeção Regional de Ensino.

Mas quanto a este assunto, senhor presidente, e senhores deputados, já estivemos na nossa região na semana passada, e o debatemos o suficiente e aqui queria deixar registrado nesta Casa, esta atitude que a senhora secretária da Educação está tentando contra a Cidade de Apucarana.

Em nossa viagem pelo interior, onde estivemos visitando os nossos companheiros, estivemos no município vizinho de Apucarana, o município de Califórnia, onde fomos ouvir as reivindicações dos nossos correligionários, como também ouvimos queixas e críticas à atual administração que mantém aquele município.

Eu queria, senhor presidente, senhores deputados, contar não em termos de críticas pessoais ao prefeito Cirineu Dias o qual é meu amigo particular, e que foi também meu funcionário, mas contar fatos pitorescos, que o prefeito de Califórnia tem feito na sua administração.

Ato n.º 1: na humilde e pequena Prefeitura daquele município, onde é uma pequena casa de madeira, para o seu conforto, o mesmo não ficou satisfeito em colocar o "carpet" apenas no assoalho do seu gabinete, mas pôs "carpet" pelas paredes, e também pelo teto do seu gabinete. Pela primeira vez na história dos decoradores, temos "carpet" até no teto dos gabinetes.

No seu carro oficial mandou colocar tala larga, faixa preta, como se fosse um carro particular e o que também, me impressionou bastante, senhores deputados, foi saber que o senhor prefeito municipal da cidade de Califórnia, está obrigando as professoras da zona rural, a aprender dirigir moto, porque diz que vão ser obrigadas a dar aulas de motocicletas, na zona rural, daquele município.

E o pior, senhores deputados, pasmem diante do que ele fez: criou na cidade de Califórnia, o Conselho de Ética da Prefeitura e sabe como funciona, senhores deputados? Se o senhor prefeito não gosta do cidadão fulano de tal, convoca o Conselho de Ética e manda para o cidadão fulano de tal, correspondência suspendendo-o de participar de festividades da cidade, ou seja, de bailes, de festas de igreja, de reuniões populares, etc. Onde se viu isso no Brasil? Onde se viu isto no mundo, a não ser no governo participativo do PMDB do município de Califórnia e no seu ato de austeridade, como tem sido austero o PMDB neste Estado?

O prefeito já conseguiu deixar com três meses de atraso o salário dos operários, e no seu primeiro ato financeiro foi fazer o reajuste de 500 por cento no seu salário.

É muito triste. É muito difícil ver os nossos companheiros do PDS, confirmado pelo próprio ex-prefeito, há minutos atrás no meu gabinete, receberem os bilhetes de repreensão do Conselho de Ética, proibindo-os de ir aos cinemas de frequentar bailes, de passear nas praças públicas...

Por favor, Conselho de Ética do PMDB do Estado do Paraná, puxe as orelhas deste prefeito, porque ele não

sabe na realidade, o que está fazendo.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao senhor deputado, líder do PDS, Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente, senhores deputados (Lê):

“As comissões parlamentares, quer para controle do Executivo, quer para fins de preparação legislativa, são instrumentos válidos e poderosos do Poder Legislativo.

Mas, sendo quase imperscrutáveis, indevassáveis os motivos que as inspiram e animam, difícil é mantê-las dentro das balizas da lei, da moral e da justiça democrática.

São órgãos propensos, facilmente sujeitos a desvios de finalidade, como está ocorrendo com a Comissão Parlamentar de Inquérito desta Assembléia criada para apurar irregularidades no âmbito da administração do Executivo.

Iris and Prothro, dois autorizados mestres do Direito Constitucional norte-americano, escreveram na sua obra intitulada “The Politics of American Democracy”, trabalho que se impõe pela segurança da doutrina e clareza de exposição, que, “à semelhança de qualquer outro poder, o poder de investigação se presta algumas vezes a abusos. Em vez de servir de base para a legislação, pode ser usado para fim de publicidade pessoal ou vantagem partidária; em vez de operar como proveitoso freio sobre a administração, pode ser um meio de usurpação de atribuição da área executiva; em vez de informar o público, pode servir para confundir, desorientar e agitar”.

É exatamente isso o que está se verificando com a CPI criada e instalada a partir de um requerimento da bancada do PMDB, eivado de vício, como demonstraremos no decorrer deste nosso pronunciamento, porque as comissões investigadoras não de ser convocadas para apurar fatos determinados, devidamente caracterizados, em todas as suas circunstâncias.

“Fatos vagos ou imprecisos, que se não sabe onde nem quando se passaram, são meras conjecturas que não podem constituir objeto de investigação”.

É o que doutrina Nelson de Souza Sampaio, no seu livro “Do Inquérito Parlamentar”.

O PMDB, pelo seu líder nesta Assembléia, requereu “... a normal constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigará as denúncias de corrupção administrativa, já apresentadas à consideração da Mesa da Assembléia Legislativa”.

O documento vem justificado, inclusive com requerimento subscrito por unanimidade dos deputados da bancada Estadual do PMDB, em que se apontam inumeráveis “fatos indeterminados e de autoria incerta” que, no seu entendimento, caracterizam, em tese, corrupção administrativa “lato sensu”.

Isso, baseado em “fatos indeterminados e de autoria incerta”.

A Constituição Federal, no seu artigo 37, permite: “A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, em conjunto ou separadamente, criarão comissões de inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros”.

Em obediência ao modelo constitucional federal, a Carta do Estado do Paraná disciplina:

“Art. 19 — A requerimento de um terço dos seus membros, a Assembléia criará comissões de inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, observando, em sua composição o disposto no artigo 16, parágrafo único, item I.”

Por força da unidade do sistema jurídico, a alocução “fato determinado” está para o direito constitucional como a “exposição do fato” na denúncia está para o direito processual penal.

“Art. 41 — A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.”

A imputação de infração é sempre quanto a “fato”, por isso tem que ser certo. E certo é o fato determinado, circunstanciado, delimitado, conhecido. Em termos de Comissão Parlamentar de Inquérito,

“Ninguém poderá ser incriminado se a incriminação não consiste em atribuir ao incriminado ações suficientemente definidas, com especificação de sua natureza e das demais qualificações pertinentes ao “standard” do ilícito penal que lhe é imputado”, conforme Francisco Campos, em “Comissão Parlamentar de Inquérito”.

Ocorre que a Comissão Parlamentar de Inquérito só pode atuar quanto a “fato determinado político”, que informe ao Poder Legislativo, que o instrua a elaborar as leis.

“A comissão de inquérito no direito brasileiro, pois, está presa à “inchiesta legislativa” de que falam os italianos. Corresponde à “comissón d'enquête” do direito francês. Visa a colher dados para os trabalhos da casa e jamais ensejar um controle político que escape ao Legislativo no regime brasileiro.

Constitui, destarte, abuso do poder de investigar a transformação da “inchiesta legislativa” em “inchiesta política”.

É o que ensina Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em “Comissão Legislativa de Inquérito”.

A doutrina italiana conceitua a “inchiesta política” como a investigação que visa a um controle de supervisão aprobatória ou desaprobatória, incompatível com o nosso regime presidencialista, em que os Poderes Legislativo e Executivo são absolutamente independentes entre si, ainda que harmônicos.

Mas ainda quando determinado o fato, a Comissão Parlamentar de Inquérito não tem competência de devassa, pois que essa competência não a possui sequer o Poder Legislativo, de que a Comissão é mero órgão transitório com prazo certo.

Ao estudar a origem, natureza e atribuições das Comissões Parlamentares de Inquérito, Moacyr Lobo da Costa diz que

“O poder de investigar não é genérico ou indefinido, mas eminentemente específico ou há de ter um conteúdo concreto, suscetível de ser antecipadamente avaliado na sua extensão, compreensão e alcance pela pessoas convocadas a colaborar com as comissões de inquérito.”

Por isso que

“A comissão de inquérito pode praticar todos os atos a fim de tomar conhecimento da maneira como funcionam os serviços públicos; mas não pode praticar nenhum ato que seja normalmente e legalmente da

competência de funcionários administrativos ou judiciários",

é o que nos transmite León Duguit, em seu Manuel de Droit Constitutionnel, editado em Paris, em 1923.

Também Manoel Gonçalves Ferreira Filho nos transmite em "Comissão Legislativa de Inquérito".

"Assim não pode ela pretender, a pretexto de investigação, realizar inquéritos policiais para a apuração de crimes e determinação de responsabilidades.

Esta tarefa só se compreende na competência de Legislativo, quer federal, quer estadual, quer municipal, quanto a crimes de responsabilidade. Esta aí adstrita, porém, a apurar delitos de autoridades sujeitas a "impeachment" perante ela. Não pode estender a sua ação nem a outras autoridades nem a quem não esteja sujeito ao "impeachment".

Nem é necessário acrescentar, por outro lado, que, não autorizando a Constituição o Legislativo a julgar, salvo no caso de "impeachment", as comissões de inquérito não podem invadir o campo reservado aos tribunais, o exercício de função jurisdicional.

Este último ponto é enfatizado pela doutrina nacional. Pinto Ferreira sublinha que o direito brasileiro recusa às comissões de inquérito as funções de "indicar, incriminar e processar indivíduos que não se encontrem sob sua jurisdição".

Há lei regulando a atuação das comissões parlamentares de inquérito: a de n.º 1.579, de 18.03.52. E esta lei dispõe que a conclusão da comissão parlamentar, sobre os "fatos determinados que deram origem à sua formação" (art. 1), far-se-á por relatório e projeto de resolução (art. 5). Portanto, sem julgamento. E projeto de resolução é atividade legislativa, não processual penal, exclusiva, esta, do Poder Judiciário.

Como se vê, senhor presidente e nobres senhores deputados, o pedido de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, feito pelo líder do PMDB, padece de absoluta e insanável inépcia. Nesse pedido não se indica "fato determinado", mas fatos incertos, imprecisos, de ouvir dizer, imprestáveis à instalação da Comissão.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, no sistema constitucional brasileiro, tem por limites a competência do Poder Legislativo, na qual não se inclui a de devassa, investigação e julgamento, salvo em processo de "impeachment", como aquele que propusemos contra o governador José Richa e que foi arquivado pelas manobras da Maioria na Comissão de Constituição e Justiça.

Desejo advertir a esta Casa que o Poder Judiciário pode ser levado a se pronunciar através de ação de segurança por quem tenha ofendido direito líquido e certo, ou por "habeas corpus" por quem seja constrangido ilegalmente pela Comissão a depor. Como os fatos são indeterminados, também o são as autorias.

Assim, qualquer das pessoas que se sintam potencialmente atingidas pelas afirmações do pedido da CPI, está legitimamente a interpelar vossa excelência, senhor presidente, pois as Comissões parlamentares de inquérito não têm personalidade jurídica externa. A Mesa ou Câmara as representam externamente como pessoa jurídica, ou ao ilustre líder do PMDB (que, ao requerer a instalação da CPI, divulgou as acusações, para que explicite essas acusações, com o que poderá legitimar-se ou à ação de segurança ou ao "habeas corpus". Relembra notar que, se das acusações, resultar crime contra a honra, praticado por algum ou alguns

deputados, não há cobertura de imunidade parlamentar, seja na espécie de inviolabilidade, seja na de irresponsabilidade penal.

Fui buscar nos doutos as lições sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito — tema vasto, mas já bem estudado, principalmente no direito estrangeiro. No Brasil, já há uma boa experiência e a vantagem de lei expressa.

Como se constata, a CPI desta Assembléia não é nada disso que acabamos de analisar. Por isso, a Bancada do PDS não pode concordar com o seu funcionamento. Em relação ao momento paranaense, é muito estranho que a criação dessa CPI se tenha dado por ato da Maioria, em posse do Governo, com todos os elementos da administração em suas mãos. Podem os homens do Governo saber tudo, em pouco tempo, e sem grandes esforços ou debates.

O Executivo tem todos os meios e facilidades para apurar e esclarecer tudo quanto aconteceu nas administrações anteriores.

Quaisquer abusos, excessos, desvios ou violações da lei são facilmente investigados nas Secretarias e podem levar os inquiridores a juízos seguros e claros sobre situações que estão sendo expostas ao público como suspeitas, sem maior indicação e sem qualquer cuidado pela honra alheia.

Não constitui novidade dizer que é tão fácil ver o que há, o que existe, e tudo apurar por meio de sindicâncias ou inquéritos administrativos, quando há base para isso.

A opinião pública paranaense reconhece que o Executivo não tem procedido dessa maneira.

Enquanto o governo do senhor José Richa se omite nas suas obrigações de precisar e positivar, com fatos certos, definidos, irregularidades que teriam ocorrido no âmbito da administração estadual, vimos a CPI desta Assembléia, criada a partir das generalidades do líder do PMDB (e como gosta de generalidades essa liderança governista), que contraria a doutrina sobre sua criação, instalação e funcionamento, assim como a legislação que dispõe sobre isso, transformar-se num prolongamento de propósitos subalternos do Executivo contra os seus adversários políticos. E, em assim sendo, entregou-se à tarefa de achincalhar-lhes a honra, humilhando pessoas e atirando-as ao desprezo público. Dessa forma, as atividades dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que colide com a boa doutrina e a lei, passaram a ser perigosas nocivas à honra dos cidadãos.

Por isso, este Poder Legislativo não pode submeter-se à impostura dos dominadores que já evidenciam ao povo paranaense a sua precipitação em relação à escolha ou à conduta da nossa gente.

Há muito já optamos no Paraná por viver sob o primado da lei. Já está proscribida da vida paranaense a violência dos poderosos.

É preciso que os efoitos caçadores de bruxas, inspirados pelo Palácio Iguaçu, tenham presente que a nossa sociedade regulamentou o poder. Os prepotentes têm de ser submetidos à lei. Não podemos tolerar o surgimento de danos da verdade em nossa terra. Se o Executivo se amesquinha, é bom dizer-lhe: o Legislativo e o Judiciário se engrandecem perante os cidadãos deste Estado e do País, mantendo-se altivos e fortes na defesa intransigente da honra e da dignidade da nossa gente que se dispôs a servir ao Estado e à Nação, pois que, esses poderes, sabem distinguir o bem do mal, o justo do injusto e têm



na justiça a base da sociedade.

Diante disso, senhor presidente e nobres senhores deputados, como está sobejamente comprovado que a Comissão Parlamentar de Inquérito criada na forma do artigo 19 da Constituição Estadual e artigo 34 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa está-se desviando de suas finalidades, entregando-se a generalidades e não a fato determinado, isso fato, contrariando a lei, chegando mesmo a usurpar de funções do Ministério Público, a Bancada do PDS comunica a Vossa Excelência e aos integrantes deste Plenário que decidiu deixar de participar daquele órgão, retirando os seus representantes. Junto ao mesmo, que são os senhores deputados Ayrton Cordeiro, Gabriel Manoel, Jorge Maia, Tércio Albuquerque e Luiz Gabriel Sampaio.

Ao proceder assim, o Partido Democrático Social deseja anunciar a esta Casa e à opinião pública paranaense e à do País que o faz em cumprimento às leis brasileiros, em defesa do bem comum e da fiscalização da regularidade dos gastos financeiros e orçamentários atribuídos ao Poder Executivo, sem submeter-se aos interesses dos detentores do poder no Paraná. Os deputados estaduais do PDS renovam a sua firme disposição de continuar lutando pela aplicação da sistemática do Direito Positivo brasileiro, na qual cabe ao Ministério Público colher os elementos de denúncia indispensáveis a abrir o procedimento judicial para obter, na alçada do Poder Judiciário, a punição exemplar dos culpados por negligência e desonestidade.

E para que os Anais desta Assembléia registrem, e a história política do Paraná assinala à posteridade, cabe, a esta liderança mencionar que homens probos e intímoros como Luiz Gabriel Sampaio, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Donato Gulin, Ayrton Cordeiro, Werner Wanderer, Ezequias Losso, Tércio Albuquerque, Tuguito Setogutte, Ivan Gubert, Basílio Zanusso, Augusto Carneiro, Wilson Fortes, Jorge Amin Maia Filho, Leônidas Chaves, Gilberto Carvalho, Nelson Buffara, Odeni Mongrue, Edgard Pimentel, Quielise Crisóstomo da Silva, Péricles Pacheco, Fuad Nacli e Gabriel Manoel, lutaram e continuam lutando para pôr cobro à corrupção e aos desmandos administrativos daqueles que, investidos em cargos públicos, esqueceu-se dos ideais mais legítimos do povo paranaense para satisfazer aos seus apetites vorazes, onde a dignidade esteja ausente. É bom acentuar, senhor presidente, que os Anais desta Assembléia estão repletos de repetidas e renovadas manifestações e declarações desta liderança e de todos os deputados que mencionei, de que quaisquer atos de corrupção devem ser apurados, mediante o oferecimento de ampla defesa aos acusados e exemplar punição dos culpados pela Justiça, a quem cabe julgar, absolvendo ou condenando.

Os deputados do PDS, que constituem a Bancada da Minoria e da Oposição na Assembléia Legislativa paranaense, como têm demonstrado desde que se instalou esta Legislatura — e suas vidas públicas são o melhor exemplo de confirmação dessa minha assertiva — não pactuam, e estou certo de que jamais pactuarão com atos de corrupção ou degradação da vida pública.

Não admitimos a companhia ou aliança com ladrões, rapadores da coisa pública, assaltantes dos cofres do dinheiro do povo, porque cremos que o lugar deles é na cadeia!

E porque assim cremos, também não podemos admitir essa farsa que se instalou no recinto de reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre irregularidades no âmbito da administração estadual, transformado no palco amplo do espetáculo degradante do tripúdio sobre a honra alheia.

Os procedimentos mais revoltantes puderam ser presenciados, como aqueles que chegaram até a comprometer a grande missão do Legislativo de palavra livre, quando o presidente da Comissão, deputado Rubens Bueno, provocou um tumulto ao solicitar que um deputado federal — o deputado Oscar Alves — deixasse o recinto, sob o argumento de que sua presença poderia constranger algum depoente. Não satisfeito com tamanha indignidade com um membro do Congresso Nacional, mais tarde, o presidente da CPI fez muito pior: cassou a palavra daquele deputado federal que, espontaneamente, se dispusera a esclarecer o presidente da Comissão, deputado Rubens Bueno, e os representantes do seu partido naquele órgão, não queriam ouvir o relato de mazelas administrativas do governo que eles apóiam e aspectos gravíssimos relacionados com a escolha de dirigentes de órgãos da administração. Foi preciso que o deputado Erondy Silvério intervisse, lembrando que, acostumados a acusar todos de tudo, os hoje governistas do PMDB devem ouvir os clamores contra o governo a que pertencem, e formulasse um apelo no sentido de que se pudesse superar o escândalo que se registrava, pela primeira vez, na história do Legislativo paranaense, de um deputado federal ter sua palavra cassada na Assembléia Estadual por denunciar a má aplicação de recursos públicos em publicidade e propaganda para endeusamento do Governador do Estado e por estar este a acobertar a presença de um assaltante de banco, condenado pela Justiça Comum, na direção de importante órgão, como é o setor administrativo da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. Aliás, esse procedimento do Governo do PMDB já não causa estranheza, pois o deputado Erondy Silvério fez eco neste Plenário da designação de um ladrão para dirigir uma Ciretran. Como essas designações são oriundas de manifestações dos diretórios municipais do PMDB, constata-se, por esse fato a que está levando o Paraná a apelidada "democracia participativa" que no governo do Estado, pela inércia do Governo José Richa, se transformou num desastre administrativo, que agora toma maior amplitude para ser uma catástrofe e infelicitar e envergonhar o povo paranaense. Isto sim, senhor presidente e nobres senhores deputados, é ser antiparanista e só poderia partir de alguém que não tem nenhuma identificação com as nossas raízes, com as nossas mais caras tradições de gente honrada, honesta e trabalhadora. Não satisfeito em desestabilizar as nossas instituições, o Governador José Richa, o governo do PMDB agride a dignidade do nosso povo. A essa ação antiparanista caracterizada pelo governichar, deve corresponder uma ação defensiva da sociedade, do povo paranaense em particular, empreendendo ações paralelas para defesa da dignidade da gente paranaense; defesa da moralidade administrativa, a fim de impedir procedimentos desonestos que estão ocorrendo na administração do senhor Richa, a exemplo do contrato celebrado pelo secretário das Finanças, e o sr. Erasmo Garanhão, autor da reprimenda à liderança e à Bancada do PMDB nesta Assembléia no episódio da destituição do sr. Léo de Almeida Neves da presidência do Banco do Estado, com a empresa Moreira — Auditores Brasileiros Associados, para prestação

de serviços de consultoria e assessoria técnica. Contrato cujo valor é mantido em segredo, pois que o extrato publicado no Diário Oficial do dia 21 de setembro passado não informa o seu valor, contrariando todas as normas de gestão honesta e transparente. Além disso, um contrato com valor não revelado, tem a participação da secretaria de Recursos Humanos, já em extinção, e que responderá pelo ônus desse negócio a ser concluído até 31 de dezembro do corrente ano. Como vêm, senhores deputados, o que transparece dessa administração do PMDB está a exigir maior vigilância sobre os assuntos relacionados com o dinheiro do povo. Precisamos ampliar, e o quando antes, a sua defesa, estabelecendo procedimentos paralelos de prevenção no uso do dinheiro do sacrificado e espoliado contribuinte aos cofres do Tesouro Público do Paraná.

Como se pode explicar que uma secretaria de Estado deixe de revelar o valor de um contrato que celebrou, como está ocorrendo com a secretaria dirigida pelo senhor Garanhão, enquanto as demais informam a espécie de contrato, quais as partes contratantes, o objeto desse contrato, seu valor, forma de pagamento, origem dos recursos, dirigida pelo honesto e honrado professor Belmiro, endividador do Paraná.

É até possível que o PMDB, que agora explica tudo, possa explicar o valor desse contrato, o que seria muito bom para a opinião pública. Pode tentar explicar, porém não há dúvida que não se justifica a omissão do valor do contrato.

É provável que diante desse fato ocorrido no âmbito da secretaria das Finanças, se explique o nervosismo, as manifestações de temor e até mesmo as evidências de pânico de deputados do PMDB, do Governador do Estado, de seus Secretários, ante nossas afirmações do propósito inabalável de empreender ações paralelas de defesa contra o antiparanismo do Governo do PMDB e dos seus agentes na administração, assim como, devo reconhecer que não são todos — há honrosas exceções de alguns dos seus representantes nesta Casa, que se mostram empenhados na destruição do melhor patrimônio do Paraná, que é — como disse o jornalista e professor da Universidade Católica Wanderley Dias — a reputação de seus melhores filhos, o conceito dos grandes cidadãos paranaenses. E no seu bilhete ao deputado Adhail Sprenger Passos, publicado na edição do dia 5 deste mês, no conceituado jornal paranaense "GAZETA DO POVO", Wanderley Dias diz que quando chama o deputado Adhail Sprenger Passos de homem de bem, não lhe faz qualquer favor, apenas reconhece o que tem sido seu modo de agir por toda a sua vida. Wanderley recorda as atividades de magistério superior junto com o deputado Adhail e revela que já estiveram unidos até pelo voto. Voto de mais de uma vez, com orgulho e discernimento. Relembra que dentre os que partilharam dessa convivência universitária estiveram homens como Guilherme Lacerda Braga Sobrinho e Euro Brandão, da mais alta compostura pessoal, profissional e humana. São, a seu modo, símbolos do que o Paraná tem de melhor.

E por ser pertinente ao debate do relatório alternativo da CPI sobre irregularidades no âmbito da administração estadual, incorporo a este meu pronunciamento trechos da manifestação desse excelente escritor, professor e jornalista, que é Wanderley Dias.

"Não nego, a qualquer governo, o direito e o dever de apurar as irregularidades praticadas, os ilícitos perpetrados na administração, com a punição exemplar dos culpados pelo descrédito da função pública.

Não ponho, porém, na mesma categoria, os atos de mera

vingança, os gestos de agressão gratuita, os processos de destruir reputações e de torcer os argumentos a favor de César, os de apontar à execração quaisquer pessoas que não leiam pela cartilha dos sobas ocasionais e dos sátrapas que passarão um dia e sobre os quais pesará o pó da história e as cinzas do esquecimento, porque nada terão feito senão destruir, achincalhar, agredir.

No curso dos tempos — prossegue Wanderley Dias — houve erros tremendos, irremediáveis até pelos usurpadores de honra alheia, pelos que deixaram suas paixões falar mais alto que a justiça, pelos que se serviram do mando para perseguir, para patrulhar, para odiar.

A nossa própria Igreja lamenta e chora, ainda hoje, os desmandos desse período nefasto que se chamou a Santa Inquisição, em que santa talvez fosse o pseudônimo de diabólica, tanto e tanto mal usou o nome do próprio Deus para justificar a barbárie e a violência.

A revolução de 1964 pagou um preço amargo àqueles que a desvirtuaram e, em seu nome, cometeram os excessos que todos reprovamos e lamentamos.

A CPI, dita de apuração da Corrupção, ora instalada na Assembléia Legislativa do Estado, não pode, para própria dignidade do Poder Legislativo, transformar-se num "Tribunal do Povo", capaz de condenar Lavoisier porque a República não precisa de sábios!

O terror não se manifesta apenas pelo aço degolador da invenção do doutor Guillotin."

Em outros trechos menciona que "o Paraná não pode aceitar que a CPI se transforme num tribunal marcado pelo preconceito, pelas conclusões adrede preparadas, pelo "baralho marcado" como diz duramente a sabedoria popular", conclui Wanderley Dias.

Como se constata, são manifestações idênticas a essa que reclamam a atuação dos membros desta Casa na defesa da dignidade deste Legislativo, porque o povo que nos tornou seu mandatário jamais aceitará a omissão dos senhores deputados diante do desencadeamento de tanto ódio político, de tantas ações antiparanistas praticadas pelo governo do PMDB e seus partidários.

É hora de enfatizar novamente um BASTA aos arquitetos do caos, aos desestabilizadores da vida paranaense, àqueles que, movidos pelo ódio e pela vingança política, pretendem transformar esta Assembléia — e é bom advertí-los de que os cidadãos dignos desta terra não o permitirão —, num circo mambembe, em cujo palco os medíocres e pobres de espírito darão vazão ao seu despique, sobrepondo os seus apetites revanchistas e suas frustrações às mais caras aspirações do povo paranaense, que vê os ideais mais legítimos como sendo aqueles que concordam com a evolução da experiência.

A inconsistência de acusações formuladas contra a administração anterior da FUNDEPAR é gritante nos próprios autos da sindicância realizada pela atual administração, como se constata pelo termo de declarações do senhor Paulo Alfredo Damasceno Ferreira, membro daquela Comissão.

Basta mencionar que às folhas 229, do II volume dos autos, consta que ele obteve a informação verbal de que o material escolar destinado ao Município de Mandaguai não fora recebido.

Observem, senhores deputados: a administração peemedebista vai ao ridículo de louvar-se em incriminações "por ouvir dizer" e se isso não bastasse, o mesmo sindicante revela, as folhas 230 do II volume, que foi a Mandaguai e Marialva, num sábado à tarde, e não encontrou nenhum colégio funcionando, ou funcionários trabalhando e por isso decidiu ouvir alguém na cidade que teria informado que o material escolar não chegou

ao município.

Ora, senhor presidente e nobres senhores deputados, só mesmo a má fé e a existência de propósitos inconfessáveis, motivariam alguém a realizar investigações fora do horário normal do expediente, num sábado, à tarde, em duas cidades simultaneamente. Mandaguari e Marialva, quando todas as repartições estavam fechadas. E para culiminar os absurdos dessa sindicância na qual se baseou a maioria governista para aprovar o relatório alternativo atribuído ao deputado Sprenger Passos, mas que já se tornou público e notório que é de pai inominado que se esconde da sua criação, concluiu informando, às folhas 231, do II volume, que "por falta de tempo" não manteve nenhum contato nas cidades de Jandaia do Sul, Bom Sucesso e Califórnia.

Cabe mencionar, também, para que fique bem caracterizado o objetivo político do relatório alternativo e da própria CPI, que, tanto na sindicância como na Comissão Parlamentar de Inquérito, não se procurou ouvir o ex-Deputado Edilson Alencar, do PMDB, atualmente diretor de uma das empresas do Banco do Estado do Paraná, que solicitou e obteve cadernos da Fundepar para distribuição entre a população escolar do Estado, o que vem demonstrar que essa prática foi desenvolvida (não apenas pelo PDS, mas também pelo PMDB, para que esse material chegasse aos seus destinatários finais nos diversos pontos do Estado, o que de fato ocorreu.

É lamentável, profundamente lamentável, que a superintendente da Fundepar, a exemplo da maioria dos dirigentes da administração peemedebista, esteja a se omitir em suas responsabilidades funcionais e tenha enviado a esta Assembléia os autos da Comissão de sindicância, ao invés de instaurar inquérito administrativo, assegurando ampla defesa aos acusados, não permitindo intimidações com ameaças de desemprego para obtenção de depoimentos contra ex-dirigentes daquela Fundação, aplicando as penalidades cabíveis aos responsáveis por irregularidades e solicitando à Procuradoria Geral do Estado, se coubesse, o procedimento judicial fadado a obter, na alçada do Poder Judiciário, a punição dos culpados.

Se assim não o fez, é porque, ao contrário da maioria governista na CPI, não encontrou elementos de convicção para tanto, ou se omitiu, tornando-se conivente.

Outra alternativa a considerar é que a incompetência do governo José Richa, do Governo do PMDB, é um fato indiscutível. E disso o povo do Paraná é testemunha, pois está a sofrer os efeitos dessa incompetência.

Como esse governo é incompetente e omissivo, viram-se os senhores deputados a braços com a missão de investigar qual o destino dado a bolas de vôlei, basquete, handebol, bolas de futebol de salão — dentre outros materiais —, como uma rede para vôlei (página 47 do II volume da sindicância da Fundepar); para uma bola de vôlei e duas de futebol de salão (página 48 do II volume); uma bomba para bolas, quatro colchões para ginástica, cordas para pular (página 190, II volume); lápis preto, borracha branca, régua plástica e seis caixas de giz branco com 400 palitos (página 177, II volume).

Sobre o material esportivo, espera-se que esteja divertindo os estudantes ou ajudando a formar craques nas diversas modalidades esportivas. Os lápis pretos sirvam para as crianças escreverem mensagens ao Governador Richa, pedindo que ele saia da inércia, rompa com o imobilismo e comece a trabalhar, ele e o secretariado preguiçoso que aí está, mas trabalhar mesmo, como é do seu dever. As borrachas brancas sirvam para os alunos apagarem a péssima lição do governo do PMDB, que lançou ao desemprego e perseguiu seus queridos mestres e centenas de pais de família, com as demissões em massa, que o líder do PMDB, deputado Nilso Sguarezi, deseja que cheguem a trinta mil para elevar-se a 150 mil novos desempregados, tomando-se a base de cinco por um.

A borracha branca deverá servir também, para apagar a outra péssima lição da malfadada "democracia participativa", que criou o famigerado CPI - Comando Político Ideológico, que cassou dezenas de professores eleitos para a direção de escolas, preteridos por não se submeterem a esse comando político mascarado do PMDB.

As régua plásticas servirão para dimensionar a mediocridade do governo José Richa e dos seus agentes na administração. Espera-se que sirvam, da mesma forma, para dimensionar a pequenez daqueles que transformaram a CPI num instrumento de vindita contra os seus adversários políticos.

As mediocridades negam sempre as virtudes, as belezas, as grandezas. Nunca serão idealistas.

Por isso, precisamos governar em paralelo nossas ações para impedir o triunfo das mediocridades. É bom refrescar memórias, lembrando que os hipócritas recebem a austeridade, reservam a mordomia para si e enaltecem sua própria conduta. É isso que o povo paranaense está vendo no governo do PMDB. Foi isso que os senhores deputados presenciaram nas sessões dos dias 3 e 4 do corrente, com os pronunciamentos dos deputados Tadeu França, um aparte do deputado Roberto Requião e o discurso do líder do PMDB, deputado Nilso Sguarezi, quando, para camuflar suas invectivas contra o pronunciamento desta liderança, passaram a bajular os poderosos, os ocupantes do poder, recorrendo à mentira, a grossas mentiras, como aquelas já desmascaradas pelo discurso do ilustre deputado Ailton Cordeiro, sobre as declarações do governador José Calil Richa de que, em apenas seis meses, operou o milagre de reduzir o déficit por ele denunciado e por seus partidários, que seria de cem bilhões de cruzeiros para quatro bilhões de cruzeiros. Richa e seus acólitos mentiram ontem, como mentiram durante a campanha eleitoral, mentem hoje e continuarão mentindo amanhã, porque vivem de mentiras. Um governo incompetente como esse do PMDB, todos sabem, não faria um milagre. Eles exageraram e incharam o montante do déficit orçamentário para, mentindo em enormes proporções, virem engodar a opinião pública paranaense. Mas esta já conhece, muito bem, esses bajuladores, e lhes dará a resposta adequada nas próximas eleições.

O povo paranaense não pode concordar com esses falaciosos que hipocritamente vêm dizer a esta Casa que o PMDB está realizando um governo de eficiência e austeridade. Só se eficiência e austeridade passaram a ser sinônimos de incompetência e falta de ação.

Aliás, senhor presidente e nobres senhores deputados, quanto aos discursos dos senhores Tadeu França e Nilso Sguarezi, não pretendo retrucá-los, porque o deputado Ailton Cordeiro soube fazê-lo com brilhantismo e inteligência que faltaram aos pronunciamentos desses representantes do PMDB. Por encontrar-me em Brasília, lutando para o atendimento de necessidades dos municípios paranaenses, que estão a exigir um paralelismo de ação em seu favor, já que o governo José Richa é incompetente, omissivo e odientamente discriminatório com as prefeituras que não são exercidas pelos seus partidários, portanto, fui pleitear cruzeiros, em Brasília, e não dólares nas Bahamas, (como fazia e continua fazendo o Secretário do Planejamento, professor Belmiro, responsável pelo endividamento do Paraná e pelo aumento da dívida externa brasileira), não estava neste Plenário por ocasião das agressões verbais de que fui vítima, e por isso sou grato aos companheiros Ailton Cordeiro, Gilberto Rezende de Carvalho, Tércio Albuquerque e Luiz Gabriel e Gabriel Manoel, pelas prontas respostas que deram às mentiras e injustiças peemedebistas.

Congratulo-me com o esforço desses companheiros de lutas nesta Assembléia, porque para responder ao imbróglio que foram os pronunciamentos dos deputados Tadeu França e Nilso

Squarezi, requer-se muito talento.

Peço-lhe desculpas, senhor presidente, por ter derivado do tema central que estava abordando, mas é que as mentiras governistas precisavam de um corretivo adequado.

Voltando ao material da Fundepar, restava referir-me a seis caixas de giz que provavelmente tiveram ao seu verdadeiro destino, que é a sala de aulas, pois desconheço outra aplicação para esse material, que não seja para escrever ou desenhar na lousa. E se isso não ocorreu, provavelmente o desvio desse material para fins eleitorais beneficiou o PMDB, pois foi um candidato desse partido, o sr. Pedro Lauro, quem fez sua campanha borrando com inscrições, a giz, os muros e paredes das cidades, pedindo votos para os seus companheiros de intelectualidade e de moralidade administrativa os srs. Richa e Álvaro Dias.

Como se constata, não foi para beneficiar os candidatos do PDS. O beneficiário do giz nas eleições de 82 foi o PMDB.

Senhor presidente e nobres senhores deputados: o comportamento da CPI está a desmerecer o conceito deste Poder Legislativo, e com isso o PDS não vai pactuar, e não aceita o relatório de paternidade inominável e que está sendo atribuído ao deputado Adhail Sprenger Passos.

Reflitamos sobre as seguintes razões: a CPI não aduziu nenhum fato novo incriminatório às conclusões da Comissão de Sindicância da Fundepar.

O relatório chamado de alternativo — ora senhores, relatório alternativo, aonde já se viu tamanho disparate? (O relatório é exposição escrita do relator, e o relator da comissão é o deputado Luiz Gabriel Sampaio), excluiu da apreciação duas provas apresentadas após a conclusão da aparatosa Comissão de Sindicância da Fundepar: os cadernos de distribuição gratuita, com carimbo de políticos do PMDB e a estranha compra de carteiras escolares, no montante de cem milhões de cruzeiros, pela atual administração peemedebista, sem licitação ou concorrência pública.

Se a direção da Fundepar não encaminhou à Procuradoria Geral do Estado as conclusões da Comissão de Sindicância, não pode a CPI pretender interpretar e encaminhar à Procuradoria, tipificando crimes, o que constitui usurpação das funções do Ministério Público.

Na verdade, o chamado relatório Adhail Sprenger Passos, que o PMDB adotou e remeteu à Procuradoria recomendando o oferecimento de denúncias enquadrar crimes, cita artigos do Código Penal, descrevendo, embora sem citar autores, crimes de corrupção e de peculato. Em uma frase: julga e pune.

É do grande batalhador do Legislativo brasileiro, DJALMA MARINHO — o grande parlamentar que nos piores momentos do Congresso não se vergou aos poderosos, o ensinamento:

“Em suma, a Comissão Parlamentar de Inquérito não julga e não pune”. Parecer na Comissão de Constituição e Justiça, publicado no Livro Perfis Parlamentares, às fls. 150.

Aliás, se a doutrina é unânime em reconhecer os limites de atuação das CPIs, igualmente respeitosos parlamentares brasileiros, também assim sempre entenderam. Se não se quiser levar em conta o parecer de Djalma Marinho, consulte-se nos Anais da Câmara dos Deputados, página 295, de 13.12.63, o precioso trabalho de Pedro Aleixo, no qual o professor de direito e deputado esclarece que o Poder Legislativo não pode arrogar-se em funções do judiciário ao usurpar funções do Executivo.

Se pela miopia político-pardiária, não se quiser levar em conta as lições desses dois brilhantes parlamentares, autênticos representantes do que melhor possui o Parlamento brasileiro, que o PMDB aprenda com o límpido ensinamento do peemedebista Tancredo Neves.

“Não cabe às Comissões Parlamentares de Inquérito classificar infrações nem, tampouco, sugerir punição ou

medida cabível em face de irregularidade apurada. O seu poder é da informação e seu exercício tem por limite as esferas de competência do Executivo e do Judiciário. Escapa às Comissões parlamentares de inquérito competência para praticar atos que estão afetos à jurisdição de outros poderes. É o que está hoje assentado pela doutrina mais autorizada”. Este trecho do parecer do então deputado Tancredo Neves, que nunca foi político menor está publicado nos Anais do Congresso Nacional e se vale especialmente, dos ensinamentos de Bianas “Les Convisions de Enquête Parlementaire”.

O fato do Relatório chamado alternativo, não ter sido da autoria...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência lamenta que o seu tempo esgotou e concede mais um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço e solicito que vossa excelência me inscreva em Explicações Pessoais para que eu possa concluir o pronunciamento, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedido. Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu espaço.

O SR. RUBENS BUENO — Em nome de liderança do PMDB, fará uso do horário o deputado Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Com a palavra, sr. deputado Roberto Requião, inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para tratar do ressurgimento no processo de degelo porque passa a política brasileira de velhos fósseis conhecidos como uma sub-espécie rapinantes do “dedo-duro” paranaense.

Especialmente, dirijo-me nesta sessão, ao deputado federal Oscar Alves e ao deputado da Bancada do PMDB, se é que de parlamentares podem ser chamados, Ervin Bonkoski.

Suas atividades, seu comportamento, suas deficiência de caráter tem aprofundado a vertente direitista que ainda se encontra adormecida no processo de abertura da política nacional.

Tenho aqui em mãos, um documento enviado pela Ordem dos Advogados do Brasil, documento que se refere ao primeiro espécime, o deputado federal Oscar Alves, que deveria renunciar ao seu mandato de parlamentar, e sentar praça na Polícia Federal, no grau de sub-delegado, especializado em denúncias vazias.

Dele tratou com propriedade a Ordem dos Advogados do Brasil, através da sua Comissão de Recursos Humanos, e se refere a este simulacro de parlamentar, nesta nota oficial que passarei a ler desta tribuna.

“A Comissão Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, reunida ordinariamente, nesta data, e atendendo o parecer do relator do Processo nº 3736, D, em que é requerente Arnaldo Agenor Bertone, decidiu por unanimidade externar eo seu repúdio às atitudes que vem sendo tomadas pública e repetidamente por este secretário de Estado sobre a pessoa do requerente.

A Comissão considera que as mesmas se revestem de caráter segregacionistas, ferindo não só os princípios universalmente aceitos pela civilização, pelos quais tanto se tem lutado neste País, quanto à plenitude da cidadania do condenado com pena cumprida, isto sob a ótica técnica jurídica e social, como também, e com igual intensidade os direitos humanos entendidos como a capacidade de toda a coletividade de não ser injustamente discriminada aqui sob

o aspecto dos direitos civis.

O repúdio aqui manifestado merece uma ênfase ainda maior, quando se constata que aquelas atitudes foram tomadas com o fim de exploração política, mesmo porque, se pena deveria ter recebido o requerente, ele a teve e cumpriu não podendo mais quem quer que seja tentar transformar a sanção imposta a Agenor Bertoni em pena perpétua, maculando-se dia a dia o caráter de quem está reintegrado no meio social”.

Agenor Bertoni sofreu a sua pena, por uma atitude política e espero sinceramente, sr. presidente e srs. deputados, que penas superiores sejam aplicadas a este deputado federal, que se chama Oscar Alves, que é réu de delitos bem mais sérios que os de Agenor Bertoni, delitos que não tiveram o fim idealista de uma posição política, mas que foram apropriação da estrutura do Estado para benefício próprio. Estas atitudes, esse “dedo-durismo” que se instala no processo político do Paraná teve como terrível consequência, nesta tarde, o fato de que deputados federais que representam o Partido que é poder neste Estado, um senador da república, terem sido barrados na frente da Polícia Federal, como parlamentares e como advogados, não tendo acesso aos motivos de um absurdo chamamento para depoimento de assistentes sociais do IAM. Não só barrados, mas fotografados por um ridículo agente assim o fazia pelos desvãos das janelas do prédio onde se instala a Polícia Federal. Esta situação é o produto do “dedo-durismo” que não podemos mais admitir, fora do Partido e dentro dele; “dedo-durismo” que no PMDB se consubstancia na atitude calhorda do deputado Ervin Bonkoski, que denuncia, pela imprensa, como radicais de esquerda e comunistas, seis companheiros seus de Partido, e o Partido não se mexe; e o Diretório Regional não se manifesta; e a Bancada se cala; e a Liderança da Bancada continua calada. E esta pressão se avoluma num processo de “bola de neve” e fez com que o governador José Richa, cedendo às pressões da direita, demita do Instituto de Assistência ao Menor o exemplar companheiro Teófilo Baxa, que à frente daquela Instituição assegurava o cumprimento da palavra do PMDB, palavra jurada nos palanques e traduzida no nosso programa. À direita os “Ervin” e os “Oscars” derrubam o Teófilo Baxa e o Partido não se manifesta, a Liderança se cala e o Diretório Regional silencia.

Companheiros, deputados desta Assembléia:

Essas atitudes, esse procedimento do governador José Richa parece demonstrar que é fraca a espinha democrática do PMDB e é fraca quando um Governo comprometido com a mudança e com um milhão e seiscentos mil eleitores se deixa pressionar por “Ervin”, por “Oscars” e por ratos, fósseis ressuscitados por um processo de “dedo-durismo” e endurecimento que não encontra guarida nos sentimentos maiores e mais firmes da nacionalidade brasileira.

Estou consignando a minha solidariedade, desta tribuna, ao companheiro Teófilo Baxa, do IAM; gostaria de saber, na sequência, se essa solidariedade é a da Bancada do Partido da mudança ou se será só minha, nesta tarde. Estou consignando meu protesto ao governador que cedeu a pressões despropositadas, demitindo o irmão Teófilo, irmão por sua formação marista, e irmão porque como peemedebista soma com todos aqueles que acreditamos na democracia, no programa e na mudança, e empenhamos a nossa palavra nos comícios de campanha.

Estou encaminhando ao Ministro da Justiça, um expediente nos seguintes termos: (Lê)  
“Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja

encaminhado ao excelentíssimo senhor Ministro da Justiça, Dr. Ibrahim Abi-Ackel, o mais veemente protesto desta Assembléia Legislativa pelo insólito procedimento da Delegacia da Polícia Federal, na data de hoje, ao impedir a entrada de representantes das bancadas estadual e federal do PMDB, que acorreram àquela delegacia para acompanhar correligionários intempestivamente convocados a prestar depoimento.

Os parlamentares senador Álvaro Dias, deputados federais João Olivir Gabardo, Euclides Scalco, Hélio Duque, Santinho Furtado e José Tavares, acompanhados do deputado estadual Roberto Requião, além de serem barrados na porta daquela delegacia, ainda foram sujeitos ao vexame de, como se fossem marginais, serem fotografados através das janelas daquele órgão da Polícia Federal.

Não bastasse a gravidade do já exposto, ainda houve o agravante de que aos indiciados Sandra Aguiar e Darcy Ferreira, que seriam ouvidos hoje e Leonor Reinstein e Márcio Silva, que serão ouvidos amanhã, foi negado o direito de assistência legal, tendo sido, também, barrada a entrada de seu advogado, Antonio Acir Breda.

Tais fatos, que não se coadunam de forma alguma com a propalada abertura política, tão apregoada pelos homens que detém o poder, violenta os mais elementares princípios humanos e já não podem ser aceitos sem contestação no Brasil de hoje.

Sala das Sessões, em

(a) ROBERTO REQUIÃO”

Antes de ceder os apartes aos companheiros que me solicitaram, renovo a pergunta que é um desafio. Esta posição é minha, ou é a posição dos democratas nesta Assembléia? É uma posição suprapartidária ou é a posição isolada de um deputado? A minha Liderança está me pedindo que encerre o meu pronunciamento, para poder fazer uso do tempo.

Desta forma estou impedido de conceder os apartes que gostaria de conceder. Mas, espero que a liderança utilize o tempo, para dar consequência às minhas perguntas.

É o PMDB o partido das esperanças do povo, das esperanças de mudança? Ou é um partido curvado de elementos sem espinha que rastejam à sombra do Poder?

O governo José Richa, é o governo dos democratas, o governo que resiste ou é o governo que cede às pressões? De canalhas travestidos em parlamentares. Companheiros, está colocada para o plenário, uma posição, que eu entendo será uma posição histórica, no sentido do desenvolvimento, da restituição das prerrogativas do Poder Legislativo neste Estado, e no País.

Muito obrigado, sr. presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Antes de conceder a palavra, a Mesa registra, com prazer e satisfação, a presença do vereador do PMDB de Campo Mourão, Olivino Custódio, e também das presenças dos deputados federais José Tavares e Aroldo Moletta, bem como do senador Álvaro Dias.

Está com a palavra o líder do PMDB, sr. deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. presidente, srs. deputados.

Vim à tribuna para responder o pronunciamento do líder do PDS, mas, dada à insistência do nobre deputado Roberto Requião, a quem tanto prezamos, e cobrar da liderança uma posição, entre a sua divergência com outro membro da nossa bancada, deputado Ervin Bonkoski, cabe à esta liderança, esclarecer o seguinte: não tem a liderança permanecido impassível sobre o caso, tanto que eu

convoco o nobre deputado Roberto Requião, para depor aqui, e é do seu conhecimento, que esta liderança enviou ao partido e à Comissão de ética do Partido, para apreciar o comportamento do deputado Ervin Bonkoski.

Esta liderança considera que divergência entre dois deputados, é uma questão para ser decidida pelo partido, e não pela bancada que é um apêndice do partido.

O Sr. Paulo Furiatti — Concede um aparte, nobre deputado?

O SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI — Logo a seguir ...

O Sr. Paulo Furiatti — Apenas para um esclarecimento. A divergência do deputado Ervin Bonkoski é minha também ...

O SR. NILSO SGUAREZI — Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Paulo Furiatti — Fui citado pelo deputado Ervin Bonkoski, recentemente num artigo de jornal, e atacado tal qual o deputado Roberto Requião.

A forma ética como esse deputado vem se comportando, embora isto não seja o fórum adequado, quando um partido não toma uma decisão, não faz uma avaliação, e não informa quais são as providências tomadas, infelizmente o debate se prolonga para este tipo de fórum.

Então, apenas uma questão de esclarecimento. As divergências que o deputado Roberto Requião tem com o deputado Ervin Bonkoski são minhas também.

O SR, NILSO SGUAREZI — Devo esclarecer que são minhas também. Mas, vossa excelência mesmo usou o termo "partido".

A liderança não é o partido, e vossa excelência mesmo disse que este não é o fórum apropriado. O fórum apropriado é o partido, e esta liderança então, não tomará providência alguma no sentido de punir este ou aquele deputado, enquanto como integrante de uma bancada, não cabe à liderança dizer como o deputado deve se conduzir em questão ideológica. Isto fica ao julgamento do partido. E devo esclarecer que a minha posição é controversa do deputado Ervin Bonkoski. Mas, na condição de liderança, cabe-me o respeito a todos os deputados desta Casa.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Senhor deputado Nilso Sguarezi, tenho a impressão que o assunto abordado agora, parece-me totalmente prejudicial à bancada do PMDB, quando os companheiros deveriam estar endereçando as suas críticas ao PDS, porque quando o deputado Roberto Requião os denunciou desta tribuna há poucos instantes, e isto é fruto, excelência, nobres companheiros da bancada do PMDB, isto é fruto desse "governo paralelo".

Quando o governo do PMDB assumiu o governo, esperava-se, evidentemente, que tudo isso aí passasse. Mas, a violência que ocorre é em função, repito desse proposto "governo paralelo", que está enlutando a democracia do Paraná.

Então, que os companheiros acertem evidentemente os problemas partidários ...

Senhor presidente, eu me referi ao proposto "governo paralelo".

Mas é isto aí que eu queria dizer, senhor líder. Eu acho que não podemos deixar impune o PDS, pois é que está fazendo toda essa movimentação, ao invés de ficarmos brigando dentro da nossa bancada.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de vossa excelência, e me permite, então, responder ao eminente líder do PDS.

Sua excelência diz ter-se inscrito em "Explicações Pessoais", para concluir o seu pronunciamento. Porque sua excelência, sem dar apartes ao Plenário, falou por uma hora, e não conseguiu concluir o seu pronunciamento.

E nós ficamos a nos indagar aonde conseguirá ou se conseguirá chegar a alguma conclusão, o líder do PDS.

Veio sua excelência tentando dar explicações sobre a ausência do PDS na CPI da Corrupção.

Como eu não sei aonde vai chegar o líder do PDS, se vai "historicamente", como disse dizer que os homens do PDS saem da CPI da Corrupção ou se vai chegar a uma outra conclusão.

Mas, como eu não sei, vou responder ao que eu ouvi de algumas de suas mirabolantes afirmações, como aquele em que disse que "ironicamente a CPI da Corrupção foi proposta pela Maioria". É evidente que foi! E qual a razão de a Maioria, nesta Casa, propor uma CPI da Corrupção, envolvendo casos do governo passado? Foi exatamente porque a Minoridade de hoje foi a ditadora de ontem, foi aquele que ontem era a maioria e não reconheceu o direito da então minoria em deixar que nós investigássemos.

Aí é que está a verdade, senhores deputados, e eles são testemunhas e não podem negar o que os senhores fizeram que, a CPI do Detran que o deputado Nestor Baptista requereu, responda-me, o que os senhores fizeram?

Não deram número para que esta CPI não funcionasse! Mataram desde o início, a iniciativa, e hoje, hipocritamente, vêm dizer que a Maioria propõe a CPI da Corrupção? !

Propomos, porque no passado, não respeitaram: o nosso direito, direito que hoje nós estamos reconhecendo a vossas excelências, quando deixamos os senhores proporem duas CPIs e que não tiveram andamento, porque a CPI dos Funcionários Públicos que o PDS propôs, e a das enchentes, que o PDS propôs, não se constituíram nesta Casa, porque a bancada do PDS não tem se interessado, para implantar essas Comissões de Inquérito.

Então, senhor presidente, vem o nobre líder do PDS, numa outra afirmação, dizer que, os prepotentes têm de ser submetidos ao império da lei.

Concordo. Mas, os que foram prepotentes, ontem, devem se submeter ao império da lei, e esta Casa existe e levará os prepotentes de ontem, aqueles que negaram o direito a muita gente, aqueles que queriam que houvesse um regime de impunidade, vão ser submetidos ao império da lei.

Disto, os senhores não tenham dúvida — com a honrosa presença dos senhores deputados do PDS, ou com a sua omissão.



Mas, o mais estranho da CPI da Corrupção e todos estão lembrados, o mais estranho da CPI da Corrupção é que, tão logo ela foi proposta, houve, à verdade, uma manobra no sentido de preencher aquela disposição regimental que diz que "não pode funcionar mais que cinco CPIs".

Houve, evidentemente, a manobra, no sentido de não deixar a CPI da Corrupção funcionar, mas quando nós, regimentalmente, encontramos uma saída, de que, por decisão da Maioria poderia uma nova CPI funcionar, o PDS veio muito apressadamente dizer que concordava com a CPI da Corrupção, que o nobre deputado Airton Cordeiro chegou a propor até que ela fosse em caráter permanente. E assim passaram a se conduzir os deputados do PDS, chegando inclusive, a apresentar denúncias na CPI, que vão ser investigadas. Mas agora, quando se faz a primeira conclusão dos trabalhos, exatamente na Fundepar, o PDS quer abandonar a CPI!

Então, senhores deputados, nós não podemos, de maneira alguma, deixar que a História registre o nosso silêncio nesta sessão e é exatamente para que, os que lerem a História do Paraná de amanhã, ouçam estas palavras, como está escrito no inacabado pronunciamento do líder do PDS, que diz que é indiscutível a incompetência do governo José Richa. Eu pergunto, senhores deputados: que indiscutível incompetência é essa, que pega o Porto de Paranaguá com um déficit, o ano passado, de mais de 180 milhões de cruzeiros, déficit que se acumulou nos três primeiros meses deste ano, em aproximadamente 200 milhões de cruzeiros, e, em apenas, senhores deputados, seis meses de governo como no Pequeno Expediente reconheceu da tribuna do PDS o nobre deputado Nelson Buffara, e em seis meses consegue dar um lucro de mais de 2 bilhões e 700 milhões de cruzeiros?

É incompetência isto, senhores?

Mas, que incompetência é essa que, em seis meses de governo consegue pagar 50 por cento a todos os municípios do Paraná, indistintamente, que tenha professores do município à disposição do Estado?

Que incompetência é essa de seis meses de governo quando, os outros, em 20 anos não conseguiram dar o décimo terceiro salário e a semestralidade ao funcionalismo público?

Senhores, nós inumeraríamos muito e gastaríamos o tempo aqui - é só um exemplo. Seis meses contra vinte anos de incompetência. Isto sim, senhores deputados. E o eminente líder do PDS, entrou no relatório da Fundepar - dizendo e apontando que a CPI quer condenar, que a CPI quer execrar, que a CPI quer tripudiar e começou a construir alguns símbolos com os lápis, com as borrachas, com as régua e com os cadernos da Fundepar. Disse que a borracha não apagaria a injustiça que o PMDB ia cometer; que o lápis ia escrever esta injustiça; que a régua ia medir o tamanho da incompetência do PMDB.

Se é para construir figuras de linguagem - senhores deputados -, eu também poderia usar a borracha talvez os milhões de borrachas que foram distribuídas em campanhas políticas pela Fundepar, para dizer que nem todas elas ou que todas elas não seriam suficientes para apagar as irregularidades, a corrupção, o desmando, o caos em que transformaram

este Paraná. Porque eles não só estão registrados, não só estão registrados em apontamentos, em livros, em mapas, em documentos, em relatórios; eles estão registrados na mente, na história deste Paraná que em 15 de novembro se manifestou, nem pelos belos olhos da Oposição talvez, mas, mais pelo verdadeiro desgoverno que aqui existia, como ainda continua a existir a nível federal. Todas as borrachas da FUNDEPAR não apagarão a corrupção que está neste Governo Federal que é denunciada inclusive, por eminentes deputados do PDS, como é o caso do deputado Teodorico Ferraço que chegou a pedir uma sessão secreta do Congresso Nacional para apresentar as irregularidades.

Corrupção, irregularidades e vergonheiras, que até o próprio Cacique Juruna vem à tribuna do Congresso Nacional e representando a voz do povo e faz um libelo contra o Governo Federal. Mas disse que os lápis e as canetas iriam escrever a injustiça do PMDB. Os lápis e as canetas hão de escrever, mas, uma história nova neste Paraná - da austeridade, da decência, da punibilidade. Porque o que sempre existiu a nível estadual foi a impunibilidade, como continua a existir a nível federal. Onde os "ladrões de gravata" da Coroa BRASEL, da CAPEMI e de outros estouros das (colonetas), não vão para a cadeia. Estes lápis e essas canetas vão escrever uma nova história no Paraná e esta será de austeridade, esta será de um verdadeiro cumprimento da lei.

E esta já está escrevendo a história deste Governo do PMDB, porque quando aqui se levantou como foi o nobre deputado Gilberto Carvalho, irregularidades em algumas CIRETRANS do Estado, foi esta Liderança que pediu que se baixassem sindicâncias e estas sindicâncias estão em andamento e dois destes homens, é verdade, indicados pela nossa Agremiação Partidária, mas flagrados em irregularidades e em fraudes, já foram apontados e serão afastados da administração pública.

Porque esta nova história é escrita com lápis, caneta e com todos os instrumentos que o homem possa ter e haverá de ter uma marca indelével, segura e característica, de que não vamos "topar" e dar cobertura a patifarias e a fraudes contra os interesses públicos.

E as régua hão de medir, hão de continuar medindo que não temos uma real democracia; hão de continuar medindo o arbítrio que ainda está tomando conta desta Nação como foi o caso recentemente dos Decretos 2.024 e 2.045 por parte do Governo Federal. E haverá esta régua, senhores, a régua da história, registrar dois tempos distintos: um, enquanto nós fomos Oposição, nunca nos retiramos de Comissão alguma. Nos retiramos aqui por efeito de algumas votações em caráter simbólico, mas nunca nos retiramos de qualquer Comissão desta Casa. (TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Esta presidência lamenta e concede um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI - Esta régua haverá de marcar dois períodos distintos - um, enquanto nós fomos Oposição, Minoria, é verdade, mas aguerrida, nunca omissa: participante, atuante, e haverá de marcar uma outra, a atual e que lamentavelmente vai ter que registrar a omissão do PDS, a saída, a corrida da raia.

Fiquem, senhores deputados do PDS; lutem bravamente como nós lutamos; saibam acima de tudo perder, porque faz parte do jogo, senhores deputados do PDS, como a



última eleição em que os senhores perderam fragorosamente.

Mas lutem, para tentar reaver a vitória. Porque fugindo sempre, não há solução. Vejam o Governo Federal como está. Se fica onde está o bicho come; se correr, o bicho pega. O jeito é lutar.

Muito obrigado, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa registra, com satisfação, a presença do prefeito de Jardim Alegre, senhor Alzemiro Francisco Rech e sua esposa, Glorinha Tomazoni Rech.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos senhores deputados Luiz Alberto Oliveira e Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Resolução n.º 12/83, (Mensagem n.º 03/83) que aprova o Termo Aditivo de 26.11.82, ao convênio celebrado em 1.º.02.82, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Londrina. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 26 de novembro de 1982, ao Convênio celebrado em 1.º de fevereiro de 1982, entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o município de Londrina, visando a execução de Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) EDMAR LUIZ COSTA - Presidente e Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Resolução n.º 74/83, (Mensagem n.º 68/83), que aprova os termos de convênio celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes com municípios que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 74/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios adiante discriminados: Bom Sucesso n.º 116/83, Cornélio Procopio n.º 84/83, Campo Mourão n.º 121/83, Formosa do Oeste n.º 130/83, Jaguapitã n.º 136/83, Peabiru n.º 122/83, Quatiguá n.º 150/83, Santo Antônio da Platina n.º 155/83, datados de 06.05.83, Boa Vista da Aparecida n.º 99/83, Cafeara n.º 78/83, Ibiporã n.º 76/83, Itaúna do Sul n.º 95/83, Jesuítas n.º 107/83, Mandaguari n.º 74/83, Maria Helena n.º 96/83, Nova América da Colina n.º 73/83, Rancho

Alegre n.º 169/83, Rolândia n.º 171/83 e São Pedro do Ivaí, datados de 09.05.83, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — PROSAFRAS, no exercício de 1983.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA - Presidente;

GILBERTO CARVALHO - Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Resolução n.º 75/83, (Mensagem n.º 71/83), que aprova convênio de Cooperação e Compromisso celebrado em 31.12.81, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o município de Andirá, objetivando construção do Terminal Rodoviário de Passageiros no referido município. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 75/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de Cooperação e Compromisso celebrado em 31 de dezembro de 1981, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o município de Andirá, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros no referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA - Presidente;

GILBERTO CARVALHO - Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Resolução n.º 76/83, (Mensagem n.º 63/83), que aprova os termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 76/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios adiante mencionados: Altônia n.º 132/83, Cambé n.º 118/83, Cambira n.º 119/83, Centenário do Sul n.º 124/83, Corbélia n.º 157/83, Munhoz de Mello n.º 144/83, Palotina n.º 148/83 datados de 06.05.83 e Araruna n.º 103/83, Lunardelli n.º 75/83, Ourizona n.º 109/83, Santa Izabel do Oeste datados de 09.05.83, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — PROSAFRAS, no exercício de 1983.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA - Presidente;

GILBERTO CARVALHO - Relator.

última eleição em que os senhores perderam fragorosamente.

Mas lutem, para tentar reaver a vitória. Porque fugindo sempre, não há solução. Vejam o Governo Federal como está. Se fica onde está o bicho come; se correr, o bicho pega. O jeito é lutar.

Muito obrigado, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa registra, com satisfação, a presença do prefeito de Jardim Alegre, senhor Alzemiro Francisco Rech e sua esposa, Glorinha Tomazoni Rech.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos senhores deputados Luiz Alberto Oliveira e Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Resolução n.º 12/83, (Mensagem n.º 03/83) que aprova o Termo Aditivo de 26.11.82, ao convênio celebrado em 1.º.02.82, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Londrina. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 26 de novembro de 1982, ao Convênio celebrado em 1.º de fevereiro de 1982, entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o município de Londrina, visando a execução de Programa Especial para Melhoria de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) EDMAR LUIZ COSTA - Presidente e Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Resolução n.º 74/83, (Mensagem n.º 68/83), que aprova os termos de convênio celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes com municípios que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 74/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios adiante discriminados: Bom Sucesso n.º 116/83, Cornélio Procopio n.º 84/83, Campo Mourão n.º 121/83, Formosa do Oeste n.º 130/83, Jaguapitã n.º 136/83, Peabiru n.º 122/83, Quatiguá n.º 150/83, Santo Antônio da Platina n.º 155/83, datados de 06.05.83, Boa Vista da Aparecida n.º 99/83, Cafeara n.º 78/83, Ibiporã n.º 76/83, Itaúna do Sul n.º 95/83, Jesuítas n.º 107/83, Mandaguari n.º 74/83, Maria Helena n.º 96/83, Nova América da Colina n.º 73/83, Rancho

Alegre n.º 169/83, Rolândia n.º 171/83 e São Pedro do Ivaí, datados de 09.05.83, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — PROSAFRAS, no exercício de 1983.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA - Presidente;

GILBERTO CARVALHO - Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Resolução n.º 75/83, (Mensagem n.º 71/83), que aprova convênio de Cooperação e Compromisso celebrado em 31.12.81, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o município de Andirá, objetivando construção do Terminal Rodoviário de Passageiros no referido município. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 75/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de Cooperação e Compromisso celebrado em 31 de dezembro de 1981, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o município de Andirá, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros no referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA - Presidente;

GILBERTO CARVALHO - Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Resolução n.º 76/83, (Mensagem n.º 63/83), que aprova os termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 76/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios adiante mencionados: Altônia n.º 132/83, Cambé n.º 118/83, Cambira n.º 119/83, Centenário do Sul n.º 124/83, Corbélia n.º 157/83, Munhoz de Mello n.º 144/83, Palotina n.º 148/83 datados de 06.05.83 e Araruna n.º 103/83, Lunardelli n.º 75/83, Ourizona n.º 109/83, Santa Izabel do Oeste datados de 09.05.83, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — PROSAFRAS, no exercício de 1983.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA - Presidente;

GILBERTO CARVALHO - Relator.

jurídico. Por isto nós somos obrigados, senhor presidente, se a Mesa entender de reconhecer para votação esta emenda, nós somos obrigados a votar contrariamente, dado a impossibilidade momentânea dela se realizar.

Solicitaria à Mesa que retirasse esta matéria porque ela, na verdade, não posso até classificar de inconstitucional, há uma impossibilidade realmente de que isto venha a se concretizar. Por isto, nossa bancada, lamentavelmente, vota contrário, embora reconhecendo o mérito da emenda, e o próprio Governo não fez isso, uma doação direta, porque há impossibilidade de alguém receber esta escritura. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa decide que vai enviar à Comissão de Constituição e Justiça o projeto e a emenda para apreciação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, senhor presidente. (Assentimento).

Esta matéria está em Regime de Urgência, e nós não podemos acatar a eminente decisão da Mesa porque, para ser retirado da Ordem do Dia, só pode ser por decisão ou requerimento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A presidência tem 48 horas para ser decidido pela Comissão de Constituição e Justiça, após o que retornará à Ordem do Dia.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, senhor presidente. (Assentimento).

Vossa Excelência, com o poder de discenir as questões de ordem da Mesa, sabe, tem o poder de decidir, mas cabe a mim recorrer da decisão de Vossa Excelência, e eu faço respeitosamente, para que a decisão de Vossa Excelência, de mandar à Comissão, seja apreciada pelo plenário. Recorro da decisão de Vossa Excelência de mandar à Comissão e quero que a matéria seja apreciada pelo plenário.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor presidente, fazem quase vinte anos que aqui estamos e sempre a decisão da Mesa democrática foi acatada pelo plenário. Se Vossa Excelência incorrer em algum erro, nós não sabemos, mas sabemos que a decisão da Mesa deve ser mantida, ou então estamos na falência deste Poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A presidência, com base no artigo 125 das Decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recursos ao Plenário. É o que a Mesa irá fazer. Irá colocar em votação a decisão da Mesa, se é para enviar a matéria para a C.C.J., ou se o Plenário achar diferente.

Está em votação a decisão da Mesa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, senhor

presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Pela ordem, está com a palavra.

O SR. NILSO SGUAREZI — Verifico que muitos dos senhores deputados não se encontram no plenário. Pediria então a chamada nominal dos senhores deputados para propiciar a possibilidade de todos se manifestarem.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta presidência defere e solicita ao 1º secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados. (É feita a chamada nominal).

Trinta e dois senhores deputados responderam a chamada, há quorum para deliberação.

A Mesa irá colocar em votação a decisão da Mesa, se enviará o projeto e a emenda para a Comissão de Justiça.

Está em votação a decisão da Mesa. Senhores deputados que aprovaram a decisão da Mesa de enviar o projeto à Comissão de Justiça, permaneçam como estão.

Está rejeitada a decisão da Mesa.

A Mesa irá colocar em votação a emenda. Os senhores deputados que aprovam a emenda substitutiva à emenda da Comissão de Constituição e Justiça, permaneçam como estão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Essa emenda é a que autoriza em comodato? Gostaria que Vossa Excelência lesse a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Essa é emenda de Plenário.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência disse que era da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A emenda substitutiva à emenda da Comissão de Justiça, que substitui ...

O SR. NILSO SGUAREZI — É de autoria do deputado Gabriel Sampaio?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Exatamente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeito. Obrigado pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação. Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. — REJEITADA.

Está em votação a emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO (Pela Ordem) — Solicito a verificação de votação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A presidência lamenta informar mas já está colocando em votação a emenda seguinte.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO (Pela Ordem) — Vossa Excelência havia comunicado o resultado da votação e antes de submeter a segunda matéria à votação, foi, por este deputado, solicitada verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Mas a presidência informa que não notou nenhuma manifestação dos senhores Parlamentares.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Mas só após a publicação do resultado da votação era possível o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta presidência está concluindo uma questão de ordem levantada pelo deputado Augusto Carneiro. Esta presidência lamenta informar ao nobre deputado que já tinha dado como aprovado e apreciado, REJEITADA esta emenda. Esta presidência já estava no processo da votação da emenda seguinte.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Só após a publicação do resultado é que este deputado poderia pedir a verificação, senhor presidente e antes de ser colocada uma segunda matéria para votação, solicitei a verificação de votação que Vossa Excelência já tinha colocado e já tinha publicado o resultado, mas é só após a publicação do resultado que é possível o pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta presidência gostaria mais uma vez, se valer do Plenário.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) — Eu acho que Vossa Excelência está atuando muito bem na presidência, mas como poderia ter o deputado Augusto Carneiro, da nossa humilde bancada, uma bola de cristal, para saber a decisão? Só se pede verificação de votação após o ato consumado, isso é elementar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta presidência irá decidir então.

O SR. TADEU LUCIO MACHADO (Pela Ordem) — Vossa Excelência já tinha colocado em votação a 2.<sup>a</sup> matéria. Isso vale dizer que foi anunciado e foi aceito o resultado. Portanto, trata-se de matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta presidência, pela ordem, gostaria de dizer que sempre tem procurado ser correto, justo nas decisões.

Agora, se o nobre deputado Augusto Carneiro, não cuidou, não viu, não vê talvez, e gostaria da compreensão de todos os deputados, que colocasse novamente o pedido da ordem em votação, então.

Esta presidência decide. Os senhores deputados que aprovam queiram levantar-se.

A presidência vota a verificação de votação da emenda e os deputados que aprovam a emenda do deputado Gabriel Sampaio, queiram levantar-se.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Treze senhores deputados aprovam, 21 rejeitam. Está rejeitada a emenda.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela Ordem) — Eu acho que o ato da Mesa, nós concordamos, foi de uma condescendência muito grande, porque a prática da Casa, senhor presidente, não há necessidade de a presidência dizer quantos votos são favoráveis, e

quantos não são.

Vossa Excelência ao se manifestar pela primeira vez disse, foi rejeitada ou foi aprovada a emenda. Isto significa dar o resultado. Significa proferir o resultado como Vossa Excelência fez.

Então, se um deputado quiser verificar o quanto dos votos, deve pedir verificação de "quorum".

E Vossa Excelência procedeu corretamente, pois entendo que Vossa Excelência foi condescendente demais, foi voltar atrás da decisão de Vossa Excelência, que foi perfeita. Só não foi perfeita a segunda, porque Vossa Excelência abre uma exceção perigosa de que nós passamos a rever indeterminadamente os resultados verificados, as votações procedidas corretamente, e matéria vencida senhor presidente.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela Ordem) — Pela ordem senhor presidente, pela 5.<sup>a</sup> vez.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa está decidindo a questão de ordem, apesar de que é matéria vencida já, mas a Mesa se baseou no Artigo 176, §1º: "Requerida a verificação o presidente imediatamente convidará aos senhores deputados que votarem a favor, para levantarem, a fim de ser procedida a contagem. Feita esta e depois de sentados os deputados, o presidente convidará a levantar-se os que votarem contra para ser também procedida a contagem, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra".

Foi o que se fez e a presidência agradece a compreensão de todos os senhores deputados e está em votação ...

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela Ordem) — Senhor presidente, apenas para dizer que Vossa Excelência agiu corretamente e que o deputado Nilso Sguarezi faz uma confusão entre o que seja verificação de votação e verificação de "quorum".

Na verdade, o deputado Augusto Carneiro não poderia pedir verificação de votação se não houvesse a proclamação do resultado. Porque, é elementar, o regimento diz claramente: "Só é possível a verificação de votação depois da proclamação do resultado".

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação a emenda da Constituição e Justiça. Deputados que aprovam permaneçam ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Para encaminhar) — Senhor presidente, a bancada do PDS votará favoravelmente à emenda proposta pelo deputado Caíto Quintana e o faz senhor presidente na certeza de que os doutos e ilustres componentes da Comissão de Constituição e Justiça já analisaram com propriedades os aspectos jurídicos. Temos na Assembléia Legislativa a Comissão a quem cabe dar parecer dos projetos e emendas apresentados. O senhor deputado Nilso Sguarezi, que se diz democrata, na tribuna, mas que pretende impôr seu ponto de vista pessoal neste assunto, pretendendo, inclusive, ensinar à Mesa como se comportar, nesta tarde. Só que não pode ter sua opinião, seu parecer de ordem pessoal, sobreposto ao parecer dos eminentes deputados que constituem a Comissão de Constituição e Justiça e que já analisaram, à saciedade, os elementos trazidos ao projeto de lei e opinaram pela sua legalidade, pela sua constitucionalidade que visa, exatamente atender velho e justo reclame dos estudantes ao projeto de emenda apresentado pelo deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para encaminhar concedo a palavra ao deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. presidente, quando a Comissão de Constituição e Justiça foi chamada para opinar a respeito deste anteprojeto de lei, capeado por Mensagem Governamental, manifestamos a nossa opinião favorável tal como está, digo, favorável ao comodato e pleiteamos, na ocasião, junto ao nobre Relator, que realmente, houvesse a doação para a União Paranaense dos Estudantes. Aquela nossa posição, sr. presidente, continua a mesma. Só não ocupamos a palavra para encaminhar a votação, quando votada a emenda rejeitada, porque estávamos colaborando com a Mesa na posição do Primeiro Secretário, porque pretendíamos dizer, e dizemos agora, que se a União Paranaense dos Estudantes não tem condições, ou não tivesse condições de receber uma doação, também não pode ser parte contratante num contrato de comodato. Portanto, ou o Governo pretende doar, efetivamente, ou pretende dar em comodato, o que representa apenas um empréstimo a título gratuito. É um empréstimo. Mas há necessidade de capacidade jurídica da parte assim como para a doação. Penso que a decisão do Governo é o empréstimo; mas de qualquer maneira concordo e espero para breve que haja a doação daquele empréstimo que, de direito, pertence ao estudante paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para encaminhar concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. presidente e srs. deputados. Quando apreciamos na CCJ, a Mensagem do Governo do Estado do Paraná pedia a devolução do prédio que hoje é utilizado pela PARANATUR, sabedores de que esse prédio foi antiga sede da UPE, e designado como Relator dessa matéria, julgamos chegada a oportunidade de se fazer justiça aos estudantes universitários do Paraná que haviam perdido por ato arbitrário a sua sede própria. Confesso a vossas excelências, srs. deputados, que analisamos, na oportunidade, a justiça maior que seria uma emenda que pudesse propôr a devolução, pura e simples, desse imóvel para a União Paranaense. No entanto, impedimentos legais nos fizeram recuar, e buscamos na cedência em comodato a forma jurídica perfeita para um ato que reconhecemos não-perfeito ainda, mas que pudesse propiciar aos estudantes do Paraná, aos estudantes universitários que congregam a UPE, a receberem em comodato, a sua sede. Nós queremos, neste momento, reafirmarmos a convicção plena que temos, como Relator deste projeto e desta emenda, de que a transferência, a doação implicaria no reconhecimento da UPE, porque seria um ato de transferência de patrimônio do Estado para uma entidade que ainda, infelizmente, não é reconhecida pelo Governo Federal. A transferência em comodato cede, exclusivamente, o uso de um prédio público, e é competência do Governo do Estado cedê-lo em comodato para os estudantes universitários do Paraná. Esperamos, realmente, que muito em breve a UPE seja reconhecida nacionalmente. Esperamos que o Governo Federal reconheça as entidades estudantis como nascedouro natural do trabalho dos jovens, do despertar da mocidade, da participação da mocidade em todos os segmentos e em todos os instantes da vida da sociedade brasileira; que não veja nas entidades estudantis algo que possa criar perigo para as instituições nacionais; que reconheça nas entidades estudantis, bem ao contrário, o nascedouro de novas lideranças; o fortalecimento da democracia, a participação do jovem na vida e na sociedade. Nesse dia, quando a UPE puder ser reconhecida, nesse dia em que as leis de exceção permitirem que os jovens se unam nas suas

entidades estudantis, tenho certeza que nós haveremos de consumir o ato, fazendo então, doação para a UPE do patrimônio que é seu e não só o prédio, sr. presidente, srs. deputados, porque quando a UPE perdeu o seu prédio, dentro dele existia muito e muito de material. Existiam equipamentos odontológicos, existiam séries de equipamentos que pertenciam aos estudantes, e que nós temos certeza que não serão devolvidos agora, no instante do comodato, porque sumiram. Do prédio físico, simplesmente, é que estamos propondo a devolução. Por isso, sr. presidente e srs. deputados, nós agradecemos, como autor da emenda, ao prestigiamento da nossa bancada. Agradecemos o voto expresso do líder do PDS, Luiz Alberto Oliveira, para que dessa forma a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, não descendo nas entranhas do que possa haver de interpretação, possa, pela unanimidade dos seus Pares, procurar corrigir um erro que muito prejudicou os estudantes universitários do Paraná, e que no dia de hoje em que esta Casa vota esta proposição, por certo, haverá de corrigir, e dar ao estudantado paranaense a sua casa, para que eles possam, administrando a sua propriedade, embora em comodato, cada vez mais, participarem da sociedade e fazerem do seu patrimônio a forma de congregação cada vez maior dos universitários do Paraná, e o nascedouro natural de lideranças que por certo, haverão de nos orgulhar e de ajudar o desenvolvimento do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação a emenda da Comissão de Constituição e Justiça. — (Pausa) — Aprovada.

Está em votação o projeto. Para encaminhar, a votação, concedo a palavra ao sr. deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. presidente, srs. deputados. Em princípio gostaria de registrar hoje com muita honra, para essa Casa, a presença de lideranças estudantis que compõem a atual diretoria da UPE, União Paranaense dos Estudantes. Temos aqui no nosso meio, a presença do estudante Luís Henrique Donatura, presidente da UPE; do estudante Luís Carlos Marques, vice-presidente da UPE; Pedro Luís Longo, diretor do departamento de imprensa da UPE; a presença ainda de Alexandre Zamboni, presidente do DCE da Universidade Federal do Paraná; a presença de Carlos Rocha, ex-presidente do DCE da Universidade Estadual de Maringá, e a presença de Ciro Burgos, também da UPE.

Sr. presidente, srs. deputados. Está sendo apreciado neste momento, o projeto de número 89/83, oriundo do Poder Executivo Estadual, que reverte ao patrimônio do Estado, o imóvel que se encontra em poder da PARANATUR, Empresa Paranaense de Turismo, e que sofreu a emenda proposta pelo eminente deputado Caíto Quintana, que autoriza ao Poder Executivo a concessão através de comodato à UPE, desse referido patrimônio.

Sr. presidente, srs. deputados, caros estudantes que aqui se encontram. Procura-se desta maneira, reparar parte da injustiça praticada pelo sistema anti-popular e anti-democrático, que foi cometida contra a classe estudantil, contra a educação do nosso País, durante a vigência dos últimos anos do regime ditatorial.

O Governo do PMDB do Paraná, devolve à UPE, porque a reconhece e sempre a reconheceu, como legítima entidade representante da classe estudantil do Estado do Paraná.

Essa mesma UPE, que foi fundada em 1939 e que durante longos anos de sua existência desenvolveu diversas campanhas com verdadeiro cunho nacional, e com o espírito de valorizar e melhorar a qualidade de ensino neste nosso

País. Esta mesma UPE que foi fechada em 1969, quando o regime e os detentores do poder do sistema, usando de atribuições que lhe atribuía o Decreto 477 e 288, além de outros atos como o AI-5, cassou e confiscou os seus bens.

Decreto esse que não só serviu de embazamento para o confisco, para a usurpação do patrimônio destas entidades estudantis, mas que também oprimiu a juventude paranaense e a voz do estudante brasileiro; que castraram as legítimas lideranças que hoje deveriam estar ocupando cargos de relevância dentro desta nossa Nação.

Isto tudo, Sr. presidente, porque a juventude, principalmente a juventude estudantil, é insubmissa, discordante, e que denuncia o que há de errado, o que há de anti-popular numa Nação. O Governo quis se ver livre do trabalho feito pelas entidades estudantis deste nosso Brasil e jogou ao ostracismo, através de leis espúrias, essas entidades, e até hoje reluta em aceitar como legítimas estas instituições. Mas o Governo do Paraná, através do seu governador José Richa, que faz um governo democrático, reconhece esta entidade como legítima, tão legítima, que hoje as provas estão aí.

Todas as entidades estudantis do Paraná de curso superior, estão filiadas à União Paranaense dos Estudantes, embora como falei no início, o sistema e o regime, não admitam essa oficialidade.

A UPE ressurgiu, sr. presidente e srs. deputados, depois de um longo tempo de pressão e de perseguição.

Em 1980 efetuou o Congresso pela reconstrução da UPE na cidade de Londrina, e hoje está aqui a diretoria eleita, democrática e livremente, e que já tem eleição marcada para os próximos dias, para renovação da atual diretoria.

Portanto, aos estudantes paranaenses, o apoio e a solidariedade da bancada do PMDB, o reconhecimento como legítimo representante dos estudantes do Paraná, por parte do Governo do Estado.

Aqui está a prova material, sr. presidente, srs. deputados e caros estudantes: o projeto de lei que devolve a essa entidade o seu patrimônio que lhe fora roubado, e portanto, o próximo passo será, tenho certeza, com o apoio do Governo do Estado, reformarmos essa entidade, devolver aquele patrimônio ao qual o deputado Caíto se referia. E cabe aos parlamentares do PDS, ao Governo Federal e ao sistema como um todo, deixar essa hipocrisia de lado, esse temor dessa entidade estudantil de lado, e reconhecê-la como legítima, para que nós, o Governo do PMDB do Estado do Paraná, possa em definitivo, doar a sede da UPE aos seus legítimos proprietários, que são os estudantes do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação o Projeto de Lei 89/83.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Para encaminhar) Sr. presidente, srs. deputados, peço encaminhamento para registrar, mais uma vez aqui, a minha palavra que já dirigi, como membro da CCJ, quando falei sob a presença e à vista dos membros da diretoria da UPE, de que eu votava a favor, com uma observação, observação essa que deveria ser discutida em Plenário porque no meu entendimento, como parlamentar e como membro daquela Comissão, se existe uma condição jurídica de que seja feito um comodato entre uma entidade e o Governo do Estado, não vejo nenhum óbice para que se possa também fazer uma doação de um imóvel do Governo do Estado a esta entidade. Se a entidade, juridicamente, tem corpo suficiente para fazer, assinar um compromisso de comodato, no meu entendimento, tem também para receber uma doação.

Todas as palavras ditas pelo deputado Sérgio Spada de que há necessidade de que o PDS entenda a necessidade de devolver

a vivência, a vida à UPE, são desnecessárias. O PDS esteve presente na CCJ e está presente aqui votando a favor dessa lei. Nós todos condenamos o passado e entendemos de que não vamos construir o futuro, lembrando um passado que é condenado por todos nós.

Nós, homens de responsabilidade, condenamos também esse passado, aqui da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da bancada do PDS e estamos votando inteiramente a favor. Apenas queremos que fique registrado nos anais desta Casa, a forma com que estranhemos de que, se é possível fazer um comodato, porque não fazer uma doação, porque aí sim, estaríamos completando e fazendo com que se concretizasse uma forma de direito, que é de devolver à UPE aquilo que é dela, porque foram os estudantes do Paraná que a construíram, que no decurso da História batalharam e lutaram para construir aquela sede. Se temos uma fase e um episódio da História nacional que é condenada por todos nós, agora seria a hora adequada para a devolução, dentro dos trâmites que a Lei permite. Por isto o meu voto é inteiramente favorável, como já o foi lá, com este registro: estranho que seja feito um serço pela metade, não devolvendo por inteiro a quem tem o direito, sobre aquele patrimônio, que é a UPE.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Em votação o Projeto de Lei nº 89/83. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 79/83, (Mensagem nº 90/83, ex-Proposição nº 85/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e municípios que especifica, objetivando execução do PROSSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 80/83, (Mensagem nº 80/83, ex-Proposição nº 87/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Renovação de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Foz do Iguaçu, com interveniência da SUDESUL, objetivando implantação do Sistema de Galerias de Águas Pluviais. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 83/83, (Mensagem nº 81/83, ex-Proposição nº 88/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrada entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e municípios que especifica, objetivando execução do PROSSAFRAS no exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 145/82, de autoria do deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná a "DOM PEDRO ANTONIO MARCHETTI FEDALTO". Com parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 145/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná a Dom Pedro Antonio Marchetti Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua

sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

Dom Pedro Fedalto nasceu em Antonio Rebouças, localidade do Município de Campo Largo, em 11 de agosto de 1926, filho de Jacob Fedalto e de Carona Marchetti Fedalto. Os seus primeiros estudos foram feitos em sua terra natal e o curso médio, no Seminário São José, de Curitiba, em 1940. Em 1946 já estudava com os padres Lazaristas (Vicentinos). Depois, até 1953, no Seminário Central de São Paulo fez o Curso Superior de Filosofia e Teologia.

Ordenado padre em 06 de dezembro de 1953, pelo então Arcebispo Dom Manuel da Silveira D'Elboux, a partir daí passou a desempenhar atividades religiosas que o tornaram desde então uma das figuras mais conhecidas e benquistas de todos os paranaenses e, em especial, dos fiéis da arquidiocese de Curitiba. Foi chanceler do Arcebispo de Curitiba (1954-1965), Capelão do Colégio Divina Providência (1954-1957), Diretor Espiritual do Seminário Maior de Curitiba Rainha dos Apóstolos (1957-1958), professor do Seminário Maior Rainha dos Apóstolos e do Seminário Maior dos Capuchinhos (1957-1965), Capelão das Irmãs de Jesus Crucificado (1959-1969), diretor Arquidiocesano da Cruzada Eucarística (1956-1963), Vigário Geral de Curitiba em 1966 e Bispo-Auxiliar de Curitiba desse ano até 1970.

Nomeado Bispo em 03 de junho de 1966 e sagrado em Curitiba, a 28 de agosto de 1966, pelo Núncio Apóstólico, Dom Sebastião Baggio, a cerimônia aconteceu na Catedral Metropolitana. Em 1957, exerceu também as funções de Sub-Secretário da Regional Sul II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo a partir de 1968 até 1978 ocupado o cargo de Secretário da mesma Regional da CNBB. De fevereiro de 1970 a fevereiro de 1972 foi ainda Vigário Capitular de Curitiba.

Dom Pedro Fedalto foi nomeado Arcebispo de Curitiba em 30 de dezembro de 1970 e empossado a 28 de fevereiro de 1971. Foi ainda membro da Comissão Representativa da Conferência dos Bispos do Brasil de 1975 a 1978 e Presidente da Regional Sul II desde 1978. Membro do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em janeiro de 1979 participou da Conferência de Puebla, no México, que teve grande significado para a Fé e a Igreja nas Américas.

Homem de cultura, realizou várias viagens de estudos, conhecendo os Estados Unidos, a Jordânia, Israel, além de onze países da Europa, incluindo a Itália. Também conheceu e realizou estudos em todas as Capitais brasileiras, tendo efetuado duas visitas "ad limina" em 1975 e em 1980. Membro do Departamento de Vocação e Ministérios do CELAM desde 1979, ocupará o cargo até 1983.

Como pesquisador fez estudos históricos da Igreja e da Arquidiocese de Curitiba e publicou dois trabalhos elogiáveis: "A Arquidiocese na sua História", "Centenário da Colônia Antonio Rebouças". Como Bispo e Arcebispo de Curitiba realizou mais de 100 visitas pastorais às paróquias da Arquidiocese, iniciando em 1967 com as do Interior, demorando-se até um mês nelas. Como Arcebispo de Curitiba, é também responsável pela Província Eclesiástica, convocando reuniões dos Bispos da Província e as presidindo. Em 1980, desempenhou papel decisivo na Comissão que organizou a recepção a Sua Santidade, o Papa João Paulo II a Curitiba, durante sua memorável visita ao Brasil.

Dom Pedro Fedalto é membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, é sócio do Centro de Letras

do Paraná, Comendador da República da Itália, Capelão da Soberana Ordem Militar de Malta e já recebeu os títulos de Cidadão Honorário de Curitiba e de Cidadão Benemérito de Campo Largo.

Não bastasse toda esta vida dedicada a fé cristã, é importante sentir que a liderança religiosa de Dom Pedro Fedalto extrapola também para a sociedade civil, onde sua orientação tem sido segura. A voz do pastor tem se feito presente semanalmente através dos jornais de Curitiba, como a Gazeta do Povo, o Estado do Paraná e na Voz do Paraná, órgão oficial da arquidiocese, bem como por intermédio da Rádio Clube Paranaense, emissora da Fundação Nossa Senhora do Rocio e da Rádio Paraná, da Fundação Marcelino Champagnat.

Com autoridade moral tem abordado sempre nessas manifestações alguns aspectos dos mais importantes da atualidade como justiça social e direitos humanos, servindo suas palavras não só para os católicos mas também para as pessoas que professam qualquer outra religião.

Mediador em momentos difíceis da vida nacional a partir da década de 1970, Dom Pedro Fedalto tem sido chamado a intervir em questões que envolveram o funcionalismo público, os professores, os estudantes e também nos problemas fundiários. Sua palavra conciliadora, tem sido sempre acatada pelas partes em conflito, como foi o caso das desapropriações de terras pela Itaipu Binacional. Suas características de moderação, estabilidade e de equilíbrio, fortalecem esse seu magistério da Igreja em assuntos sociais.

Além de inúmeras obras sociais de caráter assistencial que empreendeu em Curitiba e em diversas cidades que compõem a arquidiocese, tem sido Dom Pedro Fedalto um animador das Comunidades Eclesiásticas de Base, de associações assistenciais, de educandários, hospitais, orfanatos e asilos, com marcada presença também no Leprosário São Roque, onde a todos tem levado a palavra de Cristo, o conforto da fé e a esperança em Deus.

São estes os motivos que levam o deputado, que subscreve o projeto de lei, do qual esta justificativa é parte anexa, a apresentar a iniciativa da homenagem, concedendo a Dom Pedro Fedalto, o título de Cidadão Benemérito do Paraná.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 145/82

De autoria do ilustre deputado Aírton Cordeiro, o presente plano de lei visa outorgar o título de cidadão benemérito do Paraná a DOM PEDRO ANTONIO MARCHETTI FEDALTO, Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Ressaltam dos termos da justificativa a presteza e a oportunidade da medida, que visa homenagear um homem de grande cultura, pesquisador e escritor, além de líder religioso.

Quanto ao aspecto formal, encontra-se o processado instruído com os elementos exigidos pela legislação própria, inexistindo óbices de ordem regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nossa opinião é favorável à aprovação do presente projeto, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente  
ERVIN BONKOSKI — Relator

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Agostinho Jorge Buss, membro de



tradicional família do Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.**  
— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Alberto Oliveria, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Agostinho Jorge Buss, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. José Maria Bueno, ocorrido no dia 03 de outubro do corrente ano, no Município de Faxinal. — **Aprovado.**  
— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Carmen Vieira Lins, viúva do sr. Júlio Cesar Lins, pessoa da maior representatividade na sociedade paranaense. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ervin Bonkoski, contante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do sesquicentenário de fundação da Sociedade São Vicente de Paulo, na França. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 36º aniversário de emancipação política do Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo, pela escolha da Academia de Ciências da Suécia, ao indicar o nome do Líder do Sindicato Polonês, "Solidariedade", Lech Walesa, para o Prêmio Nobel da Paz do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Adhail Sprenger Passos, contante do expediente, solicitando voto de apoio ao Centro Estudantil Fernando Amaro, pela realização do XXXIV Congresso Estadual de Estudantes de 1.º e 2.º graus, a realizar-se nos dias 14, 15 e 16 de outubro do corrente ano, no Município de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, visando solução técnica com vistas a adequar a BR-476, em seu trecho urbano do Município de Colombo, para correção de sua geometria e com a construção simultânea de vias exclusivas, notadamente de ciclovias, calçadas laterais, iluminação e passagens inferiores. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Editorial publicado pelo "Jornal do Estado", intitulado "Governador Coage Imprensa". — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Peal ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhora deputada Irondi Publiesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, visando a instalação de um posto de atendimento aos contribuintes no Município de Borrazópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de

sugestão ao sr. Secretário dos Transportes, visando a execução de serviços de recapeamento asfáltico da rodovia que liga o Município de Xanbrê à Casa Branca. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao sr. presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação e instalação do Conselho de Conciliação e Arbitramento (Juizado de Pequenas Causas) para a Comarca de Altônia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao sr. presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação e instalação do Conselho de Conciliação e Arbitramento (Juizado de Pequenas Causas) para a Comarca de Pérola. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Vasconcellos, contante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao sr. presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação e instalação do Conselho de Conciliação e Arbitramento (Juizado de Pequenas Causas) para a Comarca de Cruzeiro do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 36º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a implantação de uma agência do IPE, no Município de Iretama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, visando a inclusão no contrato de construção com revestimento primário da Rodovia Estadual ligando Mamborê a Iretama, via Madeireira Klabin é Luiziana, a colocação de pedras irregulares no trajeto compreendido entre a Praça Rondon até o final do perímetro urbano do Município de Mamborê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário das Finanças, visando a liberação de recursos para a recuperação de diversas malhas viárias no município de Janiópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário das Finanças, visando a elevação do Posto Avançado do Banestado, para a categoria de Agência, no Distrito de Luiziana, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o envio de uma ambulância para o Distrito Sanitário localizado no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros, da verba de emergência, destinada a recuperação de pontes e bueiros, localizados nas malhas viárias, do Município de Goierê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

sr. presidente do Tribunal de Justiça, visando a instalação da Junta de Conciliação e Arbitramento na Comarca do Município de Ubatã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no "Jornal da Resistência", publicado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um terminal rodoviário no Município de Manoel Ribas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a nomeação dos candidatos remanescentes, aprovados em concurso público, para a carreira de Perito Criminal, 4ª classe, do Quadro Único de Pessoal daquela Secretaria. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, do editorial "Operação Praias", publicado no jornal "Gazeta do Povo", de 10 de outubro do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. — (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando o envio de protestos desta Casa de Leis ao Sr. Ministro da Justiça, pelo procedimento da Delegacia de Polícia Federal, ao impedir a entrada de representantes das bancadas estadual e federal do PMDB, que acorreram àquela delegacia para acompanhar correligionários convocados a prestar depoimento. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, da reportagem publicada no "Jornal do Estado", sob o título "Do Boi ao Bife". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei nº 159/83, de autoria da Comissão Executiva. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação o requerimento.  
Para encaminhar a votação...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Declino, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilso Sugarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Mensagem Governamental nº 106/83, de acordo com os dispositivos regimentais desta Casa Legislativa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está com a palavra o deputado Luiz Alberto Oliveira por quinze minutos se assim desejar, para discutir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. presidente, srs. deputados.

O eminente deputado Nilso Sguarezi lembrou o passado e a legislatura anterior, quando de sua intervenção no horário da liderança. Esqueceu, entretanto, de dizer do comportamento tradicional do PMDB ao votar contra, permanentemente, aos empréstimos que o Governo do Estado pretendia obter para a realização de obras públicas no Estado do Paraná. Assim o foi, sr. presidente, para refrescar a lembrança dos que têm curta memória, quando votou contra os empréstimos internacionais solicitados pelo Governador Jayme Canet Júnior, para executar o programa de obras rodoviárias.

Igualmente votou contra, quando o Governador Ney Braga solicitou os empréstimos para continuidade desse programa rodoviário. A bancada do PMDB votou igualmente contra, sr. presidente e srs. deputados, quando se tratava de analisar mensagens governamentais que pediam a esta Casa, autorização para empréstimos, como por exemplo, do programa BIRD-PRORURAL, que ainda este ano, sua excelência, o atual ocupante do Palácio Iguazu, recebe cinquenta milhões de dólares para dar continuidade ao programa de obras do Estado do Paraná.

Nós não iremos ter o mesmo comportamento da bancada do PMDB. Nós não estamos nesta Casa, sr. presidente, para levemente votar contra tudo aquilo que o Governo encaminha à apreciação da Assembléia Legislativa. Mas, não podemos entender porque a pressa, a afoiteza do líder do PMDB, que agora muda o seu comportamento. Nas legislaturas passadas votava contra, e agora pelo Regime de Urgência para que o Governo Peemedebista, possa fazer convênios com a Secretaria de Planejamento, com a Caixa Econômica Federal, para poder executar no Estado do Paraná, um programa de segurança pública, de obras e de setor social já feito e encaminhado à consideração do Senado Federal pela administração anterior. Quer urgência agora, mas o Paraná precisa saber que o PMDB pela ação de um senador, no Senado Federal, permanentemente obstrua a votação deste empréstimo para execução de obras no setor de segurança e no setor social. E lá estavam os representantes do Paraná na Câmara Alta da Nação brasileira: José Richa, Leite Chaves e o biônico Afonso Camargo Neto, que foram incapazes de levantar as suas vozes para defender os interesses do Paraná, no Congresso Nacional, na Câmara Alta.

Veja, sr. presidente, vejam srs. deputados, a mudança tão rápida do líder da Oposição, para hoje governista, que pretende usando o rolo compressor da maioria, fazer aprovar neste Plenário um regime de urgência. Não, sr. presidente, não aprovaremos da nossa parte o regime de urgência requerido, porque queremos informações complementares. Queremos saber, sr. presidente, e o momento exato para ter o esclarecimento destes pedidos que faremos, é exatamente nas Comissões competentes deste Poder, seja na Comissão de Constituição e Justiça, seja nas Comissões de Finanças, seja nas Comissões de Obras Públicas, saber a que fim se destinam os recursos pleiteados pelo Governador José Richa.

Não iremos "a priori" votar contra, não como o PMDB sempre fez. Iremos verificar onde serão usados estes recursos. Por isto, sr. presidente, a Bancada do PMDB vota contrário ao requerido pelo deputado Sguarezi, esperando ter a oportunidade e o esclarecimento necessário para onde vão um milhão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, equivalente, sr. presidente e srs. deputados, a cinco bilhões, trezentos e oitenta e cinco milhões, e oitocentos e quarenta mil cruzeiros, autorizados nesta Mensagem que não se estabelece qual a finalidade dos cinco bilhões que o PMDB quer, para, provavelmente, segundo a Mensagem, executar obras, generalidades e não especificando os recursos para que setores serão aplicados.

Desta forma sr. presidente, nós votaremos contra o requerimento de urgência. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para encaminhar, está vossa excelência com a palavra, deputado Nilso Sguarezi, por quinze minutos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. presidente, apenas para repor algumas afirmações que são inteiramente sofismáticas do líder do PDS. Votamos contra empréstimos externos, é verdade e não negamos isso. Porque não queríamos ser os responsáveis pelo endividamento perante o qual esta Nação está de joelhos hoje. Não se atribua ao PMDB hoje esta Nação estar mendigando do FMI, dos oitocentos bancos internacionais.

Votamos contra. Este empréstimo é empréstimo interno, não é empréstimo externo. Toda a argumentação que o eminente líder do PDS fez, que é verdadeira, não se aplica a este caso. É um empréstimo à Caixa Econômica Federal. E sempre os empréstimos internos votamos favoráveis. Portanto, é coerente a nossa posição e o Estado do Paraná precisa desse dinheiro, efetivamente.

O que está aí é para a segurança pública, a maioria, o maior percentual deste empréstimo. Há mais: desde 1981 que a nossa Polícia Civil não pode ter promoções porque não existe recursos. O governo está efetivando a necessária promoção. O Governo vai adquirir viaturas, equipamentos para a nossa polícia, para ela poder responder à onda de criminalidade que se abate sobre este Estado. O regime de urgência é porque se trata de segurança pública, e as informações que o eminente líder do PDS quer saber, eu posso adiantar à Casa que a nossa bancada tem preocupação e que, na reunião da última quarta-feira em que foi o relator desta matéria o eminente deputado Nelson Vasconcellos, ficou decidido e já foram solicitadas as informações complementares ao Executivo, porque nós não faremos como no passado o PDS fez: "assinar cheque em branco". A nossa bancada vai aprovar esta matéria depois que o Executivo determinar quais os programas em que este percentual, em que esta importância será aplicada. Nós não passaremos cheques em branco, nós queremos saber aonde este dinheiro será aplicado, mas isso não impede que se agilize aqui na Casa a tramitação rápida desta mensagem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação o requerimento.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Em Explicações

Pessoais, concedo a palavra ao sr. deputado Luiz Alberto Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. presidente, srs. deputados.

Volto a esta tribuna, abusando da bondade da Mesa e dos eminentes Pares, para contradizer o discurso de improviso feito pelo deputado Nilso Sguarezi. Não me calo, sr. presidente, ante à demonstração de força, de prepotência e de tentativa através de argumentos mal expostos de quem demonstra má formação jurídica, tentar iludir a opinião pública.

Não o faço, sr. presidente, srs. deputados, sobretudo porque a urna me delegou uma missão: a de exercer a Oposição nesta Casa, com garra e sem medo, sem se preocupar com o grito histérico, com o nervosismo na face, ou com a tentativa do rolo compressor de imputar a meu Partido débitos que ele não possui.

Não me calo, sr. presidente, srs. deputados, porque venho a esta tribuna respaldado pelo apoio dos meus eminentes companheiros de bancada. Eleito com quarenta e cinco mil votos, deputado estadual, tive a honra e o orgulho de representar o meu Partido nesta Assembléia como seu líder eleito. Tenho, em consequência disto, a responsabilidade de expor os pontos de vista de meus companheiros de bancada, e isto tenho feito em todas as oportunidades, não de forma leviana, nem gritando, sr. presidente, porque creio que a força dos argumentos, a força da doutrina, da legislação, deve ser superior à demonstração de histerismo.

E sua excelência, o deputado Nilso Sgaurezi, descobriu hoje a causa dos seus gritos, a causa de suas repetidas demonstrações de histerismos, nesta Assembléia.

Vossa excelência afirmou que não me ouviu anunciar, alto e em bom som desta tribuna, a posição da bancada.

Provavelmente, vossa excelência tem problema de ouvidos e em consequência disso, para compensar, tem que gritar da tribuna da Assembléia Legislativa, como nós ouvimos há pouco.

Se é mau ouvinte, sua excelência demonstra ser também mau aluno, porque se creditou à nossa bancada no passado, o fato de ser maioria e de não apoiar as posições da sua bancada, na disputa legítima dos democratas que honram este Parlamento. Sua excelência tem sido um copista das coisas nas quais, eventualmente, a Bancada do PDS tenha falhado no passado, e é por isto que o PMDB vai aprender nas próximas eleições. Tem copiado os maus exemplos do PDS, mas não tem copiado, sr. presidente e srs. deputados, os bons exemplos de realização administrativa séria e correta, que se fez neste Estado, e eu incluo aí, inclusive, o período do Governador Jayme Canet que sua excelência mais uma vez, nesta tarde, chamou de período de desmando, de arbitrariedade e de desonestidade.

Não sei sr. presidente, ainda: hoje a Assembléia assistiu às demonstrações de que o PMDB realmente é um partido do arco-íris ideológico, à frente de aristocratas rurais e de pretensos representantes do povo, que chegou ao poder pelo poder, mas não para executar a obra administrava que o Paraná está requerendo.

Por isto, sua excelência tem feito da liderança do Governo, nesta Casa, ele sim, o verdadeiro rolo compressor. Ainda há pouco pretendeu ensinar a vossa excelência como dirigir uma sessão; pretendeu colocar-se contra a opinião de seus companheiros de bancada e os meus companheiros de bancada, que ao analisar um projeto, uma emenda na Comissão de Constituição e Justiça, tiveram o brilho, o estudo a cuidar de paralizá-lo; mas ele pretendeu unipessoalmente, prepotentemente, fazer com que esta Casa se curvasse ao seu ponto de vista.

Mas, a prepotência do líder do Governo, do tratorista, do rolo compressor desta Casa, sr. presidente, é tão grande, que

afirma que deixamos o PDS apresentar as CPIs a respeito das enchentes, e a respeito da mais odienta perseguição política que se tem história no Paraná: as demissões do Governo José Richa.

Quem é sua excelência para "deixar" a Assembléia Legislativa apresentar CPIs? Será que ele se coloca acima da lei e acima da Constituição? Democracia é o império da lei, sr. presidente. A ela todos nós devemos nos curvar, desde os poderosos de hoje àqueles que estão no campo ou na cidade, a construir com o seu trabalho e sob a tutela da lei, o nosso Paraná e o nosso Brasil.

A ninguém é lícito, sr. presidente, porque senão, não viveríamos o clima de democracia, mas o clima de tirania, colocar-se acima da lei, como se ele tivesse o poder de "deixar" os deputados do PDS, que pelo voto do povo, conseguiram um terço de deputados desta Assembléia, e conseqüentemente podem apresentar os requerimentos de CPI, independente, inclusive de votação dos deputados do PMDB; mas a prepotência de sua excelência na liderança do PMDB também acaba refletindo nos outros órgãos da Assembléia Legislativa.

Prepotência, evidente, sr. presidente e srs. deputados, quando o PMDB pretende fazer uma CPI de generalidades fazer uma CPI sobre fato determinado que é o que estabelece a Constituição Federal, repetida pela Lei Federal nº 1572, é copiada pela Carta Estadual, de que para se requerer uma CPI é preciso fato determinado e não meras suposições, meras acusações de jornal, inclusive.

Sua excelência quer que o PDS, o Partido que respeita a lei, se curve à sua maioria no PMDB.

Peço a sua excelência para que o Governador do Estado cumpra a lei.

Se o Governador do Estado conheceu um fato, sr. presidente e srs. deputados, de desonestidade, ele tem a obrigação legal de encaminhar ao Ministério Público, se não, ele passa a ser criminoso como aquele que roubou o cofre público, porque ele se torna conivente com o crime praticado.

Será que é incompetência do sr. José Richa também nisso, ou será que é convivência com algum fato eventualmente praticado ou irregularidade do Governo passado?

Agora pretende transformar esta Assembléia num circo mambembe, onde os deputados do PMDB fazem promoção pessoal.

Seria lícito, sr. presidente e srs. deputados, que nós jogássemos com a honra alheia nesta Assembléia, procurando imputar, inclusive, adversários políticos nossos, fatos de ouvir dizer, ou será que todos nós que somos representantes do povo devemos nos curvar à lei? A lei diz que para existir CPI é preciso que tenha uma denúncia caracterizada, imputada a determinado autor, porque, a denúncia no Direito Constitucional Brasileiro, das CPIs, corresponde à informação criminal, estabelecida pelo Código de Processo Penal Brasileiro.

Estão aí, sr. presidente, srs. deputados a "Lição de Bigui", de Francisco Campos, de Nelson Sampaio, de Manoel Gonçalves Ferreira Dias, e igualmente a opinião de avalizados defensores do Parlamento Nacional, Pedro Aleixo, Tancredo Neves, Djalma Marinho, que estabelece todos eles os Parlamentares e a doutrina de que a CPI não pode se transformar num tribunal de inquisição, numa "cassa às bruxas" para praticar aquilo que Rui Barbosa, no célebre discurso do "pano verde" no Senado, denunciou como o mais odioso crime, que é o crime de atingir a honra alheia.

Será que este clima de falsear a lei, de esquecer o que diz na Constituição, de prepotentemente colocar a sua

opinião acima da opinião da lei que deve prevalecer nesta Casa?

Não, sr. presidente, srs. deputados. Os homens da Oposição não irão concordar com tal procedimento, nem irão concordar com as alegações primárias de competência, alegando que o porto de Paranaguá tinha um prejuízo e que em seis meses conseguiu lucro superior a dois bilhões e setecentos milhões de cruzeiros.

Ora, sr. presidente e srs. deputados, quaisquer pessoas que tenham conhecimento primário da economia paranaense, sabe que a nossa economia é uma economia cíclica, que na medida em que haja boa safra, nós teremos, conseqüentemente, a possibilidade de crescer o nosso ICM e de movimentar as nossas mercadorias primárias pelo porto de Paranaguá.

Em conseqüência disso, o porto de Paranaguá tem uma receita cíclica e nesses meses de boa safra, de produto da soja bem cotado no mercado internacional, o porto de Paranaguá tem recebido bons recursos, sr. presidente.

Não é milagre dos fantasiosos de hoje, não.

O Governador José Richa não conseguiu transformar o feio no bonito, da noite para o dia, sr. presidente.

Entusiasmado, o deputado Nilso Sguarezi esclarece que o governo do Estado, vai pagar cinquenta por cento dos salários das professoras municipais.

Já se disse que uma meia verdade é pior do que uma mentira. E esta é uma meia verdade do deputado Nilso Sguarezi, porque cinquenta por cento, sr. presidente, é apenas das professoras municipais à disposição dos prédios estaduais, não computando aí as professoras municipais que prestam serviços nas Escolas Municipais, nem os encargos sociais, lembra bem o deputado Tércio Albuquerque.

Que sua excelência traga aqui dados estatísticos.

Que sua excelência diga aqui neste plenário quanto, isto sim, sr. presidente, houve de aumento entre o ano passado e este ano....

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa concede mais quinze minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu continuo, sr. presidente.

Para endeusar o sr. José Richa, a comunicação social que tinha um orçamento de setecentos milhões neste orçamento de 83, passa para dois bilhões e setecentos milhões é a proposta orçamentária que está aí na Casa!

Os gabinetes do Secretário, que é a mordomia, e o gabinete da Governadoria têm um aumento de quatrocentos por cento, enquanto que para o funcionalismo público sofrido, o aumento previsto para que o que vem é de apenas noventa por cento!

Nós não iremos calar, sr. presidente, srs. deputados, porque temos a obrigação que nos foi imposta pela urna, de denunciar permanentemente as mentiras e o engodo do Governo Peemedebista no Paraná!

Se sua excelência quer usar a borracha que o faça como melhor lhe aprouver, mas talvez sua excelência possa fazer um grande favor ao Paraná, que passe a borracha no passado político de José Richa, porque aí ele não teria iludido o Governador Ney Braga, como seu assessor, na época em que ele tecia loas a Ney Braga, e dizia que era o grande estadista brasileiro do Paraná, mas o tempo passa, e as pessoas mudam de opinião e o Governador José Richa, que sempre foi uma "Maria vai com as outras", agora ele se curva à tentativa odienda de transformar esta Assembléia, na sanha dos inimigos de um homem que deu a vida pelo Paraná.

Não concordamos sr. presidente, com a tentativa do PMDB de criticar os escândalos do Governo Federal, CAPEMI, BNH e tantos outros, mas querer ser sócio do bônus

do Governo Federal, sua excelência, o Líder do Governo na vã tentativa de defender o imobilismo e a falta de ação de um Governo sem obras e só com perseguição, tenta, sr. presidente, dizer que o Paraná era um Estado desestruturado!

Mas como a mentira tem perna curta, é o seu chefe e o seu Líder, que se encarrega de desmentí-lo ao pedir à esta Casa autorização, ao pedir empréstimos internacionais de quinze bilhões de cruzeiros!

Errei, sr. presidente, o erro é próprio dos mortais ao dizer que o Governo José Richa queria cinco bilhões de empréstimos, mas não, ele quer quinze bilhões, em ORTN, do Governo Federal porque eles criticam tanto, mas o dinheiro para o Sr. José Richa, eles querem!

Aí eles são lépidos, e se eles querem Regime de Urgência e aí o Governador José Richa faz discurso elogiando o Ministro de Estado, é o verdadeiro Janus, o homem de duas faces, que para iludir o povo, critica o Governo Federal, mas não se acanha de mendigar do Governo Federal, sr. presidente, srs. deputados.

E é por isto que, quando falei em governo paralelo, houve uma preocupação muito grande!

Não tenho a pretensão sr. presidente, srs. deputados de estabelecer o governo paralelo do Paraná, isto só pode passar pela cabeça de um PHD, formado com dinheiro do povo nos Estados Unidos e com dinheiro da CAPS, ao mesmo tempo, e cuja denúncia eu vou trazer a este Plenário. O professor Belmiro Valverde de Castor, o grande endividador em dólares no Governo do Estado do Paraná. Mas eu acho que é necessário governar em paralelo as nossas atividades, para trazer ao Paraná, aquilo que o Paraná merece da União, nós sempre aqui desta tribuna, em quaisquer Legislativas, dissemos que o Paraná produz tanto que o Governo Federal, tem obrigação de nos atender, não pedindo como quem esmola, mas pedindo como quem exige justiça ao dizer de Padre Vieira, porque nós exigimos para o nosso Estado, para a nossa gente aquilo que o povo do Paraná tem produzido durante décadas!

Tentar, sr. presidente, para conquistar o futuro, desmerecer o passado, como fez o deputado Adhail Sprenger Passos, é esquecer a lição; ele que é sociólogo, a lição de Oliveira Vianna, quando diz que "nós devemos nos mirar no passado, ter do passado os ensinamentos, os erros, as virtudes, os defeitos, para que aí sim, possamos lançar as bases de um desenvolvimento harmônico, com justiça social no futuro".

Não foi só ele, eu cito um outro sociólogo, professor da nossa universidade, Bento Munhoz da Rocha Neto, quando disse que "o bom político é aquele que tem as raízes no passado, os olhos no presente, mas a mente voltada para o futuro".

O que nós verificamos, sr. presidente, srs. deputados, é uma tentativa de achincalhar a honra de terceiros, e pode haver crime maior do que este, sr. presidente? Não!

Por isto, o PDS, para que o deputado Nilso Sguarezi possa ouvir agora, saiu da CPI da Corrupção, porque é uma CPI da promoção individual de deputados e se for necessário, sr. presidente e srs. deputados, nós vamos recorrer ao Poder Judiciário, na certeza de que encontraremos guarida, contra a impunidade esta sim, odienda e malvada dos deputados do rolo compressor, que interessados em agradar os poderosos de hoje não têm nem um pejo em jogar pedras contra o passado.

Esta é a posição da nossa Bancada, nós não temos porque escondê-la.

Quando sua excelência diz usando o batido refrão popular: "se ficar o bicho come, se correr o bicho pega", eu pergunto, será que sua excelência está esquecido de quem é Governo hoje, é o PMDB?

Será que sua excelência, bacharel como é, esquece que o governador do Estado tem o poder inclusive de decretar prisão do

ladrão da coisa pública?

José Richa que faça e assim terá o aplauso desta Bancada, mas que não tente denegrir, através desta Assembléia, a honra de cidadãos tão ilustres e probos, como o ex-Presidente desta Casa, Fabiano Braga Côrtes, como o ilustre parlamentar Ivan Gubert, que têm os seus nomes relacionados, indiretamente com o Processo da Fundepar, numa vã tentativa de destruir figuras honradas, que foram, inclusive, presidente deste Poder, que sempre nós sabemos, sr. presidente, que podem ter até defeitos na vida pública, mas que nunca tiveram a pecha de corrupto ou desonesto.

Será, sr. presidente, até quando nós precisamos nos calar, coonestando com uma CPI que nós sabemos que é ilegal? Que desde o fato da sua constituição com oitenta suposições e não com oitenta fatos, estava errado, e que agora, no Relatório da Fundepar ficou comprovado que esta CPI o que quer na verdade, é usurpar as funções do ministério público. E não sou eu que digo isto, sr. presidente, é o Primeiro Secretário do PMDB, Leite Chaves, que disse que a CPI estava errada, porque estava funcionando na sede do PMDB, com funcionário pago pelo povo. E nós sabemos que a CPI tem que funcionar na sede do Poder Legislativo. Nós não temos nada que ver com as denúncias de ladrão, de comunista, que estão se trocando os membros da bancada do PMDB. Isto é roupa suja do PMDB. Nós já cumprimos com a nossa missão: alertar ao Paraná do que estará representando, em termos de desestabilização das estruturas paranaenses, o imobilismo e a frente arco-íris peemedebistas do Governo. Esta é a nossa missão, sr. presidente, e iremos cumprí-la sempre, custe o que custar, apesar dos maus-humores do Governo, nesta Assembléia Legislativa.

Concedo o aparte ao sr. deputado Augusto Carneiro. O Sr. Augusto Carneiro — Nobre deputado, solicitei o aparte, para dizer que mais uma vez, vossa excelência confirma a expectativa da nossa Bancada, e se reafirma como verdadeiro Líder da nossa bancada, função que foi eleito por unanimidade dela, e exerce de comum acordo, e de comum entendimento entre todos os parlamentares da nossa Bancada. Vossa excelência nunca se negou a responder a uma indagação de um membro da sua bancada, e traduz muito bem, a nossa intenção e o nosso pensamento, quando afirma de que a CPI da Corrupção, da qual fazemos parte, desviou o seu caminho e o seu objetivo, usando de uma força quase arbitrária, de forma com que, principalmente eu que exerci várias CPIs, quando o Relator pertencia à Bancada minoritária, sempre foi respeitado, esse relatório e até se compreendia de que emendas fossem feitas.

Porém, quando se vai a uma bancada com até concessão, de arbitrariedade, de absoluto mando, é desvalorizando e desconhecendo toda e qualquer palavra ou intenção da minoria, não há porque esta minoria fique subjugada sempre.

E por isto é que a nossa bancada, não concordando como já ficou dito, com determinadas atitudes, é que nós entendemos desnecessárias, sem prejuízo da apuração de fatos de corrupção, que por ventura hajam, de encaminhamento direito à justiça dos documentos feitos pelas Comissões que já foram constituídas a alto custo do dinheiro público, pelo Governo José Richa.

Compreendemos quero dizer também, nobre deputado Líder da minha bancada, que compreendemos muito bem, quando o Líder do Governo sobe à tribuna, e quase que histericamente, como lhe é peculiar, dirige a palavra contra o PDS, como sempre fez, quando foi líder do ex-MDB, ainda como Líder da Oposição, na época. Então, não trocou o seu palavreado. É o mesmo. Até a forma de comportamento na tribuna, talvez não conhecendo de que hoje a sua palavra tem que ser mais moderada, e para auto-afirmação do governo que lhe

pertence.

Mas, compreendemos esta posição incômoda, porque um membro da sua bancada, exigiu uma posição dele na tribuna, e ele ao invés, quando eu esperava, não querendo entrar em seara alheia, esperando a sua resposta ao então vice-líder, deputado, que nós discordamos da sua idéia, mas, admiramos a sua coragem, que é o senhor deputado Roberto Requião, que exigiu uma posição de omissão da liderança da sua bancada, e esta resposta não veio.

Então, o líder do PMDB assumiu a tribuna, com esta responsabilidade, e aquela resposta não deu ao seu companheiro investindo mais uma vez contra a nossa bancada.

E eu aguardo e espero, de que a resposta cobrada pelo senhor deputado Roberto Requião, seja dada pelo líder do PMDB, o que confirma também, nobre deputado, quando os membros da nossa bancada, atribuem ao governo José Richa um governo de incompetência, não são só os deputados do PDS que afirmam isso, porque o próprio deputado Roberto Requião afirmou com palavras contundentes da tribuna, esta incompetência do governo José Richa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ilegalidade fartamente demonstrada, pela origem abjeta e expúria, a bancada do PDS retira-se da CPI.

Estará sempre pronta, neste plenário, senhor presidente, para executar os seus trabalhos parlamentares, na certeza de que esta vã tentativa de transformar a Assembléia num circo teatral não terá prosseguimento.

Muito obrigado, senhor presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Peço a Vossa Excelência que inscreva-me em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está com a palavra, o senhor deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor presidente, é evidente que não era meu propósito prolongar esta sessão.

Mas, já que o eminente líder do PDS disse que se investia nos seus 45 mil votos, eu me invisto no histerismo dos meus 47 mil votos para vir lhe responder.

Quando vossa excelência diz de que eu "sou mau aluno", eu até fico confortado em não ter aprendido as más lições, as péssimas lições, os aviltantes exemplos que, nesta Casa, no passado, foram dados.

E quando vossa excelência diz que eu venho à tribuna para gritar, o irônico é que vossa excelência também responde em gritos.

Quando vossa excelência diz, finalmente, em Explicações Pessoais que o PDS vai se retirar da CPI, é preciso, senhores deputados, que nós prolonguemos um pouquinho mais a discussão, para desmistificar esta verdadeira criação e esta verdadeira imaginação com que o PDS está procurando responder acusações concretas, objetivas, documentadas.

É muito fácil, - e isto a literatura jurídica ensina - que é muito fácil defender-se fugindo do assunto. Os advogados, quando não conseguem justificar o fato, usam a tese da "negativa de autoria".

É muito fácil, ao PDS, hoje dizer que o PMDB está sendo prepotente, que o PMDB está sendo arbitrário, que o PMDB quer fazer vítimas.

Mas, senhores parlamentares, vamos aos autos da CPI. Ali estão documentos, como no caso da Fundepar; documentos formados por nós do PMDB? Documentos do Instituto de Polícia Técnica em que afirma que assinaturas foram falsificadas, e o laudo da polícia técnica comprova que efetivamente assinaturas foram falsificadas!

Ali estão documentos, centenas deles, senhores deputados, de que notas, recibos de recebimento de material foram feitos com nomes fictícios de pessoas. Eu mesmo apresentei o nome de uma só pessoa, que apareceu em várias notas de recebimento, com duas carteiras de identidade, senhores deputados, duas carteiras de identidade, com placas de carro que nem se usam no Estado do Paraná, "placas frias"!

E o PDS vem agora, então, não podendo justificar, porque ali está a prova documental, concreta! É evidente que é negar o fato, como se nada tivesse havido. No caso dos cadernos, por exemplo querem dizer que os cadernos da Fundepar, porque têm o carimbo no caderno, não podem ser usados para outra coisa, apenas para serem distribuídos à rede escolar. Mas, senhores, e os 100 mil cadernos...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — E o deputado Nestor Baptista?

O SR. NILSO SGUAREZI — Os 100 mil cadernos que foram feitos e pagos pela Fundepar?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — E os 100 milhões sem licitações?

O SR. NILSO SGUAREZI — Os 100 mil cadernos... vossa excelência não dê demonstração de histerismo porque vossa excelência me acusa de histerismo, e agora quer atrapalhar. Explicações Pessoais, é praxe na Casa, que, o orador exponha as suas explicações. Vossa excelência me recrimina, mas tem um comportamento igual àquele que vossa excelência condena em mim. Por favor, nobre deputado, permita que eu faça a minha exposição.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa excelência aceita um debate?

O SR. NILSO SGUAREZI — Se, depois que eu der as minhas explicações vossa excelência desejar o aparte, eu lhe concederei.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu solicito então já não está me convencendo. Eu solicito a vossa excelência que me conceda o aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Inscreva. Inscreva o aparte de vossa excelência.

Deixe eu concluir o meu pensamento.

E os 100 mil cadernos que a Fundepar pagou e que não foi escrito nada, lá, aquela advertência, que esses cadernos não podem, têm venda proibida, onde foram parar aqueles 100 mil cadernos?

E aquela infinidade de cadeiras estofadas que só vai uma plaqueta, que foram retiradas com nome falso, com assinatura falsificada, essa assinatura que o laudo técnico da Polícia do Estado do Paraná

diz que a assinatura é falsa?

Senhores, onde está esse material? As mesas de biblioteca, os arquivos de aço, senhores? Arquivos de aço só podem ser usados por colegial?

E se vêm, senhores dizer ainda, de que não houve enriquecimento ilícito? Mas, senhores, há duas maneiras de a pessoa enriquecer: uma, pegando e recolhendo para o seu patrimônio, e outra, impedindo que saia do seu patrimônio. Campanha política, se faz, com o patrimônio próprio, não com o patrimônio público; quando se usa o patrimônio público como se usou na Fundepar para fazer campanha política, também é uma forma de enriquecimento ilícito; se está gastando não o dinheiro próprio, mas, o dinheiro do povo. E isto é uma forma de enriquecimento ilícito.

E chegou-se, senhores deputados, à triste conclusão, num parlamento, em que preze pela decência, de admitir como fato consumado a corrupção eleitoral! Isto se chegou a admitir, na CPI, de que, todo mundo faz campanha distribuindo material escolar. Mas, senhores, se isto foi uma prática do governo anterior, condenável, não é possível, senhor presidente, nobres senhores deputados do PDS, que vossas excelências queiram sustentar posições tão insustentáveis como essa, como a posição que vossas excelências quiseram sustentar com o senhor deputado Oscar Alves ao não quererem que ele sáísse do recinto da CPI. Mas, ele não veio à CPI como deputado federal porque se viesse como deputado federal, todos os deputados federais deveriam vir; ele veio na condição, senhores deputados, de testemunha convocada, de depoente convocado pela CPI, e se ele aceitou vir nessa condição, ele tem que se sujeitar às regras da CPI, e as regras da CPI dizem que os depoentes não podem escutar o depoimento, um do outro. Então, na verdade, com relação a essa CPI é que o PDS quer continuar a fazer o mesmo que fazia antes — sem acatar o Regimento, sem acatar a Legislação, fazendo como determinava o seu entendimento, o seu arbítrio.

Assim foi, senhores deputados, e o povo do Paraná sabe, com algumas propostas de CPI que nós propusemos e que a maioria da Arena de então, e do PDS, não deu número, matou as CPIs. Mas o nobre deputado Luiz Alberto Oliveira diz de que a CPI ignora a lei, de que desacata a legislação estabelecida, e de que nós, adotamos generalidades. Isto não é verdade. Só no fato de apontarmos 80 casos, parou a generalidade. Estão individualizados, os casos. Quem quis generalizar a CPI, foi o próprio PDS quando aqui o seu eminente deputado, aliás, dois deputados, Erondy Silvério e Airton Cordeiro chegaram até a propor que a CPI fosse em caráter permanente. E vem vossa excelência, o líder da Oposição, dizer que nós temos má formação jurídica. Ora, nobre deputado Luiz Alberto Oliveira, como pode vossa excelência dizer de que há generalidade? Quando nós relatamos 80 casos, e estes casos estão especificados, descritos na CPI. Generalidades é uma quantidade indefinida.

Quando eu enumero, quando eu cito um número, eu limito, específico, descrevo, eu saio da generalidade. Eu caio na generalidade como pretendeu vossa excelência, quando eu digo que a CPI é em caráter permanente — aí eu caio na generalidade. E vem vossa excelência querer me cobrar, a mim, e não entendi sinceramente porque, de todas as suas Explicações Pessoais serem, praticamente em caráter pessoal contra mim. Quando vossa excelência mesmo disse que vinha em Explicações

Pessoais, agora com mais meia hora, não bastou aquela uma hora anterior e, vossa excelência, só no final, categoricamente, de maneira formal, disse que o PDS vai se retirar da CPI.

Porque, até então, nós poderíamos concluir, que o raciocínio de vossa excelência seria esse, mas não que vossa excelência tivesse dito de maneira formal. E se numa eventualidade, nós não ouvimos essa expressão de vossa excelência, não é porque, como disse vossa excelência, ouvimos mal. Ouvimos muito bem, estivemos todo tempo muito atentos, como estaremos durante muito tempo, muito atentos. É possível e nós reconhecemos, que alguma limitação de caráter pessoal possa nos atingir para conduzir a nossa bancada, admito, nobre deputado Luiz Alberto Oliveira que alguma limitação de ordem pessoal porque não quero ser o senhor e dono da verdade.

Vossa excelência como — no discurso a Júlio César — morto, dizendo que não era problema seu, mas era problema da bancada do PMDB, mas teceu o assunto da existência de comunistas e direitistas no PMDB.

Eu poderia, nobre deputado Luiz Alberto Oliveira, também dizer, para fazer mais até uma intriga, porque vossa excelência tentou dizer que a minha condução pessoal na bancada é que teria gerado esses casos.

E, quero lembrar a vossa excelência que vossa excelência também, e acredito isso ser próprio da limitação humana, andou incorrendo em alguma indelicadeza com a maioria da sua bancada ao criticar o comportamento do ex-governador Paulo Salim Malluff, quando vossa excelência acusou o governo José Richa de "malluffar" no Paraná.

E, vossa excelência reconhece que a maioria dos seus deputados são "malluffistas".

Então, eu acredito, nobre deputado Luiz Alberto Oliveira, que nós não podemos cair muito para o terreno pessoal, porque a limitação é própria dos humanos e esta não seja a melhor forma de nós contribuirmos para o Paraná, mas sim, debatermos os grandes assuntos de interesse do Estado do Paraná. Como de interesse do Estado do Paraná — nobre deputado — e eu discordei de vossa excelência, quando vossa excelência pediu a federalização do Porto de Paranaguá.

Eu discordei, porque esta é uma tese antiparanista, amanhã se vossas excelências recuperarem o governo do Estado do Paraná e tiveram o Porto de Paranaguá nas mãos do governo federal, vossa excelência vai ver de que, efetivamente, senhor deputado, o Estado do Paraná foi quem perdeu e de que isso em nada contribui para o nosso Estado.

Porque veja vossa excelência, da própria tribuna o nobre deputado, do seu partido, da sua bancada, liderado seu — Nelson Buffara — reconhecia que a possibilidade de lucro do Porto de Paranaguá é a possibilidade de salvar o Porto de Antonina.

E nós trouxemos aqui o Porto de Paranaguá, que vossa excelência teimosamente, não quer aceitar esta realidade. Esta realidade, senhor deputado, de que o Porto de Paranaguá passou a dar lucro durante este governo.

Eu fui buscar alguns documentos para que nós explicitemos bem esta questão do Porto de Paranaguá e se vossa excelência quiser eu posso lhe passar esses documentos.



Em 1982, o Porto de Paranaguá chegou em dezembro de 1982 com um déficit, portanto, com um prejuízo da ordem de 183 milhões de cruzeiros; em 1983, nos três primeiros meses de governo, quando ainda o governo, então de vossa excelência administrava, chegou a um déficit acumulado nos três primeiros meses, de 214 milhões de cruzeiros.

Muito bem: no primeiro mês de administração do PMDB a coisa já se inverteu, já apresentou um lucro de 61 milhões. E hoje, sabe vossa excelência que já tem um superavit acumulado da ordem de 2 bilhões e 700 mil. Mas, como conseguiu esse lucro?

É evidente que o Porto teve aumento, teve um incremento de suas exportações. Por exemplo: no período de março a agosto, para nós analisarmos este período igual.

(Tímpanos)

(Assume a presidência, o senhor deputado Tércio Albuquerque).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O horário de vossa excelência está encerrado, mas regimentalmente consulto se vossa excelência deseja mais algum tempo.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu ocuparei mais uns quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com a palavra o senhor deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Então, em igual período de março a agosto do ano passado, veja vossa excelência que houve realmente um aumento do número não só de cargas sólidas, líquidas que passou pelo Porto. Houve realmente um aumento.

Em carga geral, por exemplo, contra 264 mil toneladas do ano de 82, neste ano houve 477 mil toneladas, ou seja, houve em carga geral um aumento de 80,54 por cento. Em graneis sólidos o aumento foi de 24 por cento; e em graneis líquidos, da ordem de 50 por cento.

E no Porto de Antonina, houve apenas um incremento de 18 por cento, o que significa dizer que no total geral do Porto aumentou 34 por cento o volume, ou seja, de março a agosto de 82 — quatro milhões e novecentas mil toneladas passaram por lá.

Em março e agosto de 83, seis milhões, quarenta e oito mil, quatrocentos e vinte e quatro toneladas, ou seja, um milhão, seiscentos e oitenta e oito mil toneladas.

Muito bem, houve um aumento de carga. Agora, o interessante, senhores deputados, é que houve uma diminuição sensível na despesa. No item de combustível, por exemplo, que é uma das grandes despesas do Porto, é impressionante. O Porto teve mais movimento, carregou muito mais, descarregou muito mais e baixou o consumo de combustível.

Não é milagre! Efetivamente, não é milagre. O que há é um ordenamento administrativo e que ainda não se conseguiu fazer por inteiro. Eu acredito que o Porto de Paranaguá no ano que vem, quando a administração realmente conseguir implantar os critérios que agora estão sendo implantados, o lucro

vai ser muito mais.

Mas, nós tivemos, por exemplo, uma diminuição de combustível até o mês de julho de menos 38 por cento, em gasolina. Em agosto, menos 41 por cento. Em diesel, em julho menos 19,6 por cento — menos 14 em agosto, acumulando assim, nos seis meses, em gasolina, 270 por cento menos. E em diesel, 136 por cento menos.

Realmente, o senhor José Richa não está fazendo milagre. Está “pondo a casa em dia”, está “pondo a casa em ordem”.

Agora o pessoal do PDS vem aqui e diz que o governo é incompetente, mas não consegue efetivamente num caso concreto provar onde está a incompetência do governo. Sua excelência diz que estamos pagando só 50 por cento dos professores da rede municipal que estão à disposição do Estado. Mas eu pergunto: e os governos anteriores que não pagavam nada? Que ficavam ao arbítrio de dar alguma esmola, praticamente, ao município.

Nós traçamos um critério: todas as prefeituras que tenham professores municipais e estejam à disposição do Estado, terão 50 por cento repassado pelo governo do Estado.

Isto é incompetência? E o décimo-terceiro salário? Que nós ouvimos sempre aquela “lenga-lenga” do PDS, da Arena, que dizer que não tinha para dar aumento ao funcionalismo, e não só evasivas, “descia o cacete e os cachorros” nos professores e no funcionalismo público quando iam reivindicar ao governo. Isto é incompetência? É autoritarismo, como dizem que o Executivo é autoritário, quando o governo do Estado para estudar o novo percentual de aumento do funcionalismo, o que fez? Chamou a Associação dos Serventuários Públicos, dos Funcionários Públicos, depois de anos e anos em que esta Associação tinha sido relegada, nunca era ouvida, e atribui a ela, em comissão conjunta com as Secretarias da Fazenda e do Planejamento, encontrar o percentual de aumento.

E, prova disso, senhores deputados, recentemente foi a manifestação em Curitiba do funcionalismo público, espontaneamente, homenageou o governador por isso.

E o governador assumiu o compromisso junto com esta Comissão, porque no papel ficou provado que se esses funcionários públicos, conscientizados da sua função de ajudar uma nova filosofia de governo e de realmente cumprirem austeridade, austeridade como essa no Porto de Paranaguá, de ter mais movimento e diminuir o consumo de combustível, de austeridade como esta aí de vender centenas de carros que eram desnecessários, que consomem combustível e gasolina, enfim, de fazer economia com o dinheiro público.

O governo assumiu o compromisso de repor 93 por cento ao funcionalismo durante os quatro anos, porque é o quanto de defasagem que efetivamente o funcionalismo público do Estado do Paraná tem.

Então, senhor deputado Luiz Alberto Oliveira, estou agora falando pausadamente sem gritos para que vossa excelência não venha a dizer que os argumentos são frutos do histerismo. Eles são frutos realmente como foi fruto, o relatório do eminente senhor deputado Adhail Sprenger Passos de uma análise cuidadosa, criteriosa no parecer da Fundepar, judicioso parecer que foi vencido na CPI. Ali, não se cita o nome de uma só pessoa, ali se descrevem fatos,

circunstâncias e irregularidades. Quem vai passar o atestado de inocência ou quem vai dar uma sentença de condenação não somos nós como sofisticadamente o PDS está querendo impingir à opinião pública, nós não estamos julgando nada.

Nós estamos descrevendo fatos e circunstâncias como é da competência da CPI descrever, mas a CPI ignorar que tem um laudo da Polícia Técnica de que assinaturas são falsas, de que foi feito o material sem os timbres da Fundepar, e esse material não chegou a origem, de que as guias que deveriam ser de recebimento, estão com nomes falsos, com assinaturas falsas, com carros que não existem no Paraná.

Senhores, nós não queremos e não temos a competência de passar o atestado de honestidade, esta é a divergência entre nós e o PDS. O PDS quer que se ignorem esses fatos, que se passe um "mata-borrão" em cima e que não houve irregularidades. Mas, senhores, existe um Tribunal de Contas que, quando aprecia as contas dos prefeitos, e nós vemos aí de caráter técnico que não podem desconhecer irregularidades quando se comprovam, ou nós deputados temos que ignorar esses fatos.

Por isso, eminente deputado Luiz Alberto Oliveira, eu discordo inteiramente.

Reconheço o direito que vossas excelências têm de tomarem posição dentro desta CPI. É evidente que esta é uma posição política e chego até a compreender como vossas excelências nada podem fazer para defender aqueles que efetivamente malbarataram o bem público. Vossas excelências dão o protesto e a solidariedade partidária. Mas, vossas excelências mesmo sabem que há um limite para fazer isto e que a saída estratégica e política é ficar fora da CPI e contestar. Dizer que o PMDB está sendo arbitrário, que o PMDB está sendo prepotente. Mas, data vênha, nobre deputado, quero ver se a Justiça vai ignorar esta assinatura falsa, em documento público.

Por que o medo de remeter à Justiça, se não estamos condenando ninguém?

A conclusão foi de remeter os autos para a Justiça.

A Justiça é que vai apreciar. Isto é arbitrariedade, submeter a um outro Poder, o que efetivamente tem competência para apreciar isto?

O PDS como não consegue aqui, internamente, no debate livre e democrático do Poder Legislativo, como não consegue justificar os atos do passado, começa a atribuir agora culpa ao nosso Executivo, de que ele deveria mandar diretamente à Justiça.

Senhores deputados, nós, nesta Legislatura, não queremos ser como no passado, em que aqui era um mero prolongamento do Executivo. Nós aqui, temos um outro comportamento, somos um Poder independente. Foi da iniciativa de nossa bancada que a Constituição do Estado do Paraná vai ser alterada.

Para que este poder e o Poder Judiciário tenham um percentual no Orçamento. Nós, — isto temos demonstrado aqui, não sereis um mero chancelador da vontade do Executivo. Não porque tenhamos alguma coisa contra o nosso governador, mas porque é da essência, da tripartição dos poderes, a independência e

autonomia. Quando um governo abrir mão do poder que tem de controlar o outro Poder, estamos negando a regra básica da democracia. Nós, deputados do PMDB, não cometeríamos este verdadeiro crime contra a democracia brasileira, de nos rebaixarmos e deixarmos que o Executivo determine do mesmo procedimento, como lamentavelmente determinou. E como lamentavelmente o governo federal tenta determinar.

Que posição máscula, que posição maravilhosa foi a que o Congresso Nacional tomou quando derrubou o último Decreto 2.024. Está aí, a consequência imediata, o todo poderoso Executivo Federal. O presidente que não quis e que recebeu lá os prefeitos, que foi vaiado. Mas tem, se quiser jogar o jogo democrático, sair da posição do 2.045 e ir conversar, primeiro com o seu partido, porque é o seu partido também que começa a dar demonstração de que a democracia parte da livre independência, interdependência dos poderes. Então, nobre deputado, permita-me vossa excelência, dizer que não estamos julgando ninguém. Vossa excelência não nos poderá acusar, nem na formação do requerimento. Não apontamos o nome de uma só pessoa. Descrevemos os fatos. E agora, na conclusão dos relatórios, não apontamos o nome de uma só pessoa, porque esta realmente não é competência da CPI. Isto a Justiça fará. Esta é a atribuição que o Poder Judiciário tem que cumprir. A nossa é de não ignorar efetivamente que houveram irregularidades, que houveram fraudes, na condução da coisa pública.

Vossa excelência — mesmo sabe e os nobres deputados do PDS, como foi o relatório vencido do eminente deputado Gabriel Sampaio, que reconhece haver irregularidades.

Ora, irregularidade é o não regular. É contra o regular.

O povo votou em nós e este Poder tem o poder de fiscalizar. Na hora em que nós omitimos, em que nós fomos condescendentes para esquecer irregularidades, porque no momento em que nós conhecemos, uma só irregularidade e fazemos vistas grossas a ela, nós não temos mais moral alguma para exigir qualquer ato de punibilidade contra outras irregularidades que aparecem.

Poderemos até numa empresa particular, numa firma particular, fazer vistas grossas contra um funcionário nosso que tenha cometido irregularidades, mas não com o bem público, esse nós não somos donos, esse não nos pertence, esse é indisponível e esse tem a proteção da moral pública, que não é como a moral particular; a moral particular pode ser barganhada, a moral particular pode ser composta, mas não a moral pública, essa é intangível, essa é sacrossanta.

Se os deputados do PDS, através do relatório do eminente deputado Gabriel Sampaio, reconhecem que houve irregularidades evidentes e reconhecem que houve a falta de regularidades e a administração pública é formada por uma legislação, por regra, por critérios que devem ser inteligentemente observados, então efetivamente que houve irregularidades na Fundepar.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - A

Mesa lamenta mas comunica a vossa excelência que o seu tempo está esgotado, entretanto concede-lhe um minuto para o término da sua oração.

O SR. NILSO SGUAREZZI - Eu concluo, senhor presidente, pedindo escusas ao eminente líder do PDS, a quem eu conheço há tanto tempo, se de ordem pessoal alguma colocação possa Sua excelência ter interpretado como de ordem pessoal, mas não é.

Tanto vossa excelência como nós, desempenhamos tarefas árduas e difíceis nessa conjuntura da condição dessas nossas duas Bancadas, tão aguerridas e tão voluntárias. Perdoe-me vossa excelência por que não foi nada em caráter pessoal, mas no cumprimento da minha função.

Muito obrigado, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. IVAN GUBERT - Senhor presidente eu me inscrevo para explicações pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Está com a palavra o senhor deputado Ivan Gubert, por sete minutos.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, para Explicações Pessoais, para fazer algumas colocações, referentes aquilo que for abordado aqui, no que se refere à retirada de Nossa Bancada da CPI, chamada de Corrupção.

Se até bem pouco tempo, eu procurava não falar, principalmente daqueles assuntos tratados na CPI, referentes à Fundação Educacional do Paraná, eu o fazia em função de ter honradamente sido diretor daquela entidade por três anos e ter acompanhado muito de perto a gestão final do ano de 82 do Professor Guilherme Lacerda Braga Sobrinho.

Ocorre porém, que o mesmo como membro da CPI, eu não queria, de forma alguma envolver-me diretamente, para não tolher pessoas que aqui viessem depor ou mesmo os próprios deputados de dizer algumas coisas que poderiam necessitar dizer.

Somente me dispuz a falar de CPI - FUNDEPAR, quando tive conhecimento do relatório alternativo apresentado por um deputado desta Casa, e que propunha que algumas coisas fossem mudadas no relatório inicialmente proposto pelo deputado Luiz Gabriel Sampaio, relator da CPI.

Então, estive na reunião quando seria votado o relatório alternativo, e fiz algumas colocações que os membros da CPI já têm conhecimento, mas como muita coisa foi levantada no dia de hoje neste Plenário, inclusive pelo nobre Líder do PMDB, é justo que eu venha aqui, para tescer alguns comentários a respeito.

Em primeiro lugar, eu concordo e concordei em nossa reunião de Bancada, pela retirada de Nossa Bancada toda da CPI, principalmente pelas razões apresentadas pelo nosso líder, principal e fundamentalmente, pela forma como foi apresentada e aprovado o relatório alternativo da FUNDEPAR.

Não admitia eu, como não admito até agora, que um deputado após ter conversado comigo neste Plenário fazendo determinadas alternativas, tenha mudado sua maneira de pensar sem fato novo algum ter ocorrido.

Isto determinou e demonstrou que este

deputado ao apresentar aquele relatório alternativo estava simplesmente fazendo uso de sua sigla partidária simplesmente fazendo, ou pretendendo fazer com que os deputados do seu partido em maioria naquele CPI votassem alguma coisa, mesmo estando ele consciente em função do que tinha-me dito não era aquilo que ela queria votar.

Com o ocorrido e em função da maioria dos membros daquela CPI, não podia ser outra minha posição, se não concordar com a retirada de toda a nossa Comissão da CPI.

E para contestar só alguns dos elementos que anotei enquanto falava o nobre líder do PMDB, eu queria levantar algumas coisas.

Em primeiro lugar, nada foi acrescentado durante as reuniões da CPI, nenhum fato novo naquilo que foi apresentado pela Comissão de Sindicância feita pela FUNDEPAR.

Se assim não ocorreu, eu pergunto, para que a CPI? Não existia razão alguma e, se alguma irregularidade havia, por que o processo não foi encaminhado de pronto para a procuradoria Geral do Estado?

Em segundo lugar, os documentos apresentados aqui por mim, neste plenário, e hoje anexados ao processo da CPI, não foram levados em consideração e não o foram porque o PMDB não tinha interesse em esclarecer os fatos.

Quanto a retirada de materiais levantados neste momento, pelo Líder do PMDB, por que não foram acrescentados aos documentos comprobatórios da CPI, livros de retiradas de notas fiscais, os ofícios que nós solicitamos fôssem anexados?

Quando se falou em levantamentos de carros, jamais em momento algum alguém afirmou que o dono do carro era quem assinava a nota de retirada. Mas, procurou-se para jogar lama em pessoas, dizer que isto tinha sido dito.

Fala-se que pessoas não conhecidas retiraram materiais e, eu falei na CPI e volto a insistir. Fala-se no processo até no nome de um rapaz chamado Iraisson Gorski, uma das pessoas mais conhecidas em Ortigiera e lá disse que ele retirou os materiais e não é pessoa nem lá residente. O que não é verdade. Ele é filho do ex-prefeito e muito conhecido.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Vossa excelência permite um aparte?

(Assentimento) -

Vossa excelência esclarece bem. O deputado Nilso Sguarezi apresentando outra tática de advogado criminalista, procura agora, depois da imprensa ter se retirado e ao final deste dia, fazer um discurso manso e tentar compulsar alguns dados e seu juízo da comissão de Sindicância.

Por que ele não analisou por exemplo, que a Comissão acusa por ouvir dizer. Porque, Sua excelência, eu poderia cometer uma maldade com Sua excelência e dizer que sou bonzinho na Assembléia Legislativa. Eu poderia dizer, o segundo secretário da administração anterior da Assembléia Legislativa é ladrão. Praticou atos de desonestidade e não citaria nome de Sua excelência.

Mas, todos nós sabemos e o Paraná sabe que o Segundo secretário da administração anterior, nesta Casa, era o deputado Nilso Sguarezi.

Então, pretender dar uma de bonzinho ainda não indicando os autores e imputando toda culpa

ao Governo Ney Braga, nós sabemos que a Fundepar tem bilhões de cruzeiros em obras, por que pegar o caderno, o lápis, como prova de corrupção?

Isso não pode passar na cabeça de uma pessoa de bom senso, nobre deputado.

Muito obrigado.

O SR. IVAN GUBERT - Eu concluo, nobre deputado.

Quando se fala que cem mil cadernos, dos três milhões distribuídos em 82, foram comprados sem timbre, eu não vi até agora a prova. E gostaria que me trouxessem a prova documental disso.

Fala-se que foram analisadas por amostragem 167 notas. Quando se sabe que foram analisadas vinte e cinco mil notas, todas corretas. Se acharam 167, que pretende-se que tenha havido irregularidades o que eu não acredito. As duzentas carteiras, também nada ocorreu.

Então, para concluir, eu queria dizer, senhor presidente, eu concordo plenamente e, porque o PMDB está sendo tendencioso na retirada da nossa bancada da CPI, chamada Corrupção.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer). Nada

mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 11, à hora regimental com o seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 44/84 e dos projetos de Lei n.ºs 30 e 94/83.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 79, 80 e 83/83.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 145/82.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 141/83.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELSON BUFFARA, EM SESSÃO DO DIA 10 DE OUTUBRO DE 1983.

#### ANTECIPANDO "OPERAÇÃO PRAIAS"

Os prefeitos dos municípios com praias marítimas, em recente encontro com o secretário do Planejamento, transmitiram o desejo de que seja antecipada para novembro a tradicional "Operação Praias" que, normalmente, se operacionaliza nos meses de janeiro e fevereiro.

Pretendem, dessa forma, criar - com a colaboração das estruturas administrativas do Governo Estadual - um novo impacto positivo junto à população paranaense, mais especialmente a da "Grande Curitiba", visando atraí-la para nossos balneários, que assistiram a um rotundo fracasso turístico em julho, devido à intensidade das chuvas e do frio.

A verdade é que esses municípios, que tem na "indústria sem chaminé" o grande apoio econômico-social para seu desenvolvimento, assistem a uma situação dramática em suas finanças e, conseqüentemente, em sua capacidade de atendimento aos problemas que só se agravam. Se o poder público estadual não compuser - como sempre o fez em administrações anteriores um esquema de realizações conjuntas, os nossos balneários continuarão desassistidos e,

conseqüentemente, em precárias condições para atender ao fluxo turístico normal, mormente, nos meses finais do outono e do verão.

Este é o primeiro ano do governo do senhor José Richa, esperando-se que, como em períodos anteriores, haja atenções especiais para esses municípios do litoral, considerados os mais carentes e os que menos têm meios para resolver problemas que, afinal de contas, não são de grande envergadura. Considera-se que temos boas vias de acesso aos balneários, além de comunicação telefônica e água. Se a "Operação Praias" for antecipada, envolvendo-se nela não somente os esquemas de segurança, mas, igualmente, as realizações da Secretaria de Cultura e Esportes, além de uma atuação eficiente dos serviços de saúde pública, é certo que toda essa movimentação haverá de refletir-se junto aos meios de comunicação, sensibilizando-se as atenções do potencial turístico da "Grande Curitiba", por si só em condições de reativar, economicamente, a vida dessas comunas.

Não se trata de um privilegiamento de atenções a quem tem poder aquisitivo e pode deslocar-se para o litoral do Paraná. O Governo do Estado sabe, perfeitamente, que a "indústria do turismo" é uma fonte muito expressiva de desenvolvimento e que poderemos atrair para nossas praias - por um tempo maior, como desejam os prefeitos dessa região paranaense - não só nossos conterrâneos, mas, igualmente, brasileiros de outras partes, em geral mais atraídos pelo excelente "marketing" feito pelos catarinenses em relação ao seu potencial turístico. É preciso, portanto, que se desencadeie um "plano" de maior ativação para o litoral do Paraná, que bem poderá, perfeitamente, ser iniciado em novembro, a partir - porém - de atenções e trabalhos conjuntos que possam ser feitos pelas prefeituras locais e por áreas do poder público estadual. A pobreza sócio-econômica dessa região do Estado, em linha de contraste com seu bom potencial turístico, deve incitar-nos na direção de um esforço em favor dessa parte do Paraná tão dependente dessa atividade industrial rentável, que tem condições, inclusive, de reter os paranaenses no nosso território, atraindo brasileiros para essa parte paranaense.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 10 DE OUTUBRO DE 1983.

#### DO BOI AO BIFE

##### CURITIBANO COME CARNE CONTAMINADA

*Bifes de carne de boi ou saborosas postas de carne de porco podem estar intoxicando o curitibano e colocando em graves riscos sua saúde. Nossa mesa está sendo freqüentada por uma gama de toxinas, porque mais de 50 por cento das carnes que ingerimos estão sendo processadas através do abate clandestino de animais em alguns locais da Capital e na sua periferia. Esta atividade criminoso ocorre obviamente sem as mínimas condições de higiene que são estabelecidas pelos padrões do Ministério da Agricultura. Os animais são mortos no chão sujo, esfaqueados ou massacrados a pauladas, com requintes de selvageria.*

*Só tal processo, a carne, além de sofrer a contaminação violenta do ambiente inadequado, também sofre um envenenamento por transformação química, em razão da carga de tensão que o animal descarrega no organismo na hora de sua morte dolorosa.*

*O abate clandestino de animais em Curitiba, além de estar colocando em risco a saúde do povo, gera outro problema. Um razoável volume de tributos deixa de ser*

arrecadado pelo poder público. O Estado não tem uma idéia precisa da perda em impostos, entretanto uma fonte da Secretaria de Finanças afirmou que, prejuízo oficial chega a mais de 15 milhões de cruzeiros por mês. Bem organizados, os matadouros clandestinos estão conseguindo até o momento, burlar a fiscalização, através de um esquema de constantes mudanças das áreas de abate dos animais.

### MÁFIA

Segundo denúncias dos proprietários de frigoríficos instalados em Curitiba "o agravamento da crise econômica tem dado margem à ampliação de inúmeras atividades clandestinas no comércio da carne, principalmente as atividades realizadas pelos matadouros clandestinos.

— Verdadeiras chacinhas estão ocorrendo na periferia curitibana. Bois, porcos, cabritos, coelhos e até gatos são exterminados a pauladas ou facadas, alguns são até estrangulados em locais imundos. As postas de carne são jogadas no chão sujo e depois lançadas em sacos de pano, enroladas em jornais.

E o negócio da carne clandestina tem um complexo apoio político por causa da corrupção em alguns setores oficiais. A fiscalização sanitária principalmente, não está conseguindo atuar corretamente porque muita gente tem medo de abrir a boca ou autuar os comerciantes que operam ilegalmente na área. Uma denúncia formalizada pode acabar gerando desemprego, ameaça constante que ronda os fiscais", dizem os donos de frigoríficos.

— O que mais nos preocupa é justamente isso. A gente que tem um negócio legal, pagando todos os impostos em dia, mantendo rigorosos processos de imunização e limpeza de acordo com os padrões sanitários oficiais, acaba sofrendo uma concorrência desleal dos matadouros clandestinos que estão organizados num verdadeiro esquema de "máfia" na lei do silêncio. Eles conseguem vender carnes estragadas, bem mais baratas e sem nenhum processo de inspeção. Nós somos obrigados a operar sob grandes custos de produção.

### IMPUNIDADE

As denúncias dos empresários da carne de Curitiba lançam uma série de informações que colocam em suspeição vários setores da sociedade da Capital. Os que falam de tal situação pediram para não serem identificados, por medo de possíveis represálias. "Tem veterinário que já foi até ameaçado de morte por ter apontado as graves irregularidades que existem no comércio da carne. O caso é que políticos, gente importante da sociedade, fiscais e até mesmo empresários legalizados, estão envolvidos nas atividades clandestinas dos abatedouros que operam no mato. Tudo indica que há um acordo, um acordo entre diversos segmentos que atuam nesta atividade, desde os elementos que matam os animais até alguns açougueiros da cidade".

— E este comércio dá lucros altíssimos, tão elevados quanto aos gerados pelos traficantes de tóxicos. Qualquer lugar ermo, serve para a matança dos animais. E o Estado perde em ICM, IPI, Imposto de Renda, o diabo.

Mas existe um outro aspecto bastante crítico em tudo isso. Alguns proprietários de frigoríficos revelam que "a própria política tributária está gerando este tipo de atividade criminosa. Muitos frigoríficos de pequeno e médio porte não estão suportando a carga de impostos que se obrigam a pagar. Tais custos são somados aos encargos sociais, ao pagamento dos fornecedores de carne, inspeção sanitária, mão-de-obra, equipamentos, manutenção de máquinas, etc. E todo esse quadro financeiro é diariamente

agravado pelas altas inflacionárias. Entre receita e despesa, muitos frigoríficos já estão operando no vermelho, já entraram no processo da deseconomia de escala".

### SUFOCO

O agravamento da crise econômica brasileira este ano pegou muitos donos de frigoríficos despreparados para enfrentar a nova situação criada pela elevação dos custos. Muitos empregados que adotavam esquemas rigorosos de padrão de higiene no setor, já se tornaram mais permissivos em função dos gastos elevados. E por isso já estão fazendo também algumas concessões "perigosas" para a saúde do curitibano.

O preço de um boi em pé está custando em média 300 mil cruzeiros. Mas se a sua carne for adquirida de um abatedouro clandestino, o preço do negócio cai para 100 mil cruzeiros ou menos. Este tipo de operação geralmente é realizada pelos açougues que não têm condições de transacionar com os frigoríficos legalizados. Só que no pacote de produtos fornecidos ao açougueiro, ele acaba aceitando carne de boi misturada até com carne de cavalo.

O pior na compra da carne sem procedência legalizada é que o consumidor pode estar se arriscando a comer um produto estragado, carne até de animais doentes.

Leia amanhã no JORNAL DO ESTADO a continuação desta série de reportagens, quando focalizaremos o processo de comercialização da carne, desde a chegada do animal em pé, vindo da fonte de produção.

### DO BOI AO BIFE (2)

#### LUCROS IMPORTAM MAIS DO QUE SAÚDE

Animais mortos por asfixia num caminhão entupido de bois, como "numa lata de sardinhas", estão sendo vendidos para abate. Os bovinos viajam sem condições de segurança, sofrem profundos maus tratos durante a viagem da zona rural para os centros urbanos e por isso, no momento em que são abatidos já apresentam condições orgânicas que fatalmente provocam a deterioração da carne. Mesmo assim, esta carne é comercializada para açougues e supermercados podendo causar perigosas infecções no organismo humano.

O problema ocorre porque os caminhões operam com excesso de carga, já que os motoristas passam dos limites para aumentar o faturamento do transporte. Eles ganham por cabeça e nem se incomodam com a melhor acomodação dos animais. Já aconteceram casos de bois mortos por acidentes durante as viagens.

### 1 MILHÃO POR DIA

Entre o abate legal de animais e o clandestino, existem profundas diferenças. O primeiro processo passa por uma série de etapas, dentro de um segmento de atividades que começa assim que o animal chega dos locais de origem. Inicialmente é feito um exame rápido para a verificação das condições de saúde do boi, em virtude do desgaste físico do animal durante a viagem. Isto é necessário porque se houver qualquer problema nesta primeira avaliação já ocorrerá um comprometimento na qualidade da carne.

Depois deste exame primário (no abate legal), o animal passa por uma dieta hídrica de 24 horas antes de ir para o matadouro. Na terceira etapa de preparação, ele passa por uma espécie de valeta, a "pocilga", onde toma um banho frio, cuja finalidade é promover a dilatação dos seus vasos sanguíneos o que possibilitará uma sangria perfeita.

Já perto da morte, o boi ainda passa por um processo de "amaciamento" das suas tensões. O animal recebe um choque elétrico (choque de sensibilização) e fica atordoado. Tal operação tem a finalidade de evitar o sofrimento do boi na hora do sacrifício.

Preparado para morrer, o animal é alçado por um guindaste e puxado pelo seu tendão das partes traseiras para o polço de abate. Neste local ele recebe um profundo corte no pescoço e permanece aí, até que seu sangue todo esorra. Depois é escaldado em água fervendo e depilado. Terminado o processo de abate tem início a fase de inspeção específica das partes que serão comercializadas.

Mas quando o abate legal envolve rigorosos exames para garantir a observância dos padrões sanitários, o abate clandestino funciona sem maiores problemas e nenhuma estrutura. O animal é "degolado" no mato, em locais diversos. E as pessoas que participam de tal atividade nunca usam o mesmo local, para fugirem à fiscalização do Estado ou federal.

Morto na clandestinidade, o animal é desossado numa total falta de higiene, o que facilita o contato da carne com inúmeros germes, verdadeiras colônias infecciosas que fatalmente acabarão na mesa do consumidor.

Mas este é um grande negócio para a "máfia da carne". Cada em média 1 milhão de cruzeiros por dia.

### PERIGOSA MISTURA

Depois que o boi é dividido em centenas de pedaços de carne, torna-se impossível uma análise que determine de onde chegou o produto, a procedência do abatedouro. A carne em postas é distribuída aos mercados e açougues que também não questionam sua origem. Muitas vezes, um boi abatido ilegalmente tem suas partes misturadas a outros pedaços processados em instalações legais. Por isso, mesmo tendo o carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) a carne nem sempre pode ser confiável em termos de consumo.

Mas o problema se agrava na área da carne suína. O porco se transforma na fase de beneficiamento em patês, salsichas, salames e presuntos. O processamento por si só já deve receber aditivos químicos para conservação da carne. E este é um método necessário, mas que pode gerar problemas para a saúde da população. Ele se torna mais crítico quando executado por meios clandestinos. Numa operação legal um frigorífico paga 390 cruzeiros o quilo da carne de porco e efetua seu beneficiamento com elevado custo técnico. O produto é revendido por 1.000 cruzeiros o quilo, em média, aos preços de hoje, e dizem os empresários do setor "que o lucro tem pequena margem."

Talvez por isso, "muita gente sem escrúpulos, mesmo sabendo que comprou carne misturada de abate legal e ilegal, libera o produto para comercialização, já que a carne vinda de fontes de procedência ignorada rende bem nos lucros para o frigorífico".

Os lucros obtidos através do abate ilegal são elevados, já que além da sonegação do ICM, IPI, e Imposto de Renda, não há custo técnico para a elaboração das carnes (beneficiamento em todas as etapas). Bastam algumas bacias e facões bem afiados e alguns trocados para quem vai degolar o animal.

### TENDÊNCIAS

Para alguns proprietários de frigoríficos "tudo indica que a crise econômica brasileira irá provocar um maior aumento da permissividade para com a clandestinidade no comércio da carne. Animais de pequeno porte, como coelhos e galinhas já estão sendo mortos em muitos quintais de residências curitibanas e comercializados em vários mercados da periferia, sob a vista grossa da fiscalização. Muita gente está entrando no negócio, inclusive desempregados. Outros estão até alugando áreas mais afastadas do centro urbano, que por isso são baratas em termo de aluguel, para porem em prática a atividade do abate clandestino. Esta é uma tendência que poderá fixar um novo tipo de mercado

ilegal na Capital paranaense como a convivência de vários setores de sua sociedade.

Leia amanhã, na sequência desta série do JORNAL DO ESTADO, as denúncias sobre os grupos que participam da "Máfia da Carne", em Curitiba.

### DO BOI AO BIFE (3)

#### MÁFIA DA CARNE CONTROLA ATÉ A LEI

Políticos e fiscais da inspeção federal fazem parte da "máfia da carne" em suas atividades de abates clandestinos em Curitiba e no Interior do Estado. A clã deste comércio ilegal conta com a convivência de diversos setores, desde o meio rural onde operam os pecuaristas de corte até o mundo urbano. Organizados eles conhecem todos os movimentos do segmento mercadológico da carne, desde os plantéis melhores até as áreas que oferecem menos potencial lucrativo. Entram na operação até esquemas de "olheiros", rede de telex e levantamento dos melhores preços. Em cena, membros da família Strapasson, de Santa Felicidade e o ex-prefeito de Almirante Tamandaré, Roberto Perucci.

Os Strapasson são bastante conhecidos pela equipe de inspeção do Serpa — Serviço de Inspeção nos Produtos de Origem Animal do MA (antigo Dipoa). Já foram autuados várias vezes e inclusive mantém bancas na Feira Livre Municipal de Curitiba, local onde recebem para comercialização produtos provenientes de abatedouros clandestinos.

#### "PEDRA NO SAPATO"

José Ivo, Adélio, Eugênio e Adelmo são figuras conhecidas da fiscalização. Eles já empurraram centenas de quilos de carne clandestina para dentro do mercado curitibano no início deste ano. Todo o produto foi apreendido e a família Strapasson pagou pesadas multas, além de ter que enfrentar um processo de crime movido pela Delegacia de Crimes Contra a Fazenda. Para a fiscalização, "a família é uma pedra no sapato de muita gente. Eles estão sendo processados, mas continuam atuando ilegalmente".

Mas as teias desta "máfia" vão longe e às vezes penetram o mundo político. Outro nome que anda pelos relatórios da fiscalização é do ex-prefeito de Almirante Tamandaré, Roberto Luís Perucci. Ele entrou na roda do negócio com 900 quilos de carne de porco e boi, num abate ilegal no bairro de Cachoeira, em Almirante Tamandaré. Uma operação que envolveu mais de 1 milhão de cruzeiros na hora da autuação. Os animais estavam sendo degolados e destrocados em cima de uma mesa e seus pedaços colocados numa bacia suja.

#### SUICÍDIO?

Centenas de processos tramitam pelo Serpa com provas e denúncias contra os "quadrilheiros" da carne clandestina. Mas nem todo mundo tem seu nome identificados para a imprensa "por motivos administrativos", segundo alegam as autoridades. Um fiscal do Ministério da Agricultura contou que "os Strapasson foram apanhados várias vezes em ação, abatendo animais no mato, em operações que envolveram outras pessoas da sociedade curitibana. Gente com comércio de gêneros alimentícios legalizado na Capital e que dá cobertura para este tipo de ação. Por isso é até difícil apontar nomes. Muitos dos envolvidos comprovadamente ligados à máfia da carne, tentaram subornar os fiscais. Nós sabemos até que ponto o poder econômico seguiu as ações que já tramitam na justiça, mas nem todos foram realmente processados".

— Um filho do velho Strapasson teria tentado o suicídio, segundo o patriarca da clã. O jovem foi preso e indiciado em inquérito e o velho telefonou afirmando que

"nós tínhamos liquidado com a vida de seu filho. Ele se matou por causa de vocês".

O fato não foi comprovado, mas a verdade é que a carne clandestina escorrega por tortuosos caminhos jurídicos que às vezes não chegam a uma efetiva condenação. No "quem é quem" do comércio ilegal rola muito dinheiro, muita proteção e convivência e até ameaças de morte por telefone que já alcançaram denunciante da máfia. Um fiscal citou que: "Quem compra boi em pé por 300 mil cruzeiros à vista em grandes quantidades, também pode fazer alguém ficar deitado para sempre".

— Já corremos risco de morte durante algumas investidas contra matadouros clandestinos. De repente o sujeito empunha o facão na sua direção e a coisa tem que ser decidida com arma na mão. Já aconteceram casos de morte no interior do Paraná que não chegaram à imprensa, na verdade não chegaram nem na Delegacia de Polícia. Foi tudo enterrado no mato, junto com os corpos dos animais abatidos.

### LEI EMPERRADA

Um aspecto muito criticado pelos fiscais do Ministério da Agricultura, é que "não está havendo entrosamento entre a delegacia e o atual Governo do PMDB, no que se refere à fiscalização estadual. A Lei 5.760, de 1971, complementada por decreto em 1976, estabelece que poderá haver um acerto para inspeção entre a União e os Estados. Os fiscais afirmam que "já tentaram contatos com a esfera estadual porém não houve boa receptividade".

— É uma questão de conflito político, talvez. O Governo Federal é PDS e o daqui PMDB. Temos a impressão de que existe mais permissividade do pessoal paranaense. Eles alegam que nós é que somos coniventes com a máfia da carne. Enquanto a gente discute num blá-blá-blá infrutífero, a quadrilha dos abates ganha espaço para atuar. Creio que a legislação deveria ser mais objetiva para que pudéssemos agilizar nosso setor.

A questão dos tributos também emperra todo o mecanismo da fiscalização e incentiva ao suborno. Os donos de frigoríficos dizem que os impostos estão com percentuais cada vez mais elevados, absurdos mesmo. Um estabelecimento de pequeno porte prefere agir com os abatedouros clandestinos para "ter condições de sobrevivência". E os fiscais não estão chegando a tais locais, porque são aliciados para fazer vista grossa. O proprietário de um frigorífico em Curitiba alegou que "se tivesse que operar o tempo todo na legalidade, sua rentabilidade teria uma queda de 70 por cento só com pagamento de impostos. Assim não dá para sustentar o negócio. O próprio Governo anda com muita fome nos nossos lucros. Afinal uma empresa não tem obrigação de pagar a dívida externa e os rombos do déficit público. Pagar ao fiscal é muito mais fácil e dá menos complicações".

Amanhã leia nesta série a complexa burocracia da fiscalização que atrapalha mais do que colabora com o Estado e os riscos que a população corre ao comer carne contaminada.

### DO BOI AO BIFE (4)

#### AGENTE DUPLO GARANTE CLANDESTINIDADE

Umbará, Santa Felicidade, Boqueirão e o município de São José dos Pinhais, funcionam como palcos do grande teatro do abate clandestino de animais. O mapeamento das operações da máfia da carne não respeita fronteiras, nem autoridades. E no clima perverso da crise econômica brasileira, novas quadrilhas vão se formando na Capital e na Grande Curitiba, onde os homens que participam do comércio ilegal vão executando operações cada vez mais ousadas, em função do estreitamento dos lucros empresariais.

Frigoríficos e açougues da cidade "estão topando qualquer negócio que desafogue um pouco suas grandes dificuldades financeiras", segundo comentou o dono de um estabelecimento comercial do setor.

— O próprio governo está forçando muitas empresas a caírem no terreno da ilegalidade. A Sunab mantém a política de preços liberados da carne, mas o povão restringiu bastante o consumo e mudou radicalmente seus hábitos alimentares. Resultado, quem quiser ganhar dinheiro com o comércio da carne tem que apelar para a máfia do setor, porque atuar na legalidade impõe tantos pagamentos tributários, tanto custo operacional, que no final a rentabilidade do negócio é mínima.

### MANDA QUEM PODE

Na área dos frigoríficos existem muitas histórias sobre a máfia da carne, "um comércio onde manda quem pode, quem tem dinheiro para afastar os olhos da fiscalização. E ninguém dedura ninguém, porque aí as coisas podem ficar muito brabas. Já tivemos casos de gente que ficou presa em geladeiras de frigoríficos, que tomou surra e foi para o hospital em estado grave, como também de fiscais que foram morar em casas luxuosas ganhando um salário humilde".

— É lógico, quem coabita com a máfia, leva suas vantagens. Este problema que dizem por aí de que a carne pode até matar uma pessoa se estiver contaminada, não assusta ninguém, até porque até hoje não sabemos de nenhuma registro de caso em Curitiba. O Ministério da Agricultura faz dezenas de campanhas todos os anos, mas é só para manter as aparências de que o sistema mantém vigilância pelo bem da saúde do consumidor.

É um fato curioso, é que a máfia da carne também toma seus cuidados, dizem até que as quadrilhas possuem também "uma área de comércio legal". Quando as operações envolvem transação com algum frigorífico de grande porte, que trabalha em escala nacional, o pessoal do abate clandestino procura ter "certeza de que não está vendendo um produto contaminado, sujo, em mau estado. É lógico que um frigorífico conhecido no mercado não vai se arriscar num negócio que envolva riscos para a saúde popular. Mas se a empresa avalia com precisão que tal processo não ocorrerá, ela aceita a venda da carne clandestina, porque sabe que poderá obter elevados lucros na operação. Existem abatedouros clandestinos que trabalham até com veterinários.

O fato não foi comprovado, que recebem comissões bem elevadas todos os meses".

### AGENTE DUPLO

Alguns frigoríficos de Curitiba trabalham bem neste esquema. Eles funcionam com veterinários que transitam na área oficial e que conhecem todas as facetas do negócio da carne. Sabem que sob certas condições um determinado produto poderá receber uma relativa quantidade de aditivos químicos que evitarão a infestação de toxinas na carne. Este é um delicado processo que a longo prazo pode gerar sérios problemas de intoxicação justamente pela elaboração química sofrida por certos tipos de carne, em maior ou menor quantidade. E há também o problema de que cada pessoa poderá ter um tipo de reação ao consumir esta carne com dosagens químicas.

Um veterinário contou que o famoso caso da empresa Sadia S/A, no qual algumas pessoas foram intoxicadas pelo consumo de produtos de origem animal, pode ter envolvido "nos bastidores do fato, um tipo de operação com carnes clandestinas, principalmente de porco que é uma das mais perigosas. A Sadia deixou de fabricar pasta de fígado (patê) por muito tempo e até hoje o processo não ficou devidamente esclarecido. A multinacional questionou que



o produto teria sofrido contaminação por erro na técnica de congelamento no supermercado e na fase de inspeção que também teria falhado em seus exames".

## CONFLITOS

A fiscalização do abate e comercialização dos produtos de origem animal se desenvolve por dois órgãos. O primeiro é a Delegacia Federal do Ministério da Agricultura, em Curitiba. Este setor atua no processo do abate até a chegada do produto ao comércio. Daí para frente entra em operação o setor da Saúde Pública do Estado com seus fiscais inspecionando nos açougues, supermercados e entrepostos de distribuição de carnes.

Pela lógica as duas áreas de fiscalização, federal e estadual, deveriam pautar seus trabalhos no âmbito da Lei 5.760 que determina os padrões de inspeção para os produtos de origem animal. Mas não é bem assim que as coisas acontecem. A fiscalização do comércio da carne começa errada desde a sua primeira fase e progride nos erros até o produto chegar no segmento de consumo.

O caso é que a Lei 5.760 já está superada em seu potencial repressor. As multas geralmente são irrisórias e podem ser perfeitamente pagas pelos "milionários da máfia". Deveriam alcançar diferentes percentuais para que funcionassem como elementos de coação. Mas há outro detalhe. Se subirem muito podem inviabilizar o negócio legal da carne e atirar de vez na clandestinidade uma gama de frigoríficos.

Alguns fiscais admitem que "o ideal seria apenas um tipo de fiscalização, e de nível apenas federal em todos os segmentos do comércio da carne, porque o pessoal da Saúde Pública ganha pouco e por isso não pode executar um serviço mais adequado".

Mas os fiscais da área estadual respondem a tais suspeições afirmando que "é justamente o pessoal federal que não trabalha direito. Eles não cumprem legamente a atividade em que estão investidos e nós temos um trabalho dobrado com a carne que já chega deteriorada nos mercados. Não podemos confiar na Delegacia do Ministério da Agricultura".

## PARANÁ, TERRITÓRIO LIVRE DA "MÁFIA"

"Só de vez em quando que os fiscais da Secretaria de Saúde inspecionam os abates do Interior do Estado. Infelizmente, as operações de controle dos produtos de origem animal, ocorrem em grande escala somente em Curitiba. O resto do Paraná está solto para a máfia da carne desenvolver suas atividades, e a convivência em outros municípios, onde comandam os fazendeiros ricos, é muito maior". Esta denúncia foi feita por técnicos da Secretaria de Agricultura os quais apontaram que "enquanto a legislação que regulamenta o setor não for alterada, em termos de maior rigor, ninguém terá meios de controlar este comércio ilegal".

Os fiscais da Saúde se defendem, afirmando que "O Paraná, é um Estado de grandes dimensões territoriais e que o governo precisaria contratar mais gente, pagando maiores salários, se quisesse realmente um serviço mais eficiente. Milagre nós não podemos fazer".

## CORANTES

E a ineficiência da fiscalização faz com que boa parte da carne que chega à Capital, venha tratada até com corantes, perigosos aditivos químicos utilizados para dar um visual bonito ao produto. Sabe-se de casos em que até mercúrio cromo foi utilizado "para dar uma cor mais sadia à carne".

Um dos proprietários do Frigorífico Argus, Darci Lima, afirmou que "a livre atuação dos abatedouros

clandestinos em todo o Paraná, oferece um perigo em potencial à saúde da população do Estado. O negócio é altamente lucrativo e por esse motivo ocorre a omissão dos setores que deveriam reprimir este comércio ilegal. Todos nós gostaríamos de poder denunciar os locais onde ocorrem as matanças clandestinas de animais, mas esta não é a nossa tarefa. Não trabalhamos para a polícia. Além disso que garantias teríamos? Sei de muita gente que vive assustada ameaçada de morte, por ter tentado enfrentar a máfia da carne".

— Não somos obrigados a pagar os custos de uma sofisticada estrutura operacional, tributos, equipamentos e mão-de-obra especializada e mais os encargos sociais. É muita responsabilidade para além disso correremos mais riscos.

## ICM PREJUDICA

A política tributária é outro processo que pressiona muito o mercado legal da carne. Depois que o Governo do PMDB tomou posse no Palácio Iguazu, o Secretário Erasmo Garanhão, das Finanças, modificou o pagamento do ICM que antes era efetuado somente após o beneficiamento da carne, no momento que o produto chegava ao segmento de consumo. Agora a tributação é cobrada na compra do boi em pé. Os donos de frigoríficos alegam que "no caso do animal morrer na fase de transporte, ninguém cobre seus prejuízos, principalmente uma empresa grande como a Argus que abate em média, 200 cabeças de gado por dia".

Esta matança na cobrança do ICM tem gerado graves problemas para os frigoríficos. "Agora nos empurram em cima todos os riscos do comércio da carne. Um produto que devido a falta de fiscalização no interior chega ao mercado curitibano com elevado percentual de deteriorização. É comum haver uma perda de trinta por cento das partidas adquiridas, principalmente de carne de porco".

— Pagando uma taxa de dezesseis por cento de ICM sobre o volume que compramos de carnes, estreitamos bastante nossa margem de lucros se além da sangria tributária, tivermos que eliminar boa parte do produto adquirido.

A partir desse processo de deseconomia, começa a tentação dos frigoríficos pela adoção da comercialização ilegal da carne. Quem trabalha com carne de porco principalmente (os casos maiores ocorrem com as empresas de pequeno e médio porte) sabe que através de química dos aditivos, pode neutralizar a infestação e conseguirá "recuperar" o produto para consumo, no caso de sua transformação em salsichas e patês.

E nesta rota dos produtos "engatilhados" para o consumo urbano, pode ocorrer um trágico caso de botulismo, uma infecção mortal para o ser humano que já aconteceu no ano passado, envolvendo uma empresa multinacional.

Um veterinário alegou que "todo organismo humano é logicamente diferente do outro. Isto quer dizer que uma pessoa pode ter resistência orgânica para assimilar os aditivos utilizados na preparação de uma conserva. Mas existem os casos de crianças e pessoas mais frágeis e até mulheres grávidas que podem sofrer gravíssimas intoxicações alimentares".

— Já que o frigorífico terá de pagar o ICM, sem prever as condições em que receberá o animal, o empresário pode não aceitar a imposição de um prejuízo. Afinal não temos obrigação de assumir o ônus de uma carne doente. Os que possuem bom senso e responsabilidade para com a saúde da população, preferem ficar no prejuízo. Mas nem todo mundo age assim. A crise econômica está pesada demais para que todos raciocinem num plano moral.

## HÁ UMA SÓ CRISE

As reportagens que o JORNAL DO ESTADO vem publicando a respeito do problema do abastecimento da carne, levantam dois tipos de problemas:

1 — A quase total ausência de controles de qualidade a nível de comercialização;

2 — A dramática ausência de apoio na área de produção.

O primeiro dado está aparente na má qualidade do produto, em sua variada apresentação (com ou sem sebo) nos açougues nas diferenças de preço de açougues para supermercados e — principalmente — na comprovada existência de grande número de comerciantes que trabalham com carne clandestina, tanto bovina quanto suína.

Em outras palavras, temos um mercado desorganizado, onde a intermediação perniciosamente exerce influência ascendente sobre os preços. E temos um mercado sem controle, onde a omissão dos órgãos do governo estadual e federal coloca a saúde do consumidor em constante risco.

Tão grave quanto isso é constatar que a falta de planejamento a médio prazo está condenando a pecuária a uma progressiva anemia. É que na criação de gado não há milagre possível. Não se trata de uma lavoura, onde se planta da noite para o dia, mas de uma atividade com um ciclo mínimo de quatro anos.

A pecuária paranaense sofre os efeitos dos desestímulos dos últimos anos, que provocaram o abate de matrizes e despovoaram propriedades rurais. Hoje, nasce menor quantidade de cabeças de gado no Paraná do que há dez anos. Isto é muito grave, considerando que a população consumidora aumentou e aumentaram, igualmente, as solicitações dos mercados nacional e internacional.

Um dado preocupante que aparece em toda parte é a progressiva queda do consumo per capita. Sendo que a carne a mais tradicional fonte de proteínas do paranaense, isto significa que a dieta do morador deste Estado torna-se, dia a dia, mais pobre, com reflexos em sua capacidade de trabalho em sua saúde.

A estrutura de comercialização sobre a ausência de suficiente capacidade de armazenamento, tanto por resfriamento como por frigorificação, propriamente dita. Neste último item, a capacidade instalada é quase insignificante, relativamente às necessidades.

A consequência da pequena quantidade de frigoríficos cria problemas de saúde pública, pois nem sempre a carne chega ao consumidor em condições ideais. E enseja, igualmente, dificuldades na comercialização, criando uma sazonalidade de preços, que alcançam um pique na estiagem e jamais voltam aos níveis anteriores.

Foi constatado por outro lado, que o fazendeiro espera entre seis a sete meses para receber o pagamento, quando vende a um frigorífico paranaense. Este período cai para praticamente zero, quando vende aos grandes frigoríficos nacionais e multinacionais. A consequência é que a participação de nossos frigoríficos no abate mal ultrapassa trinta por cento. São frigoríficos que não operam com sua capacidade instalada, mas de acordo com o número de fazendeiros dispostos a financiá-los.

Sob todos os aspectos, o problema da carne, do boi ao bife, merece um estudo mais amplo e providências que retirem o produto do círculo vicioso em que hoje se encontra. Mas é certo que isso não ocorrerá enquanto não aumentar o poder aquisitivo do consumidor, sucessivamente diminuído por uma política salarial que hoje ameaça de desaparecimento a outrora forte classe média brasileira e paranaense.

## MÁFIA COMPRABOI DOENTE PARA VENDER

Tuberculose bovina, cisticercose, febre aftosa e brucelose rondam a mesa do curitibano. São perigosas doenças que podem estar infectando as carnes adquiridas pelo consumidor na Capital paranaense, porque este comércio ocupa um enorme espaço clandestino, onde não penetram os fiscais do SIF (Serviço de Inspeção Federal), nem da Saúde Pública. E as estatísticas oficiais apontam que em um rebanho bovino, ocorre uma média de oito por cento de doenças para cada grupo de 500 cabeças de gado.

Infelizmente a cobertura veterinária não é eficiente, pelo menos a executada pelo governo. Quanto aos profissionais particulares, estes custam muito caro aos pecuaristas e nem todos os fazendeiros podem manter seus serviços nas propriedades.

## PERIGO

A brucelose é uma doença que é transmitida pela bactéria *Brucella Abortus* ao porco, boi, cavalo e outros animais criados no campo. Sua infestação se dá pela placenta do animal que conseqüentemente a passa ao feto toda a sua potência tóxica. O homem pode adquirir a doença pelo consumo do leite, do queijo e da carne, inclusive em seus segmentos beneficiados em conservas.

E o homem contaminado pela brucelose pode ficar estéril. A brucelose se instala nos testículos num processo irreversível. Também no animal ela não oferece possibilidade de tratamento, restando apenas o sacrifício do boi, ou talvez de acordo com o estágio da doença aproveitar a carne, no caso de porco, para produção de salsichas. E aqui entra no segmento de consumo um risco calculado. Quem pode confirmar que no estágio em que foi processada a carne doente, ela não causará danos a saúde humana? Afinal nem todos os organismos são iguais em resistência. No caso de mulheres grávidas a ameaça pode ser maior.

No ano passado, uma pesquisa sobre animais contaminados pela brucelose no Paraná, constatou a média de oito por cento de infestação nos rebanhos de 500 a 1000 cabeças.

## VERBAS

O reconhecimento do perigo da brucelose é tão evidente que o Governo Federal em sua última campanha da vacinação no início deste ano distribuiu em todo o País diversos cartazes e prospectos onde frisava em letras garrafais o risco causado pela brucelose. Os panfletos falam que a doença causa grandes prejuízos aos produtores, ao governo e à população e que todos devem se prevenir para as formas de reduzir a incidência do mal.

Mas acontece que na área da profilaxia das doenças animais estamos indo "devagar quase parando", segundo atestam alguns veterinários estaduais. "Não há verbas, o dinheiro para tal aplicação anda cada vez mais curto. A crise econômica está justificando de forma perversa uma arriscadíssima situação de irresponsabilidade para com a saúde do povo. A gente só tem um certo controle dos produtos de origem animal, dentro da cidade. No campo tudo vem acontecendo de forma bastante livre, isto é, os pecuaristas de corte operam sob seus critérios pessoais num verdadeiro vale tudo".

— Todas as doenças necessitam de constantes campanhas de vacinação para que possam sofrer um rígido controle. E a manutenção destas campanhas exigem grande volume de verbas federais, aplicados com rigor. Isso não tem sido feito. E os pecuaristas procuram reduzir seus custos, sob a justificativa que não podem vacinar grandes plantéis de gado pagando por tais operações, muito caras na área privada.

## FEBRE AFTOSA

Está sob controle no Paraná. A doença ataca bovinos, caprinos, suínos e demais animais de casco partido. A infestação é causada pelo vírus. O, A e C, A vacinação é efetuada em três etapas por ano, geralmente nos meses de janeiro, maio e setembro.

Atualmente, dados estatísticos revelam que oitenta por cento dos rebanhos são vacinados contra a aftosa. Só neste ano já foram vacinados mais de noventa mil cabeças de gado. Mas o percentual ainda é muito baixo, já que no total, entre suínos, e bovinos temos doze milhões de cabeças no Estado.

Muitos veterinários do Estado afirmam que "os dados estatísticos não podem ser confiáveis, até porque tem muita gente manobrando com números para diminuir o trabalho. Nas áreas rurais não existe controle adequado das equipes de vacinação. Por outro lado, muitos produtores fazem questão de fugir da profilaxia, porque "são pessoas sem esclarecimentos ou então desconfiam da qualidade das vacinas. O pior é que o último grupo as vezes tem razão. Por parte dos laboratórios nem todos os produtos sofrem um adequado controle de qualidade".

A proposta da Secretaria de Saúde, segundo o médico Francisco Carvalho Madruga — responsável pela execução das campanhas de vacinação no Paraná — é de que "a doença seja erradicada totalmente". Um trabalho neste sentido vem sendo realizado, inclusive com a doutrinação dos pecuaristas, mais temerosos. Mas o problema ainda está longe de uma solução.

## EDUCAÇÃO

É difícil mesmo é neutralizar a ação da máfia da carne no setor rural. Os grupos deste comércio ilegal procuram "convencer os grandes fazendeiros que eles podem vender até os animais contaminados, porque assim nunca terão prejuízos. As quadrilhas organizadas possuem mapeamento dos plantéis bovinos e até avião é utilizado para melhor cobertura. Quando ocorre um caso de doença, muitas vezes os mafiosos chegam no local antes dos técnicos do governo. E aí compram os animais doentes por um bom preço".

Entre ganhar alguma coisa ou perder tudo, muitos pecuaristas preferem fazer "um negócio ilegal". O governo pretende intensificar suas ações na área rural, educando os pecuaristas para que não efetuem este tipo de atividade que está ampliando em larga escala os riscos do consumidor, adquirir carnes, e produtos de conserva contaminados.

## MÁFIA CONTROLA FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE

Um fusca "caindo aos pedaços" é o carro que utilizamos para fazer a fiscalização dos setecentos estabelecimentos que comercializam carnes em Curitiba. Por isso não conseguimos obviamente, realizar com perfeição nosso trabalho". Estas afirmações foram feitas por um funcionário da Divisão de Fiscalização da Saúde Pública do Estado, que confessou as acusações feitas pelo SIF (Serviço de Inspeção Federal) "de que o trabalho do órgão estadual é ineficiente por culpa do seu pessoal".

Segundo o médico Natal Jathai de Camargo, chefe do Departamento de Vigilância Sanitária da Saúde Pública, "a atuação da Saúde nos últimos tempos vem sendo feita aos trancos e barrancos, pois não podemos utilizar nosso pessoal de forma adequada, como manda o figurino. Não temos estrutura operacional, apesar dos funcionários altamente qualificados. Para os setecentos estabelecimentos que comercializam carnes na cidade, temos apenas quarenta agentes e três médicos veterinários da SESB".

## UM FUSCA

E como não bastassem tais problemas, Jathai de Camargo, comenta até sorrindo que "temos apenas um fusca para efetuar toda a fiscalização. Embora nossas equipes tenham um programa projetado para cobrir o setor, um cronograma de operações com planilha especificando dias e locais de vistorias, toda a estratégia fica enfiada numa gaveta, durante o maior parte do ano".

Não podemos colocar cinquenta pessoas em um "fusquinha". Se quiséssemos cobrir tudo adequadamente, levaríamos cerca de vários anos para atingir todas as metas da fiscalização. Até lá já terão morrido várias pessoas por causa da contaminação das carnes. E infelizmente tal risco ocorre mesmo, ainda bem que Deus é brasileiro.

Jathai reconhece que "o trabalho da Saúde Pública é profundamente limitado, mas não podemos fazer milagres. Sentimos o grande perigo das doenças que podem ser transmitidas ao ser humano, cisticercose, brucelose e outras. Mas estamos enfiados num processo trágico que demanda situações de outras áreas do governo".

## PUNIÇÕES

O chefe do Departamento de Vigilância Sanitária da Saúde Pública "reconhece também que as multas aplicadas pelo setor são brandas demais em função dos crimes que a máfia da carne vem cometendo. Sabemos que a cisticercose transmitida pela carne contaminada pode até causar lesões cerebrais, e outros males gravíssimos. A brucelose pode deixar um homem estéril. Tudo isso representa uma violenta ameaça ao público, ao consumidor curitibano, que mora numa cidade onde os hábitos alimentares estão profundamente ligados ao consumo da carne bovina e suína.

— Para neutralizarmos as operações da máfia da carne ou pelo menos reduzir sensivelmente o número dos abates clandestinos e comércio ilegal, teríamos que operar com maior velocidade e abrangência no mercado. Por outro lado, as punições deveriam ser bem mais duras, teríamos que colocar este pessoal na cadeia mesmo por vários anos, até mesmo os empresários de alguns frigoríficos que comercializam com a máfia. E se as multas aplicadas aos açougues fossem elevadas, se pudéssemos fechar as portas de alguns estabelecimentos, aí a coisa mudaria para melhor, tenho certeza.

Mas Jathai afirma que "seu setor esbarra em múltiplos bloqueios e não consegue cumprir com a missão para o qual foi investido oficialmente. Infelizmente, tudo isso também, está envolvido com problemas políticos, com uma maior decisão por parte do Governo Estadual em nos apoiar com uma melhor estrutura operacional. Já enviamos um ofício há muito tempo ao Governador José Richa, solicitando mais oito viaturas para a fiscalização. Estamos aguardando as providências do Palácio Iguazu".

Um funcionário da Saúde comentou que "a demora na liberação das viaturas por parte do Estado, envolve uma mesquinha disputa política, entre os governos do Paraná e Federal, onde o primeiro pretende que a fiscalização seja efetuada em maior escala pelos órgãos federais. Desta forma tem muita gente tentando fugir de maiores responsabilidades na área estadual".

## CORRUPÇÃO

Enquanto essa "luta doméstica" ocorre no Paraná, os setores de fiscalização Federal e Estadual, trocam acusações e denúncias. O problema da corrupção de fiscais, "rola de um lado para o outro", havendo até casos de brigas de rua ou troca de insultos pesados. Teve funcionários que "até mandou investigar a vida particular do outro, levantando alguma propriedade adquirida com salário baixo, carro do ano ou gastos

em clubes de serviço luxuosos na cidade".

E disso tudo vem-se aproveitando a máfia da carne. Os comerciantes ilegais procuram explorar a situação de conflito existente entre a fiscalização Federal e Estadual. Por exemplo: quando algum fiscal "leva bolo" (recebe dinheiro de algum local) ele pode ser horas mais tarde denunciado de forma anônima à sua chefia, só para que seja criado na repartição um clima de animosidades. E logicamente, é muito difícil alguém provar o ato da corrupção. Tudo é feito com dinheiro grosso e na hora, tem gente que leva às vezes numa só operação, cerca de um ou dois milhões de cruzeiros.

E quem vai denunciar quem? — alegou um fiscal — A gente nunca sabe quem é realmente honesto, quem pode ou não estar envolvido com a máfia. E todo mundo sabe que a barra é muito pesada, no momento em que alguém "dá com a língua nos dentes". É um processo muito perigoso, ninguém quer correr risco de rida.

O fiscal contou também que "quando uma equipe sai para fazer uma "blitz", com tudo combinado igual a uma operação militar de comandos, quando o pessoal chega no açougue, não encontra mais nada. É lógico que a máfia tem cúmplices dentro da nossa repartição. Gente fartamente remunerada para funcionar como "olheiro", e que telefona para o comerciante antes que a fiscalização chegue ao seu estabelecimento.

#### FISCAIS DA SAÚDE NEGAM CORRUPÇÃO

O Serviço de Vigilância Sanitária do Distrito Metropolitano de Curitiba, apresentou ontem a dimensão real do problema que o órgão enfrenta para executar a fiscalização dos produtos de origem animal na Capital. Existem na cidade 7.604 estabelecimentos que operam no comércio de alimentos, de acordo com o cadastramento realizado em julho de 1982. E para inspecionar todo este mercado, a fiscalização da Saúde Pública conta apenas com um veículo (Volkswagen) e quarenta agentes.

A informação foi prestada pelo chefe do Serviço de Vigilância Sanitária, Natal Jatá de Camargo, o qual "contestou as denúncias de que seus funcionários estejam ligados aos esquemas de corrupção da máfia da carne. Se existe alguma ação clandestina no setor, ainda não descobrimos. Mas se alguém for descoberto em tal atividade, será imediatamente punido. Já tivemos quatro casos de afastamento de cargo na repartição".

#### PERMISSIVIDADE

Para Natal "os comentários de que possam estar ocorrendo envolvimento de funcionários da Saúde Pública, com os tais elementos da chamada máfia da carne (que ele afirma desconhecer), criaram um profundo ambiente de mal estar no trabalho da fiscalização". Questionado sobre a existência, ele afirmou que "este é um assunto muito delicado, mas que tinha absoluta certeza de que seus agentes são honestos e sabem da responsabilidade em que estão investidos. Ninguém pode brincar com a saúde humana, até porque, se um fiscal atuar de forma ilegal, ele também estará pondo em risco sua família que poderá adquirir carne contaminada".

— Eu acho é que a crise econômica gravíssima que estamos passando no atual momento, pode estar afrouxando os valores morais de alguns comerciantes, diante dos elevados valores da inflação, dos custos operacionais, dos encargos sociais e dos pesados tributos, infelizmente nem todos estão preparados para enfrentar uma crise como a nossa. Então, algumas pessoas podem, evidentemente, estar sofrendo a tentação de operar na clandestinidade. E a fiscalização está sem recursos para cobrir adequadamente o grande mercado curitibano.

#### DEFICIÊNCIAS

O plano de visitas da Vigilância Sanitária deveria cobrir cerca de dezessete mil visitas por ano, mas devido a total falta de recursos do setor, os fiscais só conseguem realizar duas mil visitas em um ano, esta é a média atual. Por causa disso, Natal Jatá confirma que "há realmente um grande risco para a população de Curitiba estar consumindo carnes provenientes de abates clandestinos, e não somente em açougues, mas também nas churrascarias. O problema se torna mais grave, porque não são apenas carnes que podem estar entrando no mercado curitibano, sem o visto da Saúde Pública, mas também uma gama de produtos que são vendidos nas mercearias, padarias, bares, restaurantes e empresas que operam com refeições industriais". Sendo assim, aves, pescados, doces e massas entram no rol dos produtos ameaçados pela contaminação.

— Quero deixar bem claro — afirma Jatá — que da parte da fiscalização sanitária, fazemos o possível e o impossível para tentar oferecer maior segurança ao consumo urbano. Nossos fiscais viajam para executar o trabalho até de ônibus, usam veículos emprestados e em certos casos fazem o serviço a pé mesmo. Felizmente posso contar com a total dedicação dos funcionários,

Há muitos anos que a Vigilância Sanitária do Estado já vem operando sem recursos, principalmente veículos. Agora um processo de solicitação de mais nove (09) kombis, encontra-se na área de influência do Secretário de Saúde, Luiz Cordoni Júnior. Segundo Jatá "a coisa ainda não andou rápida como seria necessário, em função dos graves problemas que o Paraná enfrenta. O governo está sem recursos para trabalhar de forma mais adequada. Sofreu com as enchentes, existem milhares de fatores na ordem do dia das prioridades fundamentais. E além de tudo isso, a crise econômica está aí, pressionando cada vez mais os preços para cima". Ele considera entretanto, que o governo está ciente da falta de estrutura operacional da Saúde Pública e que em breve a situação será normalizada.

#### DENÚNCIA

Esta semana a reportagem do JORNAL DO ESTADO acompanhou uma "blitz" que foi realizada pela fiscalização sanitária no bairro do Boqueirão. Uma pessoa fez uma denúncia de que a "Casa de Carnes Abreu", estava vendendo carne deteriorada. Um pedaço de carne de porco infestada pela doença cisticercose foi levado ao órgão estadual que contudo não comprovou "a existência do produto contaminado no local denunciado". Segundo o médico veterinário, Sezifredo Paulo Alves Paz, "não foi possível comprovar que o açougue do Boqueirão estava vendendo carne estragada". Ele acha que "alguém estaria tentando prejudicar o comerciante, provavelmente um concorrente".

A Vigilância Sanitária passará a trabalhar no esquema da fiscalização, junto ao CODEC - Coordenadoria de Proteção e Orientação ao Consumidor — baseando sua atuação de caráter policial, nas denúncias que a Codec realizar. O programa terá também um desdobramento de caráter educativo.

Os comerciantes principalmente serão orientados a trabalharem num processo mais adequado, de forma a também participar da proteção à saúde do consumidor. Casos por exemplo de muitas peixarias que estão contratando vendedores ambulantes, para a venda de seus produtos, serão rigorosamente fiscalizados. A venda de peixes fora dos padrões sanitários exigidos, oferece um elevado perigo ao consumidor, principalmente nas carrocinhas, onde o produto não tem condições de ser conservado.

NÃO HÁ CURA PARA DOENÇA DA CORRUPÇÃO

O curitibano está abandonado à sua própria sorte no consumo de alimentos. Oficialmente o que se sabe, do próprio Serviço de Vigilância Sanitária do distrito Metropolitano, "é que o órgão está totalmente sem recursos", praticamente inoperante, em função das suas reduzidas condições operacionais para fiscalizar um vasto mercado de sete mil estabelecimentos que comercializam todos os tipos de alimentos. Na área do governo, é evidente que não poderíamos ouvir uma declaração de incompetência ou de convivência com a corrupção e envolvimento com a máfia da carne. Entretanto, dentro do mercado as denúncias continuam a chegar.

Um açougueiro do centro da cidade manifestou a seguinte opinião: "Basta a gente saber que um agente sanitário ganha apenas sessenta ou oitenta mil cruzeiros por mês, para ficar desconfiado da sua competência na atividade. Ora, este homem muitas vezes vai inspecionar um frigorífico onde giram milhões de cruzeiros no negócio".

### PEQUENOS CRIMES

E um outro aspecto também foi citado por um médico da cidade, que como é no caso de outros entrevistados não quis se identificar. "A gente anda por aí pela cidade, e percebe uma porção de pequenos crimes que são cometidos contra a saúde popular. Por exemplo: "O caso das pastelarias que fritam seus pastéis em caldeirão de óleo o dia inteiro, dentro de algumas horas o líquido fervendo tanto tempo, faz com que o óleo seja saturado. Então você vai comer um pastel terrivelmente engordurado, pingando mesmo é que poderá intoxicá-lo pelas reações químicas sofridas pelo óleo saturado. Ninguém se incomoda com isso, até a hora que surgem problemas estomacais sérios, como a úlcera ou doenças hepáticas e até renais".

— Um dono de pastelaria me confessou que somente numa semana recebeu a visita de dois fiscais da Saúde, três vezes. Eles viram o problema do óleo saturado e da falta de higiene nos fundos do estabelecimento, entretanto o comerciante foi chamado para um "diálogo", ele só não quis revelar o final da conversa.

Segundo este médico, também especializado em nutricionismo, "o problema da insegurança do consumidor urbano não tem remédio. Não há cura possível para a doença da corrupção e da clandestinidade comercial, dentro de uma crise econômica como a nossa. A falta de dinheiro está levando muita gente para o outro lado, o assunto tem diminuído drasticamente, e os comerciantes estão apelando com todas as formas para sobreviver. Por outro lado, o próprio consumidor sabe que já não pode exigir tanta qualidade para com os alimentos que compra. Somente as pessoas de melhor posse financeira, podem de fato optar dentro do mercado, por este ou aquele estabelecimento que adota cuidados sanitários dentro dos padrões. Mais de setenta por cento da população se obrigam a correr o risco de comerem

produtos contaminados".

Um peixe vendido numa carrocinha, sai mais barato do que o adquirido na peixaria, onde o proprietário se obriga a pagar o pesado ônus dos tributos e encargos sociais aos empregados. Uma dúzia de pastéis, com um copo de caldo cana, sai mais em conta do que um almoço num restaurante, e muita gente vem adotando tal comportamento. Tem que botar alguma coisa no estômago, e então joga dentro do organismo o que seu bolso pode pagar.

### MÁFIA ABASTECE

E a máfia que atua no comércio dos alimentos sabe disso também. Os negócios deste mundo não foram somente no mercado das carnes. Eles alçam o setor das massas, enlatados, laticínios e hortigranjeiros. Como a fiscalização sanitária não consegue operar de forma adequada somente nos casos de denúncia, este tipo de comércio clandestino encontra largo espaço para operar na cidade. E muitos donos de mercearias, sob a capa do anonimato, afirmam que "não poderiam existir se não fossem abastecidos em parte pelos vendedores da máfia".

— O movimento das pequenas lojas, por exemplo, é muito baixo para enfrentar o custo de vida. Ninguém consegue formar um capital de giro de mais de trezentos mil cruzeiros por semana, às vezes nem por mês. Então temos que apelar mesmo para a máfia. Ela vem com preços mais em conta. A gente sabe que os queijos são fabricados "daquele jeito", que a manteiga tem misturas e que até os doces podem dar no mínimo uma dor de barriga. Mas corremos o risco, temos que sobreviver e enfrentar os grandes supermercados, que operam com produtos de melhor qualidade.

### INDÚSTRIA

Um outro tipo de comércio que vem crescendo na cidade está se desenvolvendo nas cozinhas domésticas. Uma gama de alimentos naturais vem sendo vendida em forma de sanduíches em pacotes de papel ou em caixas de papelão, contendo inclusive copos de suco. Nesta onda do "natural", preferida pelos estudantes, vários vendedores ambulantes estão faturando. O problema é que ninguém sabe direito a procedência dos produtos "ditos caseiros".

E por aqui encontramos um terreno mais difícil ainda para ser fiscalizado pela Saúde Pública. Também ocorre uma verdadeira sonegação tributária, que já alcança milhões de cruzeiros. Muita gente vem trabalhando na venda de produtos alimentares fabricados em casa. Funcionários de empresas particulares principalmente que sabem das dificuldades financeiras e da falta de tempo para os que precisam almoçar fora de casa, estão obtendo elevados lucros. Um sanduíche natural, feito a base de galinha ou carne, preparado em uma pasta que leva maionese, custa em média Cr\$ 350,00. Com suco chega aos Cr\$ 500,00.